

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**JUVENTUDE CONTEMPORÂNEA NO CONTEXTO DA RURALIDADE:
UM ESTUDO SOBRE JOVENS ESTUDANTES DE BELA VISTA DE GOIÁS**

LORRANY DOS SANTOS FERREIRA

GOIÂNIA, GOIÁS

2019

**TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR
VERSÕES ELETRÔNICAS DE TESES E DISSERTAÇÕES
NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG**

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), regulamentada pela Resolução CEPEC nº 832/2007, sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação:

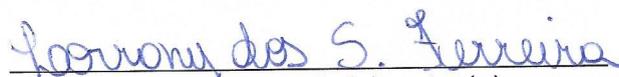
Nome completo do autor: Lorrany dos Santos Ferreira

Título do trabalho: Juventude contemporânea no contexto da ruralidade: um estudo sobre jovens estudantes de Bela Vista de Goiás

3. Informações de acesso ao documento:

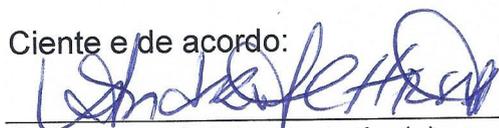
Concorda com a liberação total do documento **SIM** **NÃO**

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF da tese ou dissertação.



Assinatura do(a) autor(a)

Ciente e de acordo:



Assinatura do(a) orientador(a)

Data: 12 / 12 / 19

UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SOCIOLOGIA
MESTRADO EM SOCIOLOGIA

**JUVENTUDE CONTEMPORÂNEA NO CONTEXTO DA RURALIDADE:
UM ESTUDO SOBRE JOVENS ESTUDANTES DE BELA VISTA DE GOIÁS**

LORRANY DOS SANTOS FERREIRA

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás, como requisito para obtenção do título de mestre em Sociologia.

Linha de pesquisa: Cultura, Representações e Práticas Simbólicas.

Orientadora: Profa. Dra. Andréa Vettorassi

GOIÂNIA, GOIÁS

2019

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática do Sistema de Bibliotecas da UFG.

Ferreira, Lorrany

Juventude contemporânea no contexto da ruralidade: um estudo sobre jovens estudantes de Bela Vista de Goiás [manuscrito] /

Lorrany Ferreira. - 2019.

CXXV, 125 f.: il.

Orientador: Prof. Dr. Andrea Vettorassi.

Dissertação (Mestrado) - Universidade Federal de Goiás, Faculdade de Ciências Sociais (FCS), Programa de Pós-Graduação em Sociologia, Goiânia, 2019.

Bibliografia. Anexos.

Inclui siglas, abreviaturas, gráfico, lista de figuras, lista de tabelas.

1. Jovens. 2. Urbano-Rural. 3. Bela Vista de Goiás. 4. Agroboys Agrogirls. I. Vettorassi, Andrea, orient. II. Título.

CDU 316



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS

FACULDADE DE CIÊNCIAS SOCIAIS

ATA DE DEFESA DE DISSERTAÇÃO

Ata nº **19** da sessão de Defesa de Dissertação de Lorrany dos Santos Ferreira, que confere o título de Mestra em **Sociologia**, na área de concentração em **Sociedade, Política e Cultura**.

Aos vinte e seis de setembro do ano de dois mil e dezenove, a partir das nove horas, na Sala de webconferência do CIAR - UFG, realizou-se a sessão pública de Defesa de Dissertação intitulada "JUVENTUDE CONTEMPORÂNEA NO CONTEXTO DA RURALIDADE: AS DINÂMICAS CULTURAIS DOS JOVENS DE BELA VISTA DE GOIÁS". Os trabalhos foram instalados pela Orientadora, Professora Doutora Andréa Vettorassi (FCS/UFG) com a participação dos demais membros da Banca Examinadora: Professor Doutor Silvano da Conceição (UESB), membro titular externo; cuja participação ocorreu através de videoconferência, Professor Doutor Flávio Munhoz Sofiati (FCS/UFG), membro titular interno. Durante a arguição os membros da banca **fizeram** sugestão de alteração do título do trabalho. A Banca Examinadora reuniu-se em sessão reservada a fim de concluir o julgamento da Dissertação, tendo sido a candidata **aprovada** pelos seus membros. Proclamados os resultados pela Professora Doutora Andréa Vettorassi, Presidente da Banca Examinadora, foram encerrados os trabalhos e, para constar, lavrou-se a presente ata que é assinada pelos Membros da Banca Examinadora, aos vinte e seis de setembro do ano de dois mil e dezenove.

TÍTULO SUGERIDO PELA BANCA

"JUVENTUDE CONTEMPORÂNEA NO CONTEXTO DA RURALIDADE: UM ESTUDO SOBRE JOVENS ESTUDANTES DE BELA VISTA DE GOIÁS"



Documento assinado eletronicamente por **Andréa Vettorassi, Vice-Coordenadora**, em 26/09/2019, às 11:02, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Flávio Munhoz Sofiati, Professor do Magistério Superior**, em 26/09/2019, às 11:03, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



Documento assinado eletronicamente por **Silvano da Conceição, Usuário Externo**, em 26/09/2019, às 11:05, conforme horário oficial de Brasília, com fundamento no art. 6º, § 1º, do [Decreto nº 8.539, de 8 de outubro de 2015](#).



A autenticidade deste documento pode ser conferida no site https://sei.ufg.br/sei/controlador_externo.php?acao=documento_conferir&id_orgao_acesso_externo=0, informando o código verificador **0908604** e o código CRC **8AAC878F**.

**JUVENTUDE CONTEMPORÂNEA NO CONTEXTO DA RURALIDADE:
AS DINÂMICAS CULTURAIS DOS JOVENS DE BELA VISTA DE GOIÁS**

LORRANY DOS SANTOS FERREIRA

BANCA EXAMINADORA

Dr. Flávio Munhoz Sofiati

Dr. Silvano da Conceição

*A todos que desejaram e contribuíram, direta ou indiretamente, para que eu chegasse até aqui.
Em especial, à Bebel, que durante todas as minhas noites e madrugadas de estudante, esteve
presente, mesmo que num sono profundo.*

AGRADECIMENTOS

Agradeço a todos do Programa de Pós Graduação em Sociologia da Universidade Federal de Goiás, professores e professoras, minha gratidão pelas discussões feitas em sala de aula, foram por meio delas que construí o meu conhecimento (desde a graduação, em 2009).

À todos os meus familiares, em especial ao meu pai, Emílio, e à minha mãe, Adélia, que me ensinaram o real sentido da vida, a humildade, o respeito e a mais pura fora de amor.

Ao meu psicólogo, amigo, companheiro e esposo, Ricardo, que sempre se fez presente mesmo há alguns quilômetros de distância. Agradeço, também, seu auxílio na construção dos gráficos e pelas constantes leituras e debates que fizemos enquanto jantávamos, antes de dormir, em nossos passeios ou por telefone.

Às minhas eternas “Tunicas”, avó Maria (*in memoriam*) e Tia Mércia (*in memoriam*), que me fazem muita falta e que são lembradas todos os dias por mim, minha infinita saudade.

À minha irmã, Mayara, e ao meu “príncipe” Mateus, que amo muito.

Às minhas companheiras de luta, as professoras e a equipe pedagógica da Escola Hormezinda.

À FAPEG que me concedeu a bolsa de pesquisa durante o último ano do mestrado.

Aos professores Dijaci e Revalino que participaram da minha qualificação e me deram várias sugestões e me encaminharam para a construção da pesquisa.

Aos membros da banca examinadora, Flávio Sofiati e Silvano da Conceição, por aceitarem o convite.

À minha orientadora, Andréa Vettorassi, que sempre foi muito compreensível quanto ao meu tempo e sempre se mostrou muito dedicada para que concluíssemos este trabalho.

RESUMO

O objetivo desta pesquisa é o estudo de jovens contemporâneos em seus contextos de ruralidade. De modo geral, busca-se compreender como estes, sejam de origens urbana ou rural, vivenciam os aspectos culturais do universo rural apresentado, especialmente, na cidade em uma ótica “moderna”, onde se caracterizam como “*agroboys*” e “*agrogirls*” e são influenciados pelo “*country*” norte-americano e pela indústria cultural brasileira. Nessa perspectiva, buscou-se compreender as identificações destes jovens no que se refere à agricultura familiar e ao agronegócio. Assim, por meio da pesquisa, buscamos identificar as concepções e os imaginários destes sobre o campo e a cidade, a relação com o trabalho, suas origens, práticas de lazer e perspectivas profissionais futuras. Neste trabalho foram pesquisados os jovens estudantes do ensino médio do CEPI Pedro Vieira Januário, em Bela Vista de Goiás. Este município é considerado como parte da região metropolitana de Goiânia devido à sua proximidade da capital, porém sua base econômica são as atividades agrícolas. Entretanto, foi neste município de bases agrárias e rurais que surgiu um dos representantes da cultura caipira goiana, o contador de “causos” Geraldo Nogueira (“Geraldinho”). Considerando isso, a pesquisa buscou fazer um percurso histórico da “modernização” de Goiás e estabelecer as representações sociais que estigmatizam os sujeitos rurais de “caipiras” e “atrasados”.

Palavras-chave: Jovens. Urbano-Rural. Bela Vista de Goiás. Agroboys-Agrogirls

ABSTRACT

The objective of this research is to study about contemporary young people in their rural contexts. In general, we seek to understand how these, whether from urban or rural origins, experience the cultural aspects of the rural universe presented, especially in the city in a “modern” perspective, where they are characterized as “agroboys” and “agrogirls” and are influenced by the US *country* and the Brazilian cultural industry. From this perspective, we sought to understand the identifications of these youngsters regarding family farming and agribusiness. Thus, through research, we seek to identify their conceptions and imaginary about the *countryside* and the city, the relationship with work, its origins, leisure practices and future professional perspectives. In this work, young high school students from CEPI Pedro Vieira Januário were surveyed in Bela Vista de Goiás. This municipality is considered as part of the metropolitan region of Goiânia due to its proximity to the capital, but its economic base is the agricultural activities. However, it was in this municipality of agrarian and rural bases that emerged one of the representatives of the goian caipira culture, the storyteller Geraldo Nogueira (“Geraldinho”). Considering this, the research sought to make a historical path of the “modernization” of Goiás and to establish the social representations that stigmatize the rural subjects of “rustic” and “backward”.

Keywords: Youth. Urban-Rural. Bela Vista de Goiás. Agroboys-Agrogirls

LISTA DE ABREVIACÕES

CEPI – Centro de Educação em Período Integral

CONJUVE – Conselho Nacional da Juventude

ECA – Estatuto da Criança e do Adolescente

IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística

OCDE – Organização para a Cooperação e Desenvolvimento Econômico

PNAD – Pesquisa Nacional de Domicílios

PROFEN – Programa de Fortalecimento do Ensino Médio

SINAJUVE – Sistema Nacional de Juventude

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

Figura 1 - Plano original do núcleo da cidade de Goiânia proposto por Atílio Corrêa Lima .	64
Figura 2 - A construção do Palácio do Governo em Goiânia, 1933	65
Figura 3 - Avenida Anhanguera em 1930	65
Figura 4- Mapa da Região Metropolitana de Goiânia	76
Figura 5 - Localização geográfica de Bela Vista de Goiás.....	77
Figura 6 - População censitária de Bela Vista de Goiás (1980 - 2010).....	78
Figura 7 - O município de Bela Vista de Goiás nos tempos atuais	79
Figura 8 - O caipira Geraldinho Nogueira.....	80
Figura 9 – Homenagem a Geraldinho Nogueira em Bela Vista de Goiás	81
Figura 10 - O CEPI Pedro Vieira Januário	87

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Histórico de urbanização no Brasil e em Goiás	68
Gráfico 2 - Relação dos alunos do CEPI Pedro Vieira Januário	88
Gráfico 3 - Os jovens estudantes e a relação com trabalho	90
Gráfico 4 - Os jovens rurais e a participação nas atividades agrícolas.....	91
Gráfico 7 - Imaginário dos jovens rurais sobre a migração para cidade	93
Gráfico 8 - Imaginário dos jovens urbanos sobre a migração para o meio rural.....	94
Gráfico 9 - Os jovens e suas origens familiares	96
Gráfico 10 - Os jovens urbanos e seus familiares rurais	97
Gráfico 11 - Comparativo das práticas de lazer dos jovens rurais e dos jovens urbanos.....	99
Gráfico 12 - Frequência dos jovens urbanos no espaço rural.....	100
Gráfico 13 - As intenções profissionais dos jovens rurais	102
Gráfico 14 - As intenções profissionais dos jovens urbanos	104

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO..... 13

CAPÍTULO 1 – DEFINIÇÕES, IDENTIDADE E ESTIGMA: AS ABORDAGENS SOBRE A JUVENTUDE CONTEMPORÂNEA 18

1.1 – JUVENTUDE: CATEGORIA ANALÍTICA E O CONCEITO DE GERAÇÃO NO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO 18

1.2 – IDENTIDADES CULTURAIS: O COMPLEXO DO URBANO E DO RURAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA 28

1.3 – A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM: DA CULTURA CAIPIRA AO ESTIGMA DE ROCEIRO 43

1.4 – APONTAMENTOS SOCIOLÓGICOS: DO MUNDO *COUNTRY* AOS NOVOS CAIPIRAS “*AGROBOYS*” E “*AGROGIRLS*” 51

CAPÍTULO 2 – GOIÁS: RURALIDADE E URBANIZAÇÃO. IDENTIDADE E REPRESENTAÇÕES DA CULTURA GOIANA 63

2.1 – BREVE HISTÓRICO DA MODERNIZAÇÃO DE GOIÁS E A CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA 63

2.2 – GOIÁS: UM ESTADO RURAL OU URBANO? 67

2.3 – BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO AGRONEGÓCIO EM GOIÁS 71

CAPÍTULO 3 – OS CAMINHOS DA PESQUISA E O LUGAR DE VIVÊNCIA DOS JOVENS RURBANOS	76
3.1 – O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DE GOIÁS E A FIGURA DO CAPIRA GERALDO NOGUEIRA (GERALDINHO).....	76
3.2 – A CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE SUJEITOS DA PESQUISA: A ESCOLA, OS ALUNOS E OS QUESTIONÁRIOS.....	86
3.3 – QUESTÕES JUVENIS: TRABALHO, ORIGENS, FAMÍLIA, LAZER E FUTURO PROFISSIONAL	88
3.3.1 – A RELAÇÃO COM O TRABALHO	89
3.3.2 – O IMAGINÁRIO DE PERMANÊNCIA/MIGRAÇÃO	92
3.3.3 – FAMÍLIA E ORIGENS	95
3.3.4 – AS PRÁTICAS DE LAZER	98
3.3.5 – AS PROJEÇÕES PROFISSIONAIS FUTURAS	101
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	107
REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS	110
ANEXOS	121

INTRODUÇÃO

Esta dissertação é um conjunto de reflexões sobre a juventude contemporânea, especialmente no contexto da ruralidade. Esta pesquisa busca compreender, com base nas práticas culturais, como estes vivenciam e representam o rural e o urbano. De modo geral, o objetivo é discutir como os sujeitos da pesquisa concebem a cultura atual sobre os moldes do campo e da cidade. A escolha desse tema deve-se primeiramente à proximidade e o sentimento de pertencimento ao município pesquisado, assim como, a condição semelhante de vivenciar as dinâmicas culturais do rural e do urbano.

Durante a Graduação, migrei diariamente de Bela Vista de Goiás para Goiânia a fim de concluir o curso de Ciências Sociais. No entanto, esse processo era visto por outros estudantes como árduo e penoso. Além disso, as representações sociais que estes construíram sobre aqueles oriundos de cidades do interior eram, por vezes, estigmatizantes. De fato, os sujeitos de cidades interioranas eram vistos como rurais. A partir dessa vivência, esse tema se tornou uma inquietação, pois compreendia que o estado de Goiás apresenta um histórico rural e uma tradição calcada neste ruralismo, logo, Goiás, mesmo no molde moderno e capitalista, deve ser compreendido por meio do seu histórico cultural que o remete (ainda) ao campo.

Após esse período, iniciei uma relação trabalhista no CEPI Pedro Vieira Januário, onde lecionei por um ano. Foi neste ambiente educacional que tive contato com o objeto pesquisado e visualizei, novamente, as representações sociais acerca do urbano e do rural, do “moderno” e do “atraso”. O projeto de pesquisa, inicialmente, foi construído no sentido de dar destaque aos jovens desta instituição que migravam diariamente até a cidade de Bela Vista de Goiás para concluir o ensino médio. No entanto, ao aplicar os questionários, os dados apontaram para uma nova discussão: os alunos desse processo migratório (os rurais) e os alunos da cidade (os urbanos), apresentaram dinâmicas culturais semelhantes, ou seja, ambos apresentaram representações sociais sobre os espaços e a cultura de maneira não muito distinta. Assim, se tornou interessante compreender esses dois grupos, os jovens rurais e os jovens urbanos, em suas dinâmicas culturais, especialmente, naquilo que se refere à construção da ruralidade e todas as suas nuances.

O termo “dinâmicas culturais”, utilizado no título do trabalho, é referenciado a Eunice Durham, antropóloga e cientista política, que o definiu como “o processo de constante

reorganização das representações na prática social por meio de "uma manipulação simbólica que é atributo fundamental de toda prática humana" (DURHAM, 2004 [1977], p. 231), assegurando que as representações sejam produto e condição de práticas sociais. Entretanto, é nessa dinâmica que identidades se (re)constroem. A análise que realizaremos traduz em entendimento sobre a compreensão destas dinâmicas construídas pelos jovens goianos, bem como, as construções identitárias dos jovens híbridos da contemporaneidade, especialmente, no que se refere às concepções urbano-rurais.

A juventude é um tema muito pertinente, o qual temos muito a dizer. De fato, essa categoria constrói múltiplas representações e interpretações do mundo ao qual estamos inseridos. Assim, o modo de ver e compreender a juventude é diferente e varia de acordo com o tempo e a realidade social e cultural destes. Por se tratar de um conceito que vai além de meras definições biológicas e etárias, ela deve ser analisada principalmente quanto à sua construção social. Sobre isso, Dayrell (2003, p.41) aponta

[...]construir uma definição da categoria juventude não é fácil, principalmente porque os critérios que a constituem são históricos e culturais. [...] Entendemos, como Peralva (1997), que a juventude é, ao mesmo tempo, uma condição social e um tipo de representação. Se há um caráter universal dado pelas transformações do indivíduo numa determinada faixa etária, nas quais completa o seu desenvolvimento físico e enfrenta mudanças psicológicas, é muito variada a forma como cada sociedade, em um tempo histórico determinado e, no seu interior, cada grupo social vai lidar com esse momento e representá-lo.

Alguns autores, como Abramo (1997, 2005), Sposito (2005) e Wanderley (2007) se debruçaram sobre o tema e trouxeram importantes contribuições. São pesquisadores da Educação e das Ciências Sociais que auxiliam na compreensão sobre a juventude em toda a sua diversidade, em seu contexto social e em suas práticas culturais.

De acordo com o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), os jovens contemporâneos, em um recorte etário, são aqueles entre 15 e 24 anos de idade e representam atualmente 18% da população nacional, conforme o último Censo Demográfico (IBGE, 2011). Contudo, esse dado é importante para compreendermos as dimensões demográficas e sociais que dizem respeito a essa população significativa em nosso cenário. Dessa forma, entendemos que a juventude contemporânea é diversa e influenciada diretamente pelas condições histórico-sociais ao qual estão inseridas. Sendo assim, consideramos que a juventude contemporânea, especialmente em nosso estudo localizado, é fruto das relações econômicas, históricas e sociais do qual fazem parte no contexto goiano. Na análise, levamos em conta tanto a dimensão

simbólica quanto os aspectos fáticos e materiais nos quais a produção social da juventude se desenvolve.

Para o desenvolvimento do trabalho, estudantes do ensino médio do CEPI Pedro Vieira Januário, em Bela Vista de Goiás, foram ouvidos. São jovens com idade entre 15 e 24 anos que compõem a realidade da juventude local. De modo geral, são jovens que vivem o ritmo de uma cidade interiorana, mas que, devido à proximidade com Goiânia, a capital do estado de Goiás, apresenta dinâmicas culturais que mesclam a ruralidade e a urbanidade. Este município é desenvolvido economicamente sobre fortes bases agrárias, o que contribui na formação de identidade destes sujeitos.

O caminho metodológico percorrido para o desenvolvimento do trabalho foi a pesquisa quantitativa com análise de *survey*¹. A pesquisa com *survey* pode ser referida como sendo “a obtenção de dados ou informações sobre as características ou as opiniões de determinado grupo de pessoas, indicado como representante de uma população-alvo, utilizando um questionário como instrumento de pesquisa” (FONSECA, 2002, p. 33). Optamos por trabalhar com uma investigação de cunho quantitativo, pois

a pesquisa quantitativa, que tem suas raízes no pensamento positivista lógico, tende a enfatizar o raciocínio dedutivo, as regras da lógica e os atributos mensuráveis da experiência humana. Por outro lado, a pesquisa qualitativa tende a salientar os aspectos dinâmicos, holísticos e individuais da experiência humana, para apreender a totalidade no contexto daqueles que estão vivenciando o fenômeno (POLIT, BECKER E HUNGLER, 2004, p. 201)

No entanto, para um efeito comparativo e distintivo, eles foram divididos em dois grupos: os jovens que denominamos, em um primeiro momento, urbanos, pois são os que residem na cidade; e os jovens rurais, aqueles que residem no campo e migram diariamente para a cidade para cursar o ensino médio. As questões que compunham os questionários foram relativas às suas realidades sociais: a relação com o trabalho, suas origens (campo-cidade), a família, as práticas de lazer e sobre o futuro profissional. Por meio destas perguntas, o objetivo é alcançar as representações e imaginários que os jovens conferem ao universo rural contemporâneo.

Nesse sentido, reconhecemos a necessidade de estudar os jovens e suas dinâmicas culturais, bem como refletir sobre o novo contexto em que estão inseridos. Com base nesse

¹ Aprovado no Comitê de Ética em Pesquisa. Processo: 16236819.3.0000.5083

reconhecimento, alguns questionamentos foram suscitados: quais as construções destes quanto à agricultura familiar e ao agronegócio? Se o estado de Goiás apresenta aspectos da ruralidade, estes jovens “aceitam” essa representação social? Qual o perfil desses jovens que vivem o urbano e o rural na mesma espacialidade? Estes representam uma nova tipologia de goianos “modernos” que “negam” a tradição caipira do estado? Quais são as influências para a construção da identidade destes jovens que são rurais e urbanos ao mesmo tempo? Para a construção dessa dissertação são considerados os estudantes do ensino médio do CEPI Pedro Vieira Januário no ano de 2018. No referido ano estavam matriculados 165 alunos, portanto, para a composição da amostra, todos estes responderam os questionários. Entretanto, durante essa etapa, algumas dificuldades compuseram o processo. Dentre elas, a falta de tempo da escola devido às diversas atividades previstas para serem realizadas; a ausência dos alunos, sendo necessária a reaplicação dos questionários àqueles que não compareceram no dia previsto; Enfim, para a consolidação desse trabalho, foi necessário esse trabalho demorado de aplicação dos questionários, além do processo minucioso de tabulação dos dados.

A dissertação está dividida em três capítulos. No primeiro capítulo, serão abordadas as definições e conceituações da categoria juventude, incluindo a noção de juventude rural, pois estes também são sujeitos de nossa pesquisa. Além disso, será apresentada a concepção sociológica destes na perspectiva geracional, especialmente, nos pensamentos e estudos de Mannheim (1982) e Tomizaki (2010). A partir disso, serão feitas leituras sobre as identidades culturais e o hibridismo rural e urbano na sociedade contemporânea, respectivamente, nas leituras de Stuart Hall (1996, 2001) e Canclini (2006). Após isso, serão abordadas as construções estigmatizantes, referenciadas em Goffman (2013), que estão submetidas aos sujeitos oriundos de espaços rurais, onde são “rotulados” de roceiros. Por último, serão feitos apontamentos sociológicos sobre uma nova figura dos rurais, os “*agroboys*”, uma nova “roupagem” moderna dos jovens contemporâneos que experienciam a ruralidade nos espaços urbanos e são influenciados pelo country norte americano e pelas produções da indústria cultural brasileira.

O segundo capítulo é uma contextualização da realidade goiana sobre os moldes da urbanização e da ruralidade. Será apresentado um breve histórico do surgimento do estado e do impulso de modernização dado a ele na década de 1930, culminando na construção de Goiânia, em 1935. Um lugar que ainda hoje é visto como rural e/ou urbano, que têm forte economia rural sustentada no agronegócio e na agricultura.

O último capítulo é composto pela sistematização dos dados coletados na pesquisa de campo. Neste capítulo se expõe a realidade dos jovens inseridos na realidade belavistense. É apresentado o contexto histórico e a figura cultural de “Geraldinho Nogueira”, um caipira goiano contador de *causos* que residia na cidade de Bela Vista de Goiás e que foi consagrado como símbolo da cultura caipira goiana tradicional. A apresentação desta figura neste capítulo se justifica pelo fato de sua origem e sua dinâmica cultural estar alicerçada nos moldes rurais, assim, “Geraldinho”, como é chamado, é visto como o “roceiro”, o “caipira” que viveu em Bela Vista de Goiás e é um símbolo da simplicidade dos sujeitos dessa região.

CAPÍTULO 1 – DEFINIÇÕES, IDENTIDADE E ESTIGMA: AS ABORDAGENS SOBRE A JUVENTUDE CONTEMPORÂNEA

1.1 – JUVENTUDE: CATEGORIA ANALÍTICA E O CONCEITO DE GERAÇÃO NO PENSAMENTO SOCIOLÓGICO

A primeira noção para a qual o termo juventude remete é a de transição da heteronomia infantil à, em tese, autonomia adulta, isto é, da dependência ao ápice do desenvolvimento, à plena cidadania e à capacidade de se sustentar (ABRAMO, 1997, 2005; SPOSITO, 2005). Esta fase seria um período de vida em que ocorrem “importantes mudanças biológicas, psicológicas, sociais e culturais, que variam segundo as sociedades, as culturas, as etnias, as classes sociais e o gênero”, conceito este adotado pela Unesco (POLÍTICAS, 2004, p. 23).

O término dessa transição é sempre referido “ao fim dos estudos, ao início da vida profissional, à saída da casa paterna, à constituição de uma nova família ou, ainda, simplesmente a uma faixa etária” (WANDERLEY, 2007, p. 22), de maneira que a juventude tem como clássicas definições delimitadoras: faixa etária; ambiente rural ou urbano; maturidade/imaturidade, através do uso de variáveis biológicas e psicológicas; critérios socioeconômicos, como renda, dependência econômica, escolarização, casamento, paternidade/maternidade; estado de espírito; estilo de vida e setor da cultura (CATANI; GILIOLI, 2008).

Neves e Ferreri (2013) consideram um desafio definir a juventude porque tratar dessa categoria seria como se mover em um ambíguo campo de conceituação. Para Wanderley (2007), os obstáculos sobrevêm tanto porque a demarcação dessa etapa da vida é “culturalmente determinada”, como por se tratar de um conceito relativamente recente. De acordo com Charlot (2007), foi a partir da modernidade – primeiro na burguesia urbana e a seguir em outras camadas sociais, por conta da generalização e da expansão dos níveis de escolaridade – que essa etapa entre puberdade e fase adulta surgiu, sendo enfatizada desde o século XIX, mas com maior percepção como categoria social distinta a partir da segunda metade do século XX (HOBSBAWM, 2005; SAVAGE, 2009).

De fato, ao longo das últimas décadas, o conceito de juventude tem sofrido algumas oscilações conceituais, assim as discussões que giram em torno do termo remetem a uma série de definições divergentes. O termo, por vezes, se apresenta através de várias vertentes e

ramificações. Para a Psicologia (Stanley Hall, 1904; Erick Erickson, 1976; A. Leontiev, 1978; A. Aberastury & M. Knobel, 1989), a juventude apresenta-se como uma fase natural, quase obrigatória, do desenvolvimento humano. A adolescência, termo de preferência dos psicólogos, foi naturalizada por esta ciência, sem considerar os fatores sociais que envolvem os indivíduos, argumentando que este seria um período vivenciado por todos, entre a infância e a vida adulta. Os estudos antropológicos (Margaret Mead, 1951; Daniel Becker, 1989; Eric J. Hobsbawn, 1995; C. Calligaris, 2000) defendem a juventude como uma nova visão dos elementos culturais. Considera uma fase enriquecedora e apresenta a criação de uma “Cultura Juvenil”. Para a História (Levi & Schimitt, 1996; Carles Feixa, 1999; Mario Sandoval, 2002), a juventude não pode ser definida porque depende de fatores temporais, espaciais e culturais, dentro do período que a sociedade está sendo estudada.

Já para a Sociologia (Adélia Clímaco, 1991; Carmem Leccardi, 1991; Alberto Melucci, 1997), a juventude que transita entre 15 e 24 anos, focaliza a figura do jovem inseguro dentro do contexto contemporâneo de futuro. A visão atual, que hoje estuda e investiga a juventude (Helena Abramo, 1994, 1997, 2003; Marília Spósito, 1997; Mirian Abramoway, 2004; entre outros), encontra sua principal distinção na fase de adolescência (dos 12 aos 17 anos) – conforme o ECA (Estatuto da Criança e do Adolescente) – caracterizada por mudanças que marcam o processo de desenvolvimento humano, tais como, mudanças no corpo e alterações de voz; e na fase da juventude ou jovens adultos, ou ainda, na pós-adolescência (dos 18 aos 24 anos, podendo se estender até o máximo de 29 ou 35 anos, dependendo das políticas públicas vigente no país em questão), caracterizada pela sua imersão na vida social e principalmente no mundo do trabalho com a independência financeira dos familiares. Enfim, a postura que a sociologia assume é de procurar não apenas as similaridades entre os jovens, mas sim, e fundamentalmente, as diferenças sociais que existem entre eles.

Nesta perspectiva, quando nos referimos a jovens estudantes, a jovens no contexto urbano e jovens no contexto rural, percebemos que existem diferentes juventudes, ou então, reconhecemos simplesmente a existência das diferentes culturas juvenis. Neste sentido, é fundamental investigarmos a juventude a partir de sua heterogeneidade. Sendo assim, a juventude deve ser olhada na sua diversidade. Por isso, a discussão conceitual da categoria *juventude* toma outro rumo quando há a troca pelo termo *juventudes*, de fato, não existe uma só juventude, mas sim diferentes juventudes. A expressão utilizada no plural quer enfatizar as diversidades de juventude que podem ser analisadas, segundo alguns fatores categóricos que se tornam primordiais nesta classificação, tais como: classe social, cor, sexo e grupo social. Não

obstante, toda a pluralidade existente, um ponto se apresenta como convergente em todos os estudos: todos os sujeitos estão dentro de uma faixa etária que caracteriza um jovem.

No Brasil, o recorte de faixa etária que convencionalmente é considerado varia de 15 a 24 anos. As definições envolvem uma diversidade de concepções quanto à delimitação da faixa etária com a idade biológica, a fim de “classificar” quem é jovem ou não. Para Costa (2010), a juventude deve ser entendida considerando suas especificidades e transformações:

De acordo com o Conselho Nacional da Juventude (CONJUVE) órgão criado em agosto de 2005 para realizar estudos e propor diretrizes para as políticas públicas voltadas aos jovens, são considerados jovens, aqueles cidadãos que se encontrarem entre 15-29 anos. Porém, é preciso ir além da faixa etária, pois como alerta o Documento Base da I Conferência Nacional de Políticas Públicas de Juventude “[...] ser jovem mesmo é aquele que completa etapas determinantes de socialização e desenvolvimento corporal (físico, emocional, intelectual) [...]”. (COSTA, 2010, p. 2).

O Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), por sua vez, delimita em faixa etária quem é jovem ou não, entre 15-29 anos. Porém, para Costa, é preciso ir além, pois a I Conferência Nacional de Políticas Públicas para a Juventude mostra a importância de visualizar este jovem além da idade biológica, é preciso compreendê-lo a partir de um cenário histórico, cultural e social. Outro importante órgão que trabalha com as temáticas referentes à juventude é o Sistema Nacional de Juventude (SINAJUVE) que delimita em faixa etária quem pode ser considerado jovem ou não. Ambos estabelecem que sejam considerados jovens as pessoas com idade entre 15 e 29 anos de idade.

Portanto, para nós, os sujeitos pesquisados se enquadram na categoria *jovens*, pois, de acordo com a faixa etária utilizada pelo Conselho Nacional de Juventude (CONJUVE), estão entre 15-29 anos de idade. Sendo assim, o grupo foi assim classificado, principalmente pelo o aspecto biológico, porém este aspecto não foi considerado delimitador, pois para compreender a categoria é preciso ir além e considerar a diversidade da juventude. Sendo assim, a ideia simplista de que a juventude é uma fase de transição e que compõe determinada faixa etária pode ser considerada insuficiente, de modo que ao falarmos de *jovens*, devemos considerá-los como indivíduos heterogêneos com interesses e trajetórias distintas. O fato é que não existe uma juventude, mas várias, tantas quantas são as culturas coexistentes.

A partir disso, como pensar a juventude por essa perspectiva? Pierre Bourdieu reservou alguns escritos para falar dessa categoria. Para ele, a juventude é mais do que uma palavra

(BOURDIEU, 1984). Para o autor as divisões entre as idades são arbitrárias. A divisão – entre jovens, adultos e velhos – é, na verdade, disputa de poder. Para o sociólogo francês, classificar o período da juventude significa impor determinados limites e promulgar uma ideia de ordem, no intuito de que cada indivíduo saiba o seu devido lugar (BOURDIEU, 1984). A classificação, assim, não passa de um jogo de manipulações, já que só se é jovem (ou velho) para alguém, para alguma instituição ou para realizar determinadas ações. Dessa maneira, as relações entre idade biológica e social seriam muito complexas. Pode-se apreender, portanto, de suas conclusões sobre a ideia de juventude, que, para ele, esta noção configuraria um elemento que somente faz sentido no contraste entre os mais novos e os mais velhos. Bourdieu compreende a categoria juventude sempre dentro de um critério etário e que não faz sentido isoladamente, pois seria sempre na contraposição que esta se definiria. Portanto, utilizar o termo juventude para falar de jovens como se fossem uma unidade social, um grupo constituído, dotado de interesses comuns e relacionar esses interesses a uma idade biologicamente definida, para ele é uma manipulação evidente e um formidável abuso da linguagem.

O que quero lembrar é simplesmente que a juventude e a velhice não são dados, mas construídos socialmente na luta entre os jovens e os velhos. As relações entre a idade social e a idade biológica são muito complexas. Se comparássemos os jovens das diferentes frações da classe dominante, por exemplo, todos os alunos que entram na École Normale, na ENA, etc., no mesmo ano, veríamos que estes “jovens” possuem tanto mais dos atributos do adulto, do velho, do nobre, do notável, etc., quanto mais próximos se encontrarem do pólo do poder. Quando passamos dos intelectuais para os diretores-executivos, tudo aquilo que aparenta juventude, cabelos longos, jeans, etc., desaparece (BOURDIEU, 1983, p. 152).

Esse trecho demonstra como o *habitus* e o *campo* são elementos importantes. *Habitus* é o princípio gerador que retraduz as características intrínsecas e relacionais de uma posição social em um estilo de vida, isto é, um conjunto de preferências distintas que exprimem a lógica específica de cada um dos subespaços simbólicos, que são caracterizados por bens materiais e simbólicos, e também por práticas culturais - expressas através de mobílias, vestimentas, linguagem, comportamento corporal, ideologias, pensamentos, etc. Sendo assim, são as escolhas de pessoas, de bens, de ideologias e de práticas. Porém, segundo Bourdieu, essas práticas e bens são instituídos pelo ambiente onde vivem e pela cultura na qual estão inseridos, bem como a classe à qual pertencem. *Campo* é um microcosmo social dotado de certa autonomia, com leis e regras específicas, ao mesmo tempo em que influenciado e relacionado a um espaço social mais amplo. É um lugar de luta entre os agentes que o integram e que buscam

manter ou alcançar determinadas posições. Essas posições são obtidas pela disputa de capitais específicos (capital econômico, capital social e capital cultural), valorizados de acordo com as características de cada campo. Os capitais são possuídos em maior ou menor grau pelos agentes que compõem os campos, diferenças essas responsáveis pelas posições hierárquicas que tais agentes ocupam.

Sendo assim, é na relação dialética entre a ação individual do jovem e as leis de determinados campos que o conceito de juventude vai se constituindo. Menos de uma forma determinista e impositiva e mais de uma maneira manipulável, onde cada campo colocará seu arbitrário dominante. Nesse sentido, Bourdieu prefere tratar sobre juventudes no plural e não apenas sobre juventude no singular. Para ele, não devemos abusar da linguagem e colocar todos os jovens em um mesmo conceito universal, pois, quando se olha na prática, esses jovens nada têm em comum, possuindo diferentes *habitus*, assim como diferentes posições em vários campos (BOURDIEU, 1983).

Na verdade a crítica bourdiesiana se dá pelo fato de que muitos usam o termo de maneira genérica para designar diferentes realidades. Podemos comparar sistematicamente as condições de vida, o mercado de trabalho, a administração de tempo dos jovens que trabalham e dos jovens que estudam, nas palavras de Bourdieu teremos “(...) de um lado as coerções do universo econômico real, apenas atenuadas pela solidariedade familiar, do outro as facilidades de uma economia de assistidos quase lúdica”. (BOURDIEU, 1983, p. 2)

Esses dois universos não praticam nada em comum, são lugares sociais diferentes, são dois extremos de "possibilidades oferecidas aos jovens" (BOURDIEU, 1983, p. 3). Portanto, existem diferenças marcadas entre os dois segmentos de jovens que também influenciam na politização dos mesmos. Em seu texto, *Gosto de classe e estilo de vida* (1983), Bourdieu afirma que esta realidade social é determinada pelas diferentes posições no espaço social, que correspondem ao estilo de vida de cada indivíduo, são a retradução simbólica das distintas condições de existência. Essas condições de existência são caracterizadas pelas práticas e pelas propriedades, ou seja, são as expressões do estilo de vida, desta forma, compartilham do mesmo operador prático, que seria o *habitus*, outro conceito definidor das práticas culturais (BOURDIEU, 1983).

Como já foi apresentado, a definição juventude é aceita como uma condição não apenas biológica, mas derivante de dinâmicas com múltiplas origens. Portanto, essa diversidade resulta da teia de relações que se estabelecem em torno do jovem, que simultaneamente conferem

significados e definem a sua inserção na sociedade. No âmbito das relações dos jovens com as gerações adultas destacam-se as situações de conflito e de solidariedade que se expressam ao longo da vida. A condição juvenil ²apresenta-se como sendo uma construção recente, ou seja, uma categoria moderna. Correspondendo a uma etapa de excessivas definições de identidade pessoal e social, a condição juvenil requer um grau de elevada experimentação nas diversas esferas da vida. Por isso, reporta-se o fato de os indivíduos viverem em período específico do ciclo da vida, em um determinado momento histórico e cultural.

Contudo, na sociedade contemporânea, assiste-se a um prolongamento da juventude, principalmente devido aos longos percursos escolares. (PAIS, 2003) Nesse sentido, Stropasolas (2006) observa que esse conceito tem sofrido mutações na contemporaneidade, já que, atualmente, os jovens permanecem mais tempo com sua família de origem e na dependência financeira e material dos pais, especialmente com o aumento da duração dos estudos e da dificuldade de acesso ao mundo do trabalho, conformando-se como tendência o alongamento da juventude. (GALLAND, 1993). Esse “prolongamento da juventude” pode, em grande medida, ser entendido como um aspecto positivo, da expansão da escolaridade ao contribuir para uma melhor inserção social e profissional. A partir desta perspectiva teórica, torna-se possível definir o prolongamento da juventude como o fenômeno que corresponde ao adiamento da transposição dos sucessivos patamares que dão acesso à idade adulta (ALVES, 2008).

No entanto, esta parece ser uma tendência dos grandes centros dos países ocidentais e, no Brasil, tal fato têm notadamente se manifestado. Os jovens rurais e urbanos desta pesquisa, a partir da observação empírica, demarcam o processo de alongamento dos percursos escolares através de projetos em relação à inserção no mundo trabalho e, conseqüentemente, permanecem mais tempo com sua família de origem e na dependência econômica de seus pais, conforme será evidenciado na análise dos dados.

Todavia, numa sociedade em que a flexibilização e a precarização do trabalho, além da pluralização das formas de vida familiar marcam profundamente as trajetórias pessoais, a ideia de que a juventude é uma simples transição para a fase adulta tende a se dissolver na medida em que ocorrem múltiplas transições, dessincronizadas e reversíveis, além da perda do sentido, quando ser adulto não é mais garantia de estabilidade. Torna-se difícil caracterizar a juventude pelo fato de o conceito de transição ter perdido a sua consistência e, de igual modo, definir a

² Refere-se à maneira de ser, à situação de alguém perante a vida, perante a sociedade. Refere-se também às circunstâncias necessárias para que se verifique essa maneira ou tal condição.

idade adulta, já que a precariedade, considerada o marco da juventude, está se prorrogando pela vida toda (CHARLOT, 2007). Portanto, “a vivência da experiência juvenil passa a adquirir sentido em si mesmo e não mais somente como preparação para a vida adulta” (STROPASOLAS, 2006, p. 182).

Para Alves (2008), quer tenha sido concebida como experiência juvenil ou etapa da vida, a juventude é um produto da modernidade que trouxe a escola de massas, a escolaridade obrigatória, a institucionalização de um tempo específico para aprender e a criação de um espaço propício à participação em um grupo de pares, que foi testemunha da crescente intervenção do Estado-Nação na regulação da sociedade e à construção da juventude como categoria social, alvo de medidas públicas específicas, causando profundas mudanças sociais.

Porém, embora questione o discurso de diversidades, diferenças e desigualdades juvenis – quando também faz sentido valer-se de um padrão de juventude como referencial na busca da compreensão da realidade e na produção de políticas públicas –, Abramo (2007) declara a impossibilidade de dar por certa a existência de um único padrão ideal de juventude. Sposito (2007) também sublinha certa convergência entre temas e problemas colocados pelos jovens rurais e urbanos, por exemplo, propondo uma questão intrigante e desafiadora: partir do ponto da preservação da especificidade e das diferenças entre os jovens – “as várias juventudes” – e, ao mesmo tempo, trabalhar com a singularidade em uma chave mais geral, uma vez que, no limite, a diversidade total e completa negaria a própria categoria juventude. Frisa que é preciso buscar aproximações entre os vários segmentos da juventude brasileira, enfrentando a diversidade dos processos que caracterizam a experiência juvenil com análises e planos discursivos de conteúdo mais universal.

No caso particular da juventude do meio rural, os pesquisadores têm encontrado dificuldade na delimitação do que se designa como juventude rural, categoria que se caracteriza pela transitoriedade inerente às fases do processo de desenvolvimento do ciclo vital. Aliam-se a isso as imprecisões que pautam o debate sobre o conceito de rural na sociedade contemporânea, questão que ganha relevo com a intensificação da comunicação entre os universos culturais e sociais do campo e da cidade (CARNEIRO, 2007).

Contudo, a amplitude do debate das dimensões do rural e do urbano não é uma tarefa recente no Brasil, pois desde as primeiras décadas do século XX, questões econômicas, políticas e socioculturais da relação cidade-campo foram debatidas, principalmente por conta do processo de industrialização urbana. Muitos dos estudos dessa época pautaram-se sob o

viés dicotômico em que se consideram campo e cidade como realidades distintas, de maneira que a existência de uma excluía a da outra. O espaço rural, sempre definido como lugar vinculado à tradição e ao atraso, e o urbano como espaço do desenvolvimento. Essa forma de ver esses distintos espaços levou ideologicamente à criação de estereótipos para o homem, e também aos jovens rurais.

Para se apossar do sentido da categoria juventude, também não se pode perder de vista discussões acerca do modelo econômico e, no caso da juventude rural, do modelo agrário, sem relegar o fato de que essa categoria é um produto próprio das cidades, já que foi com o fenômeno de urbanização que passou a despertar o interesse do Estado em diversos setores, como educação, segurança e trabalho. Do mesmo modo, tornou-se alvo na esfera do consumo e da indústria cultural, na medida em que foi incorporada como figura principal nos mercados da moda, da música, do esporte e das artes, entre outros (CATANI; GILIOLI, 2008).

A juventude, como hoje a conhecemos, é propriamente uma invenção do pós-guerra que tornou possível o surgimento de uma nova ordem internacional que conformou uma geografia política em que os vencedores tinham acesso a inéditos padrões de vida, impondo seus estilos e valores. Tomou forma um discurso jurídico, um discurso escolar e uma florescente indústria, que reivindicavam a existência das crianças e dos jovens como sujeitos de direito e, especialmente, quanto aos jovens, como sujeitos de consumo. (REGUILLO, 2007, p. 49).

Desta forma, o conceito de geração assume-se uma particular importância para a compreensão do papel da juventude nas sociedades modernas. Maia (2002) entende geração como um conjunto de indivíduos nascidos no mesmo tempo e que detêm uma experiência comum. Estes indivíduos expressam, simultaneamente, uma determinada maneira de encarar a vida, assim como os seus problemas. Ora ser jovem, na sociedade contemporânea, não é apenas uma condição biológica, mas sim uma maneira prioritária de definição cultural. A juventude contemporânea deixou de ser uma condição biológica e tornou-se, portanto, numa definição simbólica (MELUCCI, 1997). Quer isto dizer que as pessoas não são jovens apenas pela idade, assumem esta característica juvenil através da mudança cultural.

Contudo, a compreensão sobre *geração* nos permite uma maior consideração sobre o tempo contemporâneo, possibilitando identificar as questões universais que perpassam a vida desses jovens e que se particularizam na experiência cotidiana do grupo etário. É, portanto, nessa experiência que os jovens se relacionam com o passado, rompendo ou dando continuidade

aos valores e normas de conduta construídas pelas gerações anteriores, construindo referenciais para a vida no presente e nos projetos futuros.

Mannheim (1982) defende que a discussão sobre geração deve perpassar a experiência de uma situação social comum que expõe seus membros a uma fase do processo coletivo. Ou seja, que existe uma situação social geral, um fenômeno comum a vários indivíduos dentro de um todo social. Essa similaridade de situação é definida através da especificação da estrutura na qual os grupos surgem na realidade histórico-social. Assim, os membros de uma geração compartilham experiências comuns e que por isso usufruem, juntos e contemporaneamente, os mesmos benefícios e opressões prefigurados pelo modo de inserção na vida social. (FORACCHI, 1972).

Na concepção de Mannheim, a situação geracional está baseada na existência de um ritmo biológico da vida humana – nascimento e morte – que faz com que indivíduos de uma mesma geração que nasceram no mesmo ano, sejam dotados de uma situação comum na dimensão histórica do processo social. Porém, é importante estabelecer que essa situação não se reduz apenas a isto, já que existe uma interação social entre seres humanos, uma estrutura social definida e uma história que faz da geração um fenômeno de localização social. Dessa maneira, pertencer à mesma classe, grupo etário ou geração tem em comum o fato de ambos proporcionarem aos indivíduos participantes uma situação comum no processo histórico e social, que os restringem a determinadas experiências e os predis põem a um modo característico de pensamento, experiência e ação. Em sua concepção, a geração como dimensão analítica importante para a compreensão da dinâmica das mudanças sociais e de formas de pensar e de agir de uma época. As gerações formam produtos específicos que pela ação dos tempos históricos e biográficos podem produzir mudanças sociais, mas pode ser também o resultado de uma mudança gestada pela geração anterior.

Dessa maneira, o tempo é apenas uma demarcação potencial, mas é o processo histórico que aproxima os jovens de uma mesma geração, integrantes de uma mesma faixa etária. Nessa integração destacam-se dois componentes: eventos históricos que quebram a continuidade formando uma ideia de antes e depois na vida social e a forma como estes eventos são vivenciados pelos diferentes grupos etários, que estão em diferentes momentos do processo de socialização. Esses eventos podem ser tanto grandes e catastróficos problemas sociais ou naturais ou lentos processos econômicos, políticos e culturais que aos poucos tornam o modo de vida anterior e as experiências relacionadas a eles sem sentido.

Mannheim (1982) difere de outros sociólogos em dois pontos: o primeiro é sua posição contrária a períodos regulares para o estabelecimento de cortes geracionais. O segundo leva em conta o movimento de sucessão das gerações, que estaria ligado à mudança social, ou seja, a dinâmica social se acelera com a ação de criação e transformação dos impulsos de gerações (TOMIZAKI, 2010). Portanto, para uma análise geracional o simples marco cronológico é apenas um ponto referencial, mas não serve como base para delimitar as formas de agir de um grupo etário. Classificar um jovem pela sua idade é simplificar o conceito e a compreensão sobre geração, é preciso que se reconheça os fatos históricos marcantes da época.

O fato de as pessoas nascerem ao mesmo tempo, ou de que a sua juventude, maturidade e velhice coincidem, não envolve por si só a similaridade de situação; o que realmente cria uma situação comum é elas estarem numa posição para experienciar os mesmos acontecimento e dados, etc, e especialmente que essas experiências incidam sobre uma consciência similarmente 'estratificada'. Não é difícil perceber por que a mera contemporaneidade cronológica não pode, por si própria, produzir uma situação de geração comum. (...) Somente onde os contemporâneos estão definitivamente em posição de partilharem, como um grupo integrado, de certas experiências comuns, podemos falar corretamente de similaridade de situação de uma geração. A mera contemporaneidade torna-se significativa sociologicamente apenas quando envolve também a participação nas mesmas circunstâncias históricas e sociais. (MANNHEIM, 1982, p. 79)

Por conseguinte,

Pode-se dizer que os jovens que experienciam os mesmos problemas históricos concretos fazem parte da mesma geração real; enquanto aqueles grupos dentro da mesma geração real, que elaboram o material de suas experiências comuns através de diferentes modos específicos, constituem unidades de geração separadas. (MANNHEIM, 1982, p. 87)

Tomizaki (2010) a partir dos estudos de Mannheim traz novos elementos para a discussão do conceito de Geração: a) a idade; b) a situação de classe; c) as experiências concretas e simbólicas comuns; d) a relação com outras gerações; e) a conjuntura histórica (social, econômica e política) na qual se inscrevem as gerações; f) as relações familiares e de parentesco. De acordo com Tomizaki (2010):

- a) A idade representa a potencialidade de pertencimento a uma geração, porém não é fundamental para a sua constituição. É necessário que um grupo cronológico tenha elementos materiais e simbólicos que os integrem formando uma coletividade;
- b) A geração também representa uma situação de classe, pois os indivíduos que vivenciam um campo determinado tendem a desenvolver uma forma específica de pensar e de agir, bem como de interferir no processo histórico;

- c) Para que a situação de classe tenha sentido, é preciso que o grupo tenha um conjunto de experiências compartilhadas para as quais atribuam significados semelhante, embora isto não implique numa homogeneidade absoluta no interior do grupo;
- d) Uma geração não se constitui de modo independente, é preciso que se considere a influência mútua entre as gerações, notadamente nos processos de transmissão e socialização. Assim a compreensão de uma geração deve adotar uma análise relacional;
- e) A compreensão do período histórico permite aprofundar as possibilidades e limitações que se apresentam para o grupo a partir da conjuntura econômica, social e cultural que ele vivencia, além de permitir o aprofundamento da discussão sobre o tempo cronológico que define uma geração, experiências comuns e relações com outras gerações;
- f) Ao considerar os laços familiares e de parentesco, notam-se também as relações que o indivíduo estabelece com o sistema de formação e com o mercado de trabalho. Embora não estejam desconectadas de gerações históricas, as gerações familiares trazem aspectos específicos da vivência geracional no sistema de ensino ou determinados campos de atuação profissional.

Para Tomikazi (2010), estes elementos acima mencionados formariam a chamada situação geracional e serviriam de base para a o pertencimento a uma geração. Assim, para que se possa investigar a formação e os traços característicos de uma geração seria importante identificá-los e analisá-los para delimitar e compreender mais profundamente o grupo foco de estudo.

1.2 – IDENTIDADES CULTURAIS: O COMPLEXO DO URBANO E DO RURAL NA SOCIEDADE CONTEMPORÂNEA

A diferenciação e distinção entre rural e urbano se constituem um desafio em diversos países do mundo. Abramovay nos mostra que

muitos países consideram rurais as localidades abaixo de um certo patamar populacional. Na Espanha, em Portugal, na Itália e na Grécia, são rurais os habitantes que vivem em assentamentos humanos que reúnem em habitações contíguas ao menos 10 mil habitantes — e que guardam uma certa distância dos centros metropolitanos, bem entendido. (BARTOLOMÉ apud ABRAMOVAY, 2000, p. 5, grifos do autor).

O autor acrescenta

na França, são rurais as “comunas” com população inferior a 2 mil habitantes, critério estipulado ainda no século XIX. Vários países latinoamericanos (Argentina, Bolívia, México, Venezuela, Honduras, Nicarágua, Panamá) adotam igualmente um limite populacional que varia entre mil e 2.500 habitantes na definição de população rural. (DIRVEN apud ABRAMOVAY, 2000, p. 5).

De fato, as definições teóricas fornecem os elementos necessários às formas empíricas de delimitação do espaço quanto às características rurais e urbanas. Ficam evidentes algumas dimensões fundamentais para a distinção entre rural e urbano: demografia, desenvolvimento econômico e modos de vida. A perspectiva territorialista tem ainda uma dimensão metodológica e operacional, tanto no campo das políticas de desenvolvimento rural como nas novas formas de delimitação entre rural e urbano. De fato, segundo a regra oficial do IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – o espaço rural abrange as áreas externas ao perímetro urbano legalmente definido.

Sendo assim, de acordo com dados da Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílios (PNAD) de 2015, a maior parte da população brasileira, 84,72%, vive em áreas urbanas. Já 15,28% dos brasileiros vivem em áreas rurais. Segundo Veiga (2002) para que a análise da configuração territorial possa realmente evitar a ilusão causada pela norma legal é preciso combinar pelo menos outros dois fatores: a densidade demográfica e sua localização.

Dessa forma, Veiga (2002) classifica como rurais os municípios de pequeno porte que possuem até 50 mil habitantes e menos de 80 hab/km²; de médio porte os que registram uma população no intervalo de mais de 50 a 100 mil habitantes, ou cuja densidade supere os 80 hab/km², mesmo que tenham menos de 50 mil habitantes; e de fato centros urbanos os municípios com mais de 100 mil habitantes. Fazendo uma conexão com o critério estabelecido pela Organização para a Cooperação e o Desenvolvimento Econômico (OCDE) a primeira classificação englobaria os municípios essencialmente rurais, a segunda os relativamente rurais e a última àqueles ditos essencialmente urbanos.

Podemos notar que a unidade básica de análise é a posição do domicílio no município. Esse, a partir da delimitação do perímetro urbano, é dividido em setor urbano e setor rural. Essa classificação é problemática, uma vez que, em áreas que são consideradas urbanas, os sujeitos que nela vivem podem possuir práticas tipicamente ligadas ao modo de vida rural ou mesmo o inverso. Veiga (2002) critica veementemente essa classificação e defende que sua utilização

acaba por limitar o entendimento do processo de urbanização brasileiro. Sua obra *Cidades Imaginárias* (2002) traz algumas questões instigantes, como a de que “o Brasil é menos urbano do que se imagina”, já que a sede de um município, que é considerada cidade pelo IBGE, pode ter um número populacional bastante reduzido e possuir características estruturais e funcionais que não podem ser associadas ao urbano. Nas palavras do autor

infelizmente, o entendimento do processo de urbanização do Brasil é atrapalhado por uma regra que é única no mundo. O país considera urbana toda sede de município (cidade) e de distrito (vila), sejam quais forem suas características estruturais ou funcionais. O caso extremo está no Rio Grande do Sul, onde a sede do município União da Serra é uma “cidade” na qual o Censo Demográfico de 2000 só encontrou 18 habitantes. (VEIGA, 2002, p. 15).

Diante das imprecisões que constituem enormes desafios aos pesquisadores dessa temática, a começar pela diferenciação entre práticas que sejam exclusivamente do mundo rural e do mundo urbano, emerge a necessidade de se definir o rural e o urbano por outro viés, que não o puramente demográfico, apesar do reconhecimento da praticidade na utilização desse critério. Sposito (2006) reconhece a dificuldade relativa ao estabelecimento de novos parâmetros, por parte do IBGE, para a definição de urbano e rural. Assim

parece-nos pouco eficaz e ingênuo supor que seria possível, a cada censo demográfico, estabelecer e multiplicar parâmetros capazes de apreender o que é urbano e apropriados para se aplicarem a um país marcado por elevado grau de diversidade regional, por grandes disparidades regionais e por ritmos de mudança e modernização igualmente diversos. (SPOSITO, 2006, p. 114)

Nesta perspectiva, entendemos que abordar a dimensão do rural e do urbano por meio de uma redução a elementos e critérios numéricos não permite a apreensão da totalidade que marca os processos constituintes de tais fenômenos. Entendemos que mais importante do que restringirmos a análise à classificação rural/urbana, é a compreensão das relações que se estabelecem entre os sujeitos dessas espacialidades, procurando identificar os elementos presentes no espaço que se pretende analisar e que podem facilitar a análise. É necessário também considerar que toda realidade é dotada de uma dinamicidade, que pode tornar os conceitos ultrapassados e obsoletos. Assim, a apreensão do movimento da realidade em uma perspectiva histórica deve ser prioritária em relação à definição estrita do que é rural e do que é urbano, uma vez que “o campo e a cidade são realidades históricas em transformação tanto em si próprias quanto em suas inter-relações” (WILLIAMS, 1989, p. 387).

Por isso, torna-se cada vez mais difícil delimitar, definir, compreender e refletir sobre as atuais áreas ditas rurais e urbanas brasileiras, principalmente considerando as pequenas cidades inseridas numa rede urbano-rural-regional integrada no processo de suas formações. Como ressalta Roberto Luís Monte-Mór

os adjetivos urbano e rural, todavia, referentes à cidade e ao campo, ganharam autonomia apenas recentemente e dizem respeito a uma gama de relações culturais, sócio-econômicas e espaciais entre formas e processos derivados da cidade e do campo sem, no entanto, permitirem a clareza dicotômica que os caracterizava até o século passado. Ao contrário, cada vez mais as fronteiras entre o espaço urbano e o espaço rural são difusas e de difícil identificação. Pode-se supor que isto acontece porque hoje esses adjetivos carecem da sua referência substantiva original, na medida em que tanto a cidade como o campo não são mais conceitos puros, de fácil identificação ou delimitação. O que são, hoje, as cidades de Belo Horizonte, São Paulo, Rio de Janeiro, Bela Vista de Minas ou qualquer outra cidade grande, média, ou mesmo pequena, no Brasil contemporâneo ou no mundo? Onde começam e onde terminam? De outra parte, o que é hoje o campo? A cooperativa agrícola da Cotia ou a Barretos do peão boiadeiro em São Paulo? Povoados e distritos distantes como Milho Verde ou a periferia das cidades, chamada —área rural? Ou as grandes fazendas, as agroindústrias, os acampamentos do MST, no nordeste, no cerrado ou na Amazônia? Em qualquer caso, a definição dos limites e da natureza, tanto do campo como da cidade é cada vez mais difusa e difícil. (2006, p. 06)

Tradicionalmente, a distinção entre os conceitos de rural e urbano era estabelecida em função das atividades econômicas desenvolvidas naquele espaço. O rural era visto como o lugar do “retrocesso”, do “inacessível”, estritamente o espaço econômico das atividades agropecuárias, que compreendem a agricultura, extração vegetal e criação animal, e o urbano era valorizado como o lugar das oportunidades do “avanço”, “*locus*” privilegiado para o desenvolvimento das atividades tipicamente urbanas, ou seja, as atividades não-agropecuárias dos setores de serviços e de bens industriais. (ALENTEJANO, 2003, p. 23). Sendo assim, o meio rural sempre esteve relacionado com a prática de atividades tradicionais e associado ao “atraso” cultural e tecnológico. Essa dualidade tem se atenuado com as transformações que se projetam para além das fronteiras de rural e urbano na sociedade contemporânea.

Marx e Engels (1998) confirmam esse pressuposto ao escreverem que “a cidade constitui o espaço da concentração, da população, dos instrumentos de produção, do capital, dos prazeres e das necessidades, ao passo que o campo evidencia o oposto, o isolamento e a dispersão” (p.55). Contudo, as análises de Marx apresentam uma visão urbanocêntrica, onde a cidade possui primazia em relação ao campo, corroborando para uma imagem retrógrada que o constitui como sendo o oposto da cidade. Percebemos, no entanto, que essa visão condicionante

em que o rural representa o espaço periférico e o urbano como central, é predominante ainda hoje.

Essa visão do rural enquanto local de atraso, de características homogêneas, e da cidade enquanto sinônimo de modernidade, da heterogeneidade, foi reforçada após as mudanças ocorridas na Europa após a Revolução Industrial no século XVIII, quando o campo perde parte da centralidade econômica e social que exercia para a cidade (FERRÃO, 2000). Dessa maneira, o espaço rural foi perdendo gradativamente a população rural, que ampliou a divisão territorial do trabalho entre campo e cidade.

As leituras e releituras do rural e do urbano têm-se chegado a múltiplos debates e conceitos sobre o que é o rural e o que é o urbano. Porém, são inúmeras as dificuldades conceituais e metodológicas impostas, há tempos, aos formuladores de políticas de planejamento público, aos demógrafos e aos pesquisadores de diversas áreas do conhecimento, que encontram inadequações existentes na definição do que seja rural e urbano no Brasil.

Na abordagem clássica estariam agrupados autores como Henri Lefebvre, Milton Santos e Otávio Ianni, que trabalham a ideia de “urbanização do rural”, segundo a qual, o rural tenderia a desaparecer, tornando-se urbano. Essa perspectiva enfoca a existência de “especificidades no espaço rural, mesmo quando impactado pela força do urbano” (RUA, 2005, p. 91). Numa segunda vertente, agrupam-se autores como José Eli da Veiga, Ricardo Abramovay, Sérgio Schneider e José Graziano da Silva. Estes, apesar de apresentarem imensa diversidade, defendem um necessário destaque no rural, priorizando seus estudos na ideia de “novas ruralidades”.

Milton Santos propõe que a já clássica divisão rural e urbano no Brasil, seja substituída pela divisão em dois grandes subtipos: “os espaços agrícolas e os espaços urbanos, as regiões agrícolas e não rurais contêm cidades; as regiões urbanas contêm atividades rurais, assim teríamos áreas agrícolas contendo cidades adaptadas as suas demandas e áreas rurais adaptadas às demandas urbanas.

Nessa perspectiva, o reconhecimento do rural deve basear-se na concepção de que ele não pode ser definido por oposição, mas em sua relação com as cidades, devendo-se atentar sempre para a manutenção de suas especificidades. A ênfase às particularidades e singularidades que marcam tanto o rural quanto o urbano é realizada nos estudos de RUA, ao tentar uma visão mais integradora a partir de uma abordagem mais territorial, ou seja, a partir

das territorialidades em que o urbano e o rural se mesclam. Segundo Rua (2005), a identidade do rural contemporâneo pode ser apreendida a partir da consideração de uma série de “mistos”, já que o rural de hoje não é mais o rural “pleno” de algumas décadas atrás. A incorporação de “urbanidades”, entendidas como a manifestação de elementos urbanos no campo, produz uma interação que dá lugar a territorialidades ímpares, que restam ser definidas e mais importante, serem compreendidas.

De acordo com Moreira (2005), porém, a polaridade entre rural e urbano, não diminuiu. O rural continua sendo visto como símbolo do atraso e da ausência de cultura, apesar de cada vez mais inserido no mundo da modernidade, enquanto o urbano representa para muitos o auge civilizatório, a partir de uma noção – decorrente dos ideais iluministas e da antropologia clássica – essencialista e unidirecional de cultura que conduz à ideia de que há um único caminho cultural cujos pontos de partida e chegada são, respectivamente, as culturas consideradas “primitivas” e a culturas consideradas “civilizadas”.

Conforme Hissa (2008), as barreiras encontradas para a superação dessa dicotomia, decorrem dos valores cultivados pela ciência moderna, que reparte para conhecer e divide para atender aos paradigmas disciplinares. As abordagens dicotômicas estão presentes e influenciando o pensamento científico desde o século XVI, inspirado no desenvolvimento do capitalismo. Cidade/campo, sociedade/natureza, ambiente/urbano, homem/natureza são separações inspiradas pelo modo de pensar o mundo sob as referências da modernidade. Superar as leituras dicotômicas é necessário para a compreensão das atuais formas de organização e do homem com a sociedade.

Por isso é oportuno salientar que a contraposição urbano-rural vai muito além da diferenciação entre cidade e campo e que estes não podem ser identificados como dicotômicos, já que a modernização da sociedade engendrou profundas transformações e estreitou e intensificou as relações sociais estabelecidas entre eles. Nesse sentido, ressaltamos a necessidade de que o urbano e o rural precisam ser encarados como interdependentes e complementares, onde se mesclam, formando um híbrido, concepção que será retomada logo adiante.

No entanto, esta dimensão dicotômica propõe uma flexibilidade de visões sobre o próprio conceito de *cultura*, o que, inevitavelmente, lhe atribui uma ideia inacabada e interseccionada. Assim, a cultura pode ser entendida como

um conjunto colidente e conflituoso de práticas simbólicas ligadas a processos de formação e transformação de grupos sociais, uma vez que, por esse ângulo, podemos aninhar a heterogeneidade, o inacabamento, as fricções e a historicidade no âmago do conceito. (COX, ASSIS-PETERSON, 2007, p. 33)

Entretanto, ainda assim é necessário alcançar algumas dimensões sobre esse conceito. Porém, reforçamos que este trabalho não tem por objetivo estabelecer uma definição para o termo, mas apenas discutir alguns dos pressupostos de seu significado e, a partir deles, tomar algum/alguns como referência. Uma das primeiras definições formais de cultura se dá no campo da antropologia, podendo ser atribuída a Edward Burnett Tylor. Ele escreveu a primeira definição etnológica da cultura, em 1817, onde marca o caráter de aprendizado cultural em oposição à ideia de transmissão biológica:

Tomando em seu amplo sentido etnográfico [cultura] é este todo complexo que inclui conhecimentos, crenças, arte, moral, leis, costumes ou qualquer outra capacidade ou hábitos adquiridos pelo homem como membro de uma sociedade (apud LARAIA, 2006, p.25).

Outra grande contribuição foi dada pelo antropólogo Franz Boas, para quem não há diferença natural, biológica, entre os povos; as diferenças são culturais, adquiridas ao longo da vida, não inatas. Assim, seu objetivo era o estudo “das culturas” e não “da Cultura” (CUCHE, 1999). Boas confere à perspectiva conceitual a ideia de relativismo cultural, acreditando que “cada cultura representa uma totalidade singular e todo seu esforço consistia em pesquisar o que fazia sua unidade” (CUCHE, 1999, p.45), no entanto, não estava preocupado em apenas em descrever fatos culturais, mas entende-los inseridos em um conjunto de fatos aos quais estão ligados, ou seja, relacionando os fatos aos seus contextos e produzindo coerência. Sendo assim

cada cultura é dotada de um “estilo” particular que se exprime através da língua, das crenças, dos costumes, também da arte, mas não apenas dessa maneira. Este estilo, este “espírito” próprio a cada cultura influi sobre o comportamento dos indivíduos. Boas pensava que a tarefa do antropólogo era também elucidar o vínculo que liga o indivíduo à cultura” (CUCHE, 1999, p. 45)

Ruth Benedict, aluna de Franz Boas e sua assistente, afirmava que a caracterização de uma cultura eram os seus padrões recorrentes, o que, de fato, acabava gerando uma configuração

cada cultura se caracteriza (...) por ser *pattern*, isto é, por uma certa configuração, um estilo de vida, um certo modelo. O termo implica a

ideia de uma totalidade homogênea e coerente. Toda cultura é coerente, pois está de acordo com os objetivos por ela buscados, ligados a suas escolhas, no conjunto das escolhas culturas possíveis. Ela busca estes objetivos à revelia dos indivíduos, mas através deles, graças às instituições (sobretudo educativas) que vão moldar todos os seus comportamentos, conforme os valores dominantes que lhes são próprios (CUCHE, 1999, p. 77-78)

Por meio desta posição que está a chamada totalidade: na unidade de um grupo a partir de significados contextualizados criados e compartilhados por esse grupo, fazendo com que esse grupo se identifique. No entanto, essa totalidade pode ser representada, segundo Levi-Strauss (1952), pelo conjunto de sistemas simbólicos que representa certa cultura

toda cultura pode ser considerada um conjunto de sistemas simbólicos. No primeiro plano destes sistemas colocam-se a linguagem, as regras matrimoniais, as relações econômicas, a arte, a ciência e a religião. Todos estes sistemas buscam exprimir certos aspectos da realidade física e da realidade social, e mais ainda, as relações que estes dois tipos de realidade estabelecem entre si e que os próprios sistemas simbólicos estabelecem uns com os outros. (1952, p. XIX apud CUCHE, 1999, p. 95)

A cultura assim compreendida pode ser visualizada como um mapa, um receituário, um código através do qual as pessoas de um dado grupo pensam, classificam, estudam e modificam o mundo e a si mesmas. O conjunto de regras que formam a cultura são algo que permite relacionar indivíduos entre si e o próprio grupo com o ambiente onde vive. Damata apud Bosi (1987) contribui

a cultura é um conjunto de regras que nos diz como o mundo pode e deve ser classificado. As regras apenas indicam os limites e apontam os elementos e suas combinações explícitas. Embora cada cultura contenha um conjunto finito de regras, suas possibilidades de atualização, expressão e reação em situações concretas são infinitas. Existe um enorme potencial que cada cultura encerra como elemento plástico, capaz de receber as variações e motivações dos seus membros, bem como os desafios externos (BOSI, 1987, S/P)

Nesse sentido, a contribuição de Geertz (2008) é muito importante, pois chamou a atenção para o fato de que cultura deve ser considerada não como um complexo de comportamentos concretos, mas um conjunto de mecanismos de controle, planos, receitas, regras, instruções para governar o comportamento. Os símbolos e significados são partilhados pelos atores, os membros do sistema cultural. Em outros termos, ele propõe um conceito de cultura que não possui uma faceta multidisciplinar com vários referentes e nem qualquer

perplexidade fora do comum, mas um termo com um molde de significados transmitidos historicamente, incorporado em símbolos, um sistema de percepções herdadas na qual propicia que os homens se comuniquem e desenvolvam ações e atividades com relação à vida (GEERTZ, 2008)

Na tentativa de alcançar uma imagem mais exata do homem, quero propor duas ideias. A primeira delas é que a cultura é melhor vista não como complexos padrões concretos de comportamento — costumes, usos, tradições, feixes de hábitos —, como tem sido caso até agora, mas como um conjunto de mecanismos de controle — planos, receitas, regras, instruções (que os engenheiros de computação chamam "programas" — para governar o comportamento (GEERTZ, 2008.p. 32).

A concepção de Geertz (2008) vai de encontro com a ideia de Bauman (2012), para quem a criação de normas restritivas implica na criação de uma ordem cultural sendo a cultura uma espécie de gabarito comportamental tanto de indivíduos como de comunidades. A cultura é criada pelo homem e tem um papel importante na vida do mesmo, ela é criada pela liberdade, mas ao mesmo tempo limita esta liberdade, a dualidade existente no termo fica nítida quando o autor expressa essa ideia.

Bauman (2012), em sua obra *Ensaio Sobre o Conceito de Cultura*³, ressalta que a cultura não é um produto de alienação social ou política, mas um movimento necessário para liberdade individual e coletiva. Nessa perspectiva, analisa as principais correntes de pensamento que estudaram o significado da cultura na sociedade ocidental e apresenta sua linha de pensamento voltada ao alinhamento dos fenômenos e manifestações culturais no campo da práxis, como a atividade livre, universal, criativa pela qual os homens transformam o mundo em que vivem.

Ainda na concepção de Bauman (2012), somos seres individuais, carregados de informações hierárquicas trazidas geneticamente ou agregadas durante a nossa existência. Vivemos em uma sociedade onde a cultura é estruturalmente instintiva, empírica e de caráter experimental por meio de conhecimentos adquiridos ao longo da tradição, e transmitidos de geração em geração pelos costumes e pelas narrativas orais e escritas. Por isso, ela [a cultura] precisa ser constantemente reinterpretada e vivida de forma inovadora pelas novas gerações.

³ Título original *Culture as Praxis*. Publicado originalmente em 1975, por Routledge & Kegan Paul, de Londres, Inglaterra.

Cabe a cada geração construir o mundo conforme suas perspectivas políticas, sociais e econômicas.

A cultura, portanto, está relacionada aos diferentes sistemas de padrões de comportamento socialmente transmitidos (LARAIA, 2006) e, sendo assim, não é estática, tendo suas mudanças ocorridas num processo lento e gradual ou bruscas e rápidas. Segundo Claval, a cultura designa um conjunto de saber-fazer, de práticas, de conhecimentos, de atitudes e ideias que cada indivíduo recebe, interioriza, modifica ou elabora no decorrer de sua vida (CLAVAL, 1999). É nesse ambiente cultural que nossa reflexão se desenvolve e ao estudar as peculiaridades juvenis advindas desse ambiente, não estamos propondo uma dicotomia entre o jovem rural e o jovem urbano, nem entre suas respectivas idades, como destacou Whitaker (2002). As diferenças existentes entre eles estão muito mais relacionadas às suas respectivas condições sociais de existência e vão além do território rural ou urbano.

Partindo dessas definições, alguns teóricos partem de uma ideia de *identidade* concebida a partir de sistemas culturais. Ou seja, conceituam como “sentimento de pertencimento de realidades” e “conjunto de significados compartilhados” (CANCLINI, 1995; HALL, 2001; KELLNER, 2001; BAUMAN, 2005; SILVA, 2014). Nesta perspectiva, a identidade é compreendida como culturalmente formada, um posicionamento e não uma essência, ligada à discussão das identidades culturais, nacionais e as que se formam por sentidos cambiantes e contínuos do cotidiano do sujeito (HALL, 1996). “As identidades culturais são pontos de identificação, os pontos instáveis de identificação ou sutura, feitos no interior dos discursos da cultura e da história” (HALL, 1996, p. 70). Portanto, a identidade cultural são as particularidades que um indivíduo ou grupo atribui a si pelo fato de sentir-se pertencente a uma cultura específica.

Hall (1996) defende que as identidades culturais provêm de alguma parte e, portanto, possuem histórias, sofrendo modificações constantes (HALL, 1996, p. 69). O autor também destaca em sua obra *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade* (2003) três concepções de identidade; a primeira considera a existência do Sujeito Iluminista, fruto dos movimentos como a Reforma Protestante, o Humanismo Renascentista e o Iluminismo, estava baseado em uma concepção de pessoa humana como um indivíduo totalmente centrado, dotado de capacidades de razão de consciência e ação, onde o “centro” consistia em um núcleo interior que emergia quando o sujeito nascia e com ele se desenvolvia. Em outras palavras, o centro essencial do eu era a identidade do indivíduo; a segunda que concebe o Sujeito Sociológico, que remete ao final

do século XIX com o desenvolvimento das ciências sociais, particularmente a sociologia, refere-se a crescente complexidade do mundo moderno e a consciência de que este núcleo interior do sujeito não era autônomo, mas era formado na relação com outras pessoas que mediavam para o sujeito valores, sentidos e símbolos – a própria cultura – dos mundos. Entretanto, nessa concepção a identidade preenche o espaço entre o “interior” e o “exterior”. O fato é que o sujeito projeta a si próprio nessas identidades culturais ao mesmo tempo em que internaliza seus significados e valores; a terceira delas é a que considera a existência do “Sujeito Pós-Moderno”, o qual não tem identidade fixa, essencial ou permanente; o sujeito é fragmentado e possui várias identidades contraditórias ou não resolvidas, o que implica dizer que o sujeito assume identidades diferentes em momentos diferentes.

Portanto, é dessa forma que se traz a ideia de Hall (1996) ao encontro da questão dos jovens urbanos e jovens rurais; acredita-se que eles também podem ser considerados “Sujeitos Pós-Modernos”, no momento em que não possuem mais uma identidade fixa, sendo que assumem diferentes identidades, por exemplo, quando estão na zona rural ou quando estão na zona urbana. Dessa forma, na medida em que ocorrem mudanças também na zona rural, onde os sistemas de significação e representação cultural se multiplicam, o jovem rural é colocado diante de muitas identidades, as quais podem assumir e ser, dessa forma, um indivíduo não só centrado em seu “eu” interior, nem só formado pela relação com outras identidades; é, no entanto, uma mistura de identidades, sendo que em certos momentos, o jovem privilegia uma delas e em outros momentos, privilegia as outras identidades que possui (PREDIGER, 2009).

Esse contato com diferentes realidades faz com que esses jovens construam uma representação social de si. Esta é entendida por Frossard (2003) como sendo o “conjunto de informações, imagens, símbolos, definições, ideias, crenças, saberes, concepções culturais que surgem das interações coletivas do ser em um dado contexto social” (FROSSARD, 2003, p. 42). Pensa-se que estas relações, a partir das quais o indivíduo constrói sua representação social, também interferem na construção de suas identidades, como aponta Frossard quando afirma que “a representação social interfere na construção ou formação das identidades sociais individuais” (FROSSARD, 2003, p. 42). Acredita-se, portanto, que estes, a partir do contato que mantém com diferentes realidades (rural e urbana) e grupos sociais (igreja, comunidade, escola, entre outros), constroem sua representação social e esta interfere na formação de sua identidade, ou de suas diferentes identidades.

Por meio desse entendimento, Orozco (2006) argumenta que as identidades se constroem sobre as hibridizações e Hall lembra que “as nações modernas são todas híbridas culturais” (HALL, 2003, p. 62), não existindo mais culturas narrativas e identidades lineares. É importante considerar que a globalização inclui processos que hibridizam, colocando culturas, formas de ser, estilos de vida, um de frente com o outro, e processos que homogeneízam, negando o local em favor do global destituído de ambiguidade, em um processo de padronização radical. Em outros termos, podemos compreender que as culturas se inter-relacionam, como os jovens rurais que partilham práticas globais como consumidores da vida urbana contemporânea. Porém, antes de avançarmos nessa discussão, faz-se necessário compreendermos mais um pouco sobre o hibridismo cultural.

Segundo Vargas (2007), o conceito de hibridismo tem sido muito discutido nas últimas décadas, em grande parte motivado pelos estudos sobre a pós-modernidade e, especialmente, sobre a cultura latino-americana. Ele pode vir indicado por sinônimos mais ou menos próximos como mestiçagem, miscigenação, sincretismo e mulatismo; ou ainda englobando ideias tais como mescla, mistura, amálgama, fusão cruzamento, relação etc. (VARGAS, 2007, p. 19-20). Ainda segundo este mesmo autor “o híbrido é produto estável de uma mescla de elementos e tende a colocar em xeque as determinações teóricas unidirecionais feitas sobre ele. Não é resultado de um aspecto, nem se reduz ao que é único; mas tende a se mostrar por várias facetas, e cada uma delas concebida por origens distintas e pouco delineadas” (VARGAS, 2007, p. 20).

Canclini (2006) em sua obra *Culturas Híbridas: Estratégias Para Entrar e Sair da Modernidade*, aponta que o conceito de híbridos é advindo da Biologia. Alguns pesquisadores criticam este termo, alegando a sua esterilidade no qual é empregado nas ciências biológicas. Entretanto, Canclini (2006) salienta que muitos conceitos foram importados de outras ciências para as ciências sociais, e não foram invalidados devido a sua significância de origem.

Apesar de híbridos serem associados na biologia como algo infecundo, nas ciências humanas seu emprego foi totalmente diferente. Segundo Canclini (2006) a noção de híbridos possibilita identificar e entender alianças fecundas, que geram novas práticas socioambientais, ou nas palavras de Canclini (2006, p.19): “entendo por hibridação processos socioculturais nos quais estruturas ou práticas discretas, que existem de forma separada, se combinam para gerar novas estruturas, objetos e práticas”.

Haesbaert (2005, p. 5), sintetiza que “hibridização implicaria, a princípio, também, em territórios múltiplos, territórios híbridos” ou, em seguida, quando escreve que “o mais comum

é que as pessoas e os grupos sociais desenvolvam, concomitantemente, vínculos identitários com mais de um território ou com territórios de características muito mais híbridas, multiterritorializando-se”, como os jovens de nossa pesquisa que realizam suas práticas culturais, ora no campo, ora na cidade.

Na concepção de Vasconcelos (1977) essa integração e representação entre campo-cidade/rural-urbano provêm também da comunicação, ultrapassando o simples contato físico entre indivíduos ou grupos sociais, para um processo contínuo de compreensão, de entendimento, tolerância e de interdependência uns com os outros. Por exemplo, no plano econômico pela vinculação direta das populações na produção rural ou do consumo dos centros urbanos; no plano político/administrativo, pela influência dos moradores rurais na eleição e manutenção dos serviços públicos; no plano institucional, pelos diversos estabelecimentos mantidos no campo e na cidade e no plano cultural pela expansão do modo de vida urbano, propagados pelos diversos meios de comunicação e pela (re)significação do rural nos centros urbanos e a outras atividades comerciais associadas ao meio rural.

Então, a configuração rural da cidade passou a ser caracterizada pela divisão entre o rural-urbano, pois mesmo nos lugares mais afastados, onde encontraríamos o típico rural tradicional, aspectos urbanos já se fazem presentes por meio da urbanização das estradas, funcionamento do transporte público e veículos, maquinários para produção agrícola, assim como pelo acesso às redes de comunicação (televisão, rádio e internet). Além disso, o aspecto rural da cidade também é valorizado pelo viés do lazer, turismo e moradia, seguindo o movimento das últimas décadas da redução nos limites entre o rural e o urbano (SILVA, HOFFMANN, 2000). Neste processo de transformação do rural, assume a relevância a dimensão demográfica, a qual tem sido acompanhada por dois processos simultâneos e imbricados que modificam sistematicamente a conjuntura do rural: a sua crescente urbanização e a migração dos jovens em direção às cidades.

Nessas condições, há várias trocas culturais, o que Burke (2003) denomina também por *hibridismo cultural* ou *mosaico cultural*, isto é, podem ter várias formas de delineamento através da diversidade de referências próprias de cada contexto, que, ao se mesclarem, produzem algo diferente e ao mesmo tempo comum entre eles. Assim, segundo Cimadevilla

(2014, p.75) “todo sistema aberto a intercâmbio entre diferentes, inclui a hibridização e a interpenetração. Não somos somente rurais ou urbanos⁴”.

No entanto, esse fenômeno da hibridização⁵ entre rural-urbano ou campo-cidade nos (re)conduz ao debate sobre as novas facetas da ruralidade na contemporaneidade. Como já foi mencionada em parágrafos anteriores, esta dicotomia aflora os debates sobre a compreensão das “novas ruralidades”, especialmente, no contexto da crescente urbanização. Nesta perspectiva outras terminologias são apontadas para tal discussão, como a *rurbanização*, e a partir disso, a classificação dos jovens como *rurbanos*. De fato

a proximidade entre as zonas rurais e os pequenos municípios estabelece uma interação de mão dupla, tramando contextos que se misturam e se modificam mutuamente. É a adjacência que favorece a rurbanização, processo em que o urbano e o rural se misturam, alimentado pelo “princípio dialético de interpenetração de contrários que permite enfocar dicotomias que se entrecruzam para dar lugar a outras categorizações” (CIMADEVILLA; CARNIGLIA, 2009, p. 11)

Esse conceito aparece na obra de Freyre (1975) *A presença do açúcar na formação brasileira*, onde é introduzida a mistura do rural e urbano, explorando a integração total e de complementaridade entre os espaços e as suas culturas. De maneira geral, na ótica de Freyre (1975), para que uma integração ocorresse, seria necessário reconceituar o espaço rural, assim como que a cidade, para que se torne o complemento do mundo rural, seria necessária a destruição a dependência do consumo, o que acaba por dar lastro ostensivo de algumas culturas. Embora o contexto da obra remeta à produção açucareira no nordeste brasileiro no período colonial, ela propõe e amplia as compreensões sobre novos paradigmas rurais e urbanos, assim como vários outros textos sociológicos suscitam a questão agrária do Brasil, como Antônio Cândido, 1964, *Os Parceiros do Rio Bonito*; Sérgio Buarque de Holanda, 1936, *Raízes do Brasil*, em especial o capítulo “*Herança rural*”; Darcy Ribeiro, 1995, *O Povo Brasileiro*, em especial a seção “*O Brasil caipira*”; Ruben Oliven, 1982, *Urbanização e Mudança Social no Brasil*, entre outros.

No Brasil, segundo Froehlich et al. (2017), a expansão da urbanização se deu de forma acelerada a partir da metade do século XIX até a década de 1970, caracterizando-se pela ideia de modernização do rural e da agricultura (FROEHLICH; MONTEIRO; ERICEIRA, 2017).

⁴ Tradução própria.

⁵ Vale ressaltar que a hibridização aqui é compreendida também como um campo de disputas e de conflitos. Logo, os sujeitos de nossa pesquisa não estão em uma lógica totalmente homogênea, pelo contrário, ainda assim são heterogêneos.

Essa ênfase dada ao urbano, influência direta da Revolução Industrial, fez com que espaços rurais em determinado momento passassem a ser considerados antiquados e, depois de algum tempo, entendidos como alternativas ao mundo urbano. No entanto, em muitos lugares do Brasil, apesar do avanço da modernidade urbanística, o rural manteve-se pouco alterado; em outros lugares, houve adaptação a uma nova forma de ser rural, o que promoveu olhares originais sobre este fenômeno conhecido como “rurbanidade”.

O conceito de rurbano, especificamente, é empregado nas ciências sociais cujo significado remete à ideia desse atravessamento do rural pelo urbano e vice-versa. Dito isso, é importante entender a interpretação enviesada dada ao rural a partir do olhar urbano, já que existem comparações e adjetivações valorando os ambientes urbanos como sendo desenvolvidos, sempre pautados em uma visão de modernidade a partir da ótica capitalista.

No entanto, é defendida por alguns (PÉREZ, ROCA, 2001) como a resultante da crescente integração entre espaços rurais e espaços urbanos decorrente da paulatina penetração do rural pelo urbano, em consequência da dominância dos modos de produção capitalista e da sua entrada nas comunidades rurais, mas a que também poderemos acrescentar a influência exercida pelo desenvolvimento de comportamentos sociais urbanos associados à nostalgia do verde, da proximidade com a natureza e da vida de ritmo lento experimentada em contextos construídos à escala humana.

Os rurbanos para Bortoni-Ricardo (2004) são os grupos urbanos formados por indivíduos que migraram das áreas rurais e preservaram muito de seus antecedentes culturais e também as comunidades interioranas semi-rurais, que estão submetidos à influência urbana, por meio da mídia ou pela absorção de tecnologia agropecuária. É o caso, portanto, dos sujeitos de nossa pesquisa, que são os jovens rurais que migram diariamente do campo para cidade, e os jovens no município interiorano, Bela Vista de Goiás, que estão submetidos a práticas culturais vinculadas à urbanidade da “cidade grande”, a capital do estado, Goiânia. Na seção seguinte, explanaremos um pouco mais sobre as representações, as dinâmicas e os processos culturais e sociais que envolvem os sujeitos de nossa pesquisa, apresentando alguns dados e discussões sobre os aspectos que compõem a realidade destes jovens em análise.

1.3 – A CONSTRUÇÃO DA IMAGEM: DA CULTURA CAIPIRA AO ESTIGMA DE ROCEIRO

Inicialmente, os estudos sobre os caipiras e suas práticas culturais remetem à sociedade existente em São Paulo, mostrando o modo de viver do caipira, considerado como “a forma mais antiga de civilização e cultura da classe rural brasileira, constituída desde os primeiros tempos da colonização” (QUEIROZ, 1973, p. 8). Apesar de muitos estudos abordarem a perspectiva histórico-social paulista, essa expansão cultural também abrange os estados de Minas Gerais, Mato Grosso, o norte do Paraná, algumas áreas rurais do Rio de Janeiro e Espírito Santo e parte de Goiás (SANT’ANNA, 2009).

Para compreendermos a denominação de *caipira*, é necessário alcançarmos as discussões sobre as definições e os aspectos culturais que demarcam tais características. Câmara Cascudo (2002) define o caipira como “homem ou mulher de pouca instrução, que não mora em centros urbanos. Trabalhador rural, de beira-rio ou beira-mar ou de sertão. É também chamado de caboclo, jeca, matuto, roceiro” (p.42). É perceptível a tendência pejorativa, o sentido rude e a forma errônea que se construiu ao caracterizar os indivíduos que compunham os primeiros povoados brasileiros.

A definição dicionarizada de *caipira* faz alusão a um tipo de indivíduo no contexto rural brasileiro. De acordo com o Dicionário Aurélio de Português Online⁶, podemos defini-lo como: 1) Que é próprio ou típico do campo, da roca; 2) Que é relativo à festa junina; 3) Que ou quem mora no campo, na roça (longe de povoação); 4) Que ou quem tem modos rústicos, simples, grosseiros ou incultos (sem instrução); 5) Que ou quem revela falta de requinte ou bom gosto; 7) Que ou quem é tímido, pouco sociável; De fato, as várias descrições para caracterizar o caipira e seu modo cultural, fomentam o preconceito e a construção de rótulos negativos sobre sua figura, sendo ele estigmatizado de preguiçoso, desinteressado, apartado de inteligência e com hábitos ultrapassados⁷.

Essa compreensão da cultura caipira – ou seja, dos aspectos culturais dos descendentes dos antigos moradores da zona rural do Estado de São Paulo – foi realizada inclusive por escritores e artistas que deram grandes contribuições para se entender o modo de vida do caipira. Esses trabalhos são representados por Amadeu Amaral, que em 1920 publicou a primeira edição

⁶ Fonte: adaptado de <http://dicionariodoaurelio.com/caipira>. Acesso em 15 de julho de 2019.

⁷ Inclusive em relação ao aspecto linguístico.

do clássico *O dialeto caipira*, e pelos escritores Valdomiro Silveira e Cornélio Pires, que foi cognominado como “poeta caipira”. Nas artes plásticas, na última década do século XIX, o pintor José Ferraz de Almeida Prado registrou aspectos da vida rural paulista, que chamariam a atenção dos modernistas da Semana da Arte de 1922 para a cultura do interior, como os quadros *Caipira picando o fumo*, de 1893, e *O violeiro*, de 1899.

Em *Urupês*⁸, Monteiro Lobato criou o personagem Jeca Tatu, o qual chamava de caboclo – mestiço de branco com índio – e tratava como parasita da terra, por tirar o que precisava para sua sobrevivência, sem se importar com a necessidade do dia seguinte. Para Monteiro Lobato, o caboclo também era um ser alheio aos acontecimentos que se davam fora de seu habitat, permanecendo ‘acocorado’ enquanto o tempo passava e a vida acontecia. Era uma crítica do autor à alienação do povo brasileiro frente às questões sociais e políticas do Brasil naquela época, pelo claro contraste de seus modos com a excitante Europa, que vivia um período de plena modernidade. De acordo com Martins (1975), a figura do Jeca Tatu, criada por Monteiro Lobato, seria a melhor descrição do estereótipo do caipira.

Porém, para compreendermos essa caracterização, faz-se necessário contextualizar que, com o processo de urbanização da sociedade brasileira que se acentuou a partir das últimas décadas do século XIX e nas primeiras do século XX, em face das mudanças econômicas que vinham ocorrendo no setor rural, onde se desenvolveu a cultura caipira, foi deixando de ser o que apresentava as melhores oportunidades de investimento, como até então ocorrera. O dinheiro dos investidores, antes empregado nas lavouras, passou a ser canalizado principalmente para os grandes centros urbanos. Isso se refletiu na expansão das atividades comercial, bancária e industrial, que são próprias das cidades (MARTINS, 1975).

Sendo assim, nessa época foi marcada uma tendência que ficou conhecida como “europeização da sociedade urbana brasileira”. A vertente europeizante procurava impor os padrões éticos e estéticos vigentes na Europa aos países então denominados como “atrasados”, cujos habitantes seriam portadores de uma cultura que era chamada de “primitiva” (PORTO, 1993; COSTA, 2002). José de Souza Martins (1975) notou que a figura do caipira teve, a partir de então, reafirmadas e atualizadas as suas conotações fundamentais: ingênuo, preguiçoso, desnutrido, doente, maltrapilho, rústico e desambicioso. A própria classe intelectual brasileira

⁸ Publicado originalmente no jornal *O Estado de São Paulo* no ano de 1914. É uma coletânea de contos que retrata o atraso da vida interiorana e a tendência ao progresso evidenciada nas grandes cidades.

assumia essa concepção, que se exprimia na construção de estereótipos negativos sobre o morador da zona rural.

No entanto, com as transformações culturais ocorridas no decorrer do século XX, o estereótipo do caipira, ou caboclo parasita criado por Monteiro Lobato, deixou de existir e outras características foram reconhecidas e adicionadas à construção da identidade dos indivíduos que não faziam parte do universo urbano.

Não se resume ao caipira histórico, nascido das relações de poder entre o colonizador e o índio. Aliás, o caipira é a síntese dos dois polos, é o mameluco. E também no negro e do italiano, dos colonos vindos com os ventos da virada do século XX. Também não é o caipira inculto, entrave da civilização moderna, que torce o nariz à velocidade futurista das locomotivas e aos modernos meios produtivos. Sua opção aversa à modernidade ocorre de uma atitude inata de recolhimento, não de enfrentamento, pois o caipira, comprovando sua essência para o fronteiro, paira entre pré-modernidade e a modernidade (SOUSA, 2005, p.35).

Para Brandão (1984), o caipira é um construtor de sentidos, pois se apresenta como precursor de uma “cultura cuja riqueza múltipla e densa desafia em todos nós mais do que uma curiosidade passageira”. Essa cultura seria fruto de sua própria existência, desenvolvida na vida simples e rural, longe das influências capitalistas que permeiam o espaço urbano.

A crítica ao teor pejorativo do caipira é bastante fundamentada por Cândido (2010). O autor rebate a ideia, presente ainda nos dias de hoje, mais numa forma visual do que conceitual, que o caipira não tem cultura, não é evoluído. Para isso ele enviesa seu argumento, apresentando que, um pensamento como esse de diminuir certas culturas quando comparada a outras, não passa de uma colocação com larga margem de árbitro etnocentrismo, visto que uma cultura significa, pelo simples fato de existir, “uma solução coerente de sociabilidade e equipamento material em relação ao meio” (CANDIDO, 2010, p.31).

Em sua obra *Os parceiros do Rio Bonito*, Cândido (1964) dá ao termo “caipira” um sentido teórico e utilizou-o de forma sistemática, sem relacioná-lo com o termo “sertanejo”. Nesta obra, buscou a caracterização de vida caipira e a situação crítica do trabalhador rural e o modo de ser desse camponês. Ao contrário de autores que utilizavam o termo com outras variantes como “caipira branco”, “caipira mulato” e “caipira caboclo”, Cândido negava o condicionante “raça”, atribuindo ao termo um sinônimo de modo de vida que estava sendo destruído pelo progresso do capitalismo. Assim, o caipira era visto por ele como um “modo de

ser”, que representava os primeiros camponeses que resistiriam ao progresso, caso contrário, seria forçado a migrar por causa do processo de urbanização e industrialização do país.

De fato, uma das representações sociais que emergem de nossa pesquisa é o preconceito contra a origem geográfica e de lugar, especialmente com relação aos alunos de meio rural, associados a “caipiras” ou “roceiros”. Segundo Albuquerque Júnior (2007), este tipo de preconceito é justamente aquele que marca alguém pelo simples fato de pertencer ou advir de um território, de um espaço, de um lugar, de uma vila, de uma cidade, de uma província, de um estado, de uma região, de uma nação, de um país, de um continente considerado por outro ou outra, quase sempre mais poderoso ou poderosa, como sendo inferior, rústico, bárbaro, selvagem, atrasado, subdesenvolvido, menor, menos civilizado, feio, ignorante, culturalmente inferior, etc.

Em pesquisa semelhante, Gobato (2012) aponta esse preconceito contra a origem geográfica e de lugar. A autora pesquisou uma escola localizada no município de Araraquara (SP) onde revelou a discriminação ao aplicar o questionário, especialmente nas respostas à pergunta: “Você já se sentiu discriminado por morar no campo?” (Gobato, 2012, p. 92). A autora afirma que, devido à pequena amostra de dados, não é possível chegar a uma posição conclusiva. Porém, gostaria de enfatizar que dentre os 13 alunos entrevistados, 6 alunos afirmaram sofrer discriminação, isto é, praticamente a metade dos alunos sofreu com o preconceito contra a origem geográfica e de lugar (Gobato, 2012, p. 92-93). Destaco a resposta de um aluno sobre a pergunta em questão: “Sim, quando ia para a cidade me chamavam de caipira. Mas quase não existe mais discriminação” (ALUNO 12, 2011, p. 93, apud GOBATO, 2012, p. 93). Segundo nosso ponto de vista, embora os jovens rurais do Colégio Pedro Vieira Januário não respondam sobre o fenômeno da discriminação, nossos dados apontam também para este fator, de modo que seja visto como fator relevante para a não permanência no campo e para a busca de práticas culturais e projeções futuras que os caracterizem como “urbanos” de fato, desaparecendo assim o estereótipo de “agricultor”, “roceiro” ou “caipira”.

Esta condição social a qual estão submetidos os jovens rurais pode ser analisada pela ótica conceitual dos “estigmas”. O conceito de estigma⁹ foi debatido por Goffman (2013), podendo ser definido sociologicamente como uma marca objetiva que recebe uma valoração social negativa. De acordo com o autor, o termo estigma surgiu com os gregos que dele se utilizavam para referirem-se a “sinais corporais com os quais se procurava evidenciar alguma

⁹ Examinado na obra *Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada*, publicada originalmente no ano de 1963.

coisa de extraordinário ou mau sobre o status moral de quem os apresentava” (p.05). Esses sinais eram feitos, normalmente com fogo ou por meio de corte, para deixar claro que seu portador era um escravo, criminoso ou traidor, ou seja, uma pessoa que devia ser evitada. Atualmente o termo estigma é usado “um tanto semelhante ao sentido original, porém é mais aplicado à desgraça do que à sua evidência corporal” (idem, ibidem), uma referência negativa, um sinal de algo depreciativo em um indivíduo, grupo ou sociedade.

Entretanto, o estigma se refere a um atributo depreciativo, não sendo apenas uma qualidade pessoal, mas uma forma de designação social, uma marca que inferioriza o indivíduo diante do grupo a que pertence. Goffman (2013) estabelece a relação do estigma com o desvio social, levando em consideração o fato de que a sociedade estabelece meios de categorizar as pessoas, definindo os atributos comuns e naturais a cada uma de tais categorias. Baseando-se em preconceitos e costumes previamente instituídos, a sociedade estabelece expectativas, normas e exigências rigorosas às pessoas. Para uma melhor compreensão, o autor descreve três tipos de estigma,

em primeiro lugar, há as abominações do corpo – as várias deformidades físicas. Em segundo, as culpas de caráter individual, percebidas como vontade fraca, paixões tirânicas ou não naturais, crenças falsas e rígidas, desonestidade, sendo essas inferidas a partir de relatos conhecidos de, por exemplo, distúrbio mental, prisão, vício, alcoolismo, homossexualismo, desemprego, tentativas de suicídio e comportamento político radical. Finalmente, há os estigmas tribais de raça, nação e religião, que podem ser transmitidos através de linhagem e contaminar por igual todos os membros de uma família (GOFFMAN, 2013, p.14).

Tais características melhor descrevem o que sociologicamente pode ser compreendido como estigma, em consideração que diversos grupos sociais, seja em questão interna ou externa em relação a outros grupos, constroem características positivas ou negativas deles mesmo ou impõem a outros grupos. De fato, o autor propõe uma definição de estigma social como uma marca ou um sinal que designaria ao seu portador um status “deteriorado” e, portanto, menos valorizado que as pessoas “normais”, chegando a tornar-se incapacitado para a aceitação social plena. O processo de estigmatização seria uma forma de categorização social através da qual se identifica de forma seletiva um atributo negativo considerado como “desviante da norma” e que, por si só, compromete a identidade social do portador por completo em uma situação de interação social (GOFFMAN, 2013).

Correlacionando a perspectiva de Goffman (2013) à nossa pesquisa, logo visualizamos que os jovens rurais e os sujeitos caipiras são atingidos frontalmente e cotidianamente pelo

estigma do movimento contraditório de viver no campo, estabelecendo tensões segregatórias que cumprem papel de "desqualificação simbólica, associada ao rural, o camponês, a roça, o trabalhador rural, o agricultor familiar a ideia de atraso" (CARNEIRO; CASTRO, 2007, p.129).

Logo, a construção do estigma dos jovens rurais se deu em oposição ao urbano. Os indivíduos provenientes do meio rural, em especial os jovens, sempre foram vistos como sujeitos exilados, distantes dos centros urbanos, sujeitos pacatos que vivem em meio às tradições patriarcais, enquanto que os indivíduos urbanos são representados pela agitação e pelo movimento das vias públicas e seus rumores, elementos vinculados aos signos do mundo moderno. Assim,

[...] o sujeito rural com vida parasitária, em um lugar distante, situado na depressão profunda entre as montanhas de relevo fortemente desnivelado e de difícil acesso e, por esse motivo, um lugar esquecido e não frequentado pelas pessoas. Seu saldo seria: abandono, isolamento, atraso e esquecimento (SILVA, p. 73, 2012).

Assim sendo, alguns discursos questionam a persistência da estigmatização e a situação de invisibilidade a que estão submetidos os jovens do meio rural. A invisibilidade social somada ao estigma social nega aos jovens o direito e o reconhecimento de suas diferenças. De certa forma, esses processos de não reconhecimento e indiferença os colocam como sujeitos subalternos da sociedade.

Uma revisão dessa literatura permite considerar que atualmente ser jovem rural ainda pode carregar o peso simbólico dessa posição de submissão em determinados contextos, notadamente aqueles marcados por difíceis condições econômicas e sociais para a reprodução social (CASTRO, 2009). Entretanto, a manutenção dessa hierarquia perpetua, por um lado, os preconceitos e relações de subalternidade, nas quais se considera o morar e o trabalhar no campo como condições desvalorizadas cultural e socialmente; por outro lado, essa hierarquia, ainda utilizada como explicação para a migração juvenil rumo às cidades, reitera a representação desse segmento social como "problema", pois considera que os jovens, atraídos pelo estilo de vida urbano e "moderno", sejam responsáveis por eternizar o ciclo migratório e provocar o esvaziamento e "envelhecimento" do campo (CAMARANO; ABRAMOVAY, 1998).

O termo *subalternidade*¹⁰ é referenciado ao pensamento de Antonio Gramsci e está ligado às questões de gênero, raça, etnia, opção sexual, credo religioso, bem como para designar um grupo que não goza de meios econômicos suficientes para ter uma vida digna, ou seja: seu emprego abrange um amplo leque de situações, e por vezes é utilizado sem diferenciar as diversas formas de subalternidade, sendo usados para descrever “a condição de qualquer pessoa que em qualquer modo se sente subordinado, em uma posição de inferioridade ou mesmo de dominação” (BUTTIGIEG, 1999, p. 25). No pensamento gramsciano, a subalternidade não é compreendida como uma qualidade intrínseca, como uma essência estática de qualquer sujeito ou grupo, mas, ao contrário, ela consiste em uma categoria relacional, isto é, que define sujeitos sociais submetidos, seja cultural, política-ideológica e/ou economicamente, a uma relação de subordinação, dominação ou opressão. Destarte, esta categoria só pode ser definida a partir das relações de poder na qual os sujeitos estão inseridos.

De acordo com Liguori (2011), Gramsci utiliza os termos subalterna/subalterno/subalternas/subalternos em três acepções principais (não únicas). Em primeiro lugar, para frações da população desagregada, política e culturalmente marginal, nos termos gramscianos, “às margens da história”; em segundo lugar, com referência específica ao proletariado industrial avançado; e, por último, em referência a sujeitos singulares, seja em relação à sua posição social ou aos seus limites culturais. Este autor também chama a atenção para o fato de que Gramsci utiliza o termo “classes ou grupos subalternos seja em referência a partes do mundo camponês marcadamente atrasado, seja em referência a classes sociais ‘fundamentais’, ainda não hegemônicas, como a classe operária”.

Utilizando a perspectiva gramsciniana sobre a conceituação de classes subalternas, o que pretendemos realçar é que os jovens rurais fazem parte de um processo marginal criado pela ideologia dominante que criou determinadas representações simbólicas na consciência destas populações rurais a fim de minimizá-las e atrelá-las ao poder de classe. Para isso, utilizaram-se sempre arquétipos onde as figuras do homem e da mulher campesina eram (se ainda não são?) os atrasados, os “fora de lugar” (WANDERLEY, 1997), os Jecas Tatus (MARTINS, 1975). Para Gramsci, existe na sociedade uma contradição entre dominados e dominantes. Os dominantes utilizam-se da dominação político-ideológico para alcançar a dominação econômica.

¹⁰ Examinado na obra *Cadernos do Cárcere*, do original *Quaderni del cárcere*. É um conjunto de 29 cadernos de tipo escolar escritos por Antonio Gramsci no período em que esteve prisioneiro na Itália, entre 1926 e 1937.

Para garantir a dominação econômica (exploração), existe uma dominação político-ideológica, cuja principal agência é o Estado, enquanto defensor dos interesses das classes dominantes. Essa dominação de classe político-ideológica se faz pela repressão – o exército, a polícia, as prisões, a dominação pela força, que só deve ser acionada explicitamente em períodos de crise – e pela dominação ideológica – a produção de um consenso social que aceita a direção que a classe dominante dá à sociedade. (MOCHCOVITCH, 1988, p. 13).

Há, portanto, uma subordinação ideológica caracterizada pelo senso comum por parte da classe dominante que consegue manter os jovens rurais como uma classe dominada. Assim são, perpetuamente, vistos como “inferiores”, “atrasados” e, conseqüentemente, invisibilizados politicamente, o que evidencia a relação hierárquica do poder que submete estes sujeitos à manutenção da dominação. Neste sentido, devemos (re)pensar o Estado enquanto instrumento de manutenção e controle que, ao imputar a centralidade do desenvolvimento nacional ao agronegócio, mantém a lógica neoliberal que exclui a categoria dos agricultores familiares, reforçando os paradigmas migratórios e a marginalidade social do rural ao longo da histórica. Porém, é para esta condição de subalternidade frente à nação, que os indivíduos se caracterizam opressores, demarcando assim a eterna e vigente configuração de dominadores e dominados.

Em suma, o que problematizamos é a identificação do agricultor e dos jovens rurais como “caipiras”, e por vezes “inferiores”, dando a esta categoria um caráter insignificante e não-hegemônico, o que reflete em seu não reconhecimento e sua posição de subalternidade na hierarquia social. Porém, esse fato não é semelhante quando analisamos a simbologia e nuances de outros termos numa lógica empresarial de lucro e produtividade, visto como “moderno” e “eficiente”, inclusive sobre controle e manutenção do estado, como o agronegócio, que mantém uma lógica fundamentada no poder e na manutenção do *status quo*.

No tópico seguinte, propormos avançar as discussões sobre as novas construções culturais destes jovens contemporâneos que, em contextos rurais, resignificam as práticas culturais e incorporam outro modo de viver a ruralidade na atualidade, são os “*agroboys*” e as “*agrogirls*”.

1.4 – APONTAMENTOS SOCIOLÓGICOS: DO MUNDO *COUNTRY* AOS NOVOS CAIPIRAS “AGROBOYS” E “AGROGIRLS”

Na seção anterior, expomos os estereótipos, os estigmas e os preconceitos que permeiam a caracterização dos jovens rurais, o que implica em várias questões como a sua permanência no campo e a busca por outro futuro que lhes descaracterizem de “caipiras”, “roceiros”, em sinônimo de “atrasados”. Neste tópico, o que pretendemos problematizar é a nova construção social da juventude caipira sobre os aspectos culturais do padrão *country*, o que os levam a vivências de um modo de ser e de identificação “*agrobboy/agrogirl*”. Nesses termos, relembremos a percepção de Pierre Bourdieu (1989) que confere o poder de nomear como um atributo de valor. Assim, nomes nunca escolhidos aleatoriamente e estão sempre carregados de valor simbólico.

Porém, o que propomos debater agora são as representações sociais sobre esse modo de vida e estes sujeitos que vivem a ruralidade em contextos urbanos. De fato, devemos considerar que o estado de Goiás em seu histórico econômico-social apresenta aspectos ligados à agricultura e à pecuária, o que remete a um modo de vida fundamentado na ruralidade, porém estes aspectos culturais, por vezes, estão sendo vivenciados em contextos urbanos. Desse modo, entende-se que os jovens, rurais e urbanos, são marcados por costumes bastante característicos e que, por vezes, são compartilhados por meio da música, vestuário e linguagem, por exemplo.

Inicialmente devemos considerar que, com a reformulação dos aspectos sociais e a nova dependência econômica resultante do processo de industrialização no país, ocorreram mudanças tanto no nível econômico, como social e cultural da vida “caipira” tradicional. Durante o processo de industrialização, ocorreu uma difusão das culturas europeia e americana, tornando-as modelos a serem seguidos em nossa sociedade. Como consequência disso, ocorreu uma desvalorização da vida “caipira” tradicional, por ser relacionada ao interior, percebida como sinônimo de atraso a ser superado. De fato, reconhecemos que ainda existe uma visão estigmatizante desse caipira, mas restrita aos moradores da zona rural, mas que se expande, por vezes, aos jovens “rurbanos”. Tal visão, como foi dito anteriormente, é resultante de um processo de industrialização que culminou na valorização excessiva de padrões estrangeiros, como o *country*.

Contudo, mediante as transformações sociais e econômicas pelas quais o país e o próprio interior têm passado, essa identidade está assumindo novos traços: o caipira ganhou um novo

“status”, é o *cowboy*, aquele que ostenta seus bens, que tem escolaridade, que não se sente inferior, que é livre, bruto, que arrisca a vida em busca de liberdade (SETUBAL, 2005, p. 70). Este caipira chegou à cidade em outros moldes. Assim, este foi se acomodando a outros padrões culturais, os quais remetem a uma lógica modernizante. Segundo Candido (2010), os aspectos modernos não substituíram os tradicionais, pois ocorreu um processo de ajustamento entre esses valores. Esse processo em que valores distintos se combinam recebe o nome de aculturação.

Nestes termos, o que rebatemos são as explicações científicas cujas crenças enfatizam a não-existência de ruralidade onde a urbanidade imprime identidade social, logo defendem o mundo urbano superando o mundo rural. Ao contrário, apesar dos modelos científicos dicotomizados, rural e urbano existem em interação. O fragmento aqui problematizado é o rural dentro da cidade, os jovens enquanto sujeitos que experienciam e produzem a vida material com diversas atividades além da agricultura, produzindo vivências significantes que formam uma cultura na relação direta e/ou indireta com a ruralidade.

De fato, o que devemos considerar, imprescindivelmente, é que o rural contemporâneo é uma cultura semelhante a qualquer outra cultura transformada, que desenvolveu modos de ser e de fazer não mais ligados estritamente às atividades oficiais e não-oficiais do campo; que resiste ao desaparecimento crendo nas tradições e na forma própria de viver urbanizada; que mantém diferentes formas de negociação com os produtos da cultura de massa e com a cultura urbana dominante, capaz de modificar posicionamentos, organizar experiências e fazer emergir os sentidos identificados com uma condição “rurbana”. Por isso, a noção que enfatizamos nesse momento é que o rural se constrói sempre em constante relação com as culturas dominantes e hegemônicas: com o mundo urbano (a sede-municipal, a capital do Estado, a cidade média ou grande próxima etc.) e com as mídias.

Nesse sentido, a mídia, assim como todos os meios de disseminação de informação, ampliaram aspectos do mundo urbano para o público rural, interferindo na mudança dos hábitos e costumes, afinando os sentidos e as experiências das pessoas com a cultura das cidades. Este fenômeno pode ser observado principalmente entre os anos de 1920 a 1970, período de desenvolvimento tecnológico e disseminação da cultura do cinema, do rádio e da televisão que, de certa maneira, interferiram e descaracterizaram os costumes e visões de mundo dos sujeitos rurais. Em outros termos, reforçamos neste momento a acentuação da influência de uma “cultura dominante” sobre as “culturas subalternas”.

Compreendemos assim que o rural vem sendo resignificado na sociedade a partir de suas tradições oficiais (danças, músicas, comidas típicas, artesanatos), das imagens dessas tradições e suas reelaborações nos produtos da cultura de massa (na música, no vestuário, na propaganda, no cinema, etc.). Em outros termos, compreendemos que o rural sempre é “relacional”, ou seja, sempre mantém relações com o urbano e com as influências da cultura dominante e da mídia de massa. Essa seria uma característica marcante de um rural já distante de suas tradições e bem próximo da sociedade moderna.

Nessa perspectiva, a relação campo-cidade, os sentidos e práticas se edificam, pois se, como disse Williams (1989, p.228), “a transição do campo para a cidade – de uma sociedade predominantemente rural para uma predominantemente urbana – é um processo de transformação e um processo significativo”, a condição “rurbana” seria uma forma de vida sempre em relação permanente com a vida urbana, sempre em estado de transição campo-cidade, que denota igualmente constantes ressignificações e transformações.

Alem (1996), em seus estudos sobre essa dinâmica campo/cidade – rural/urbano, identifica uma rede simbólica de um *rural-country*, hegemônico e dominante, especialmente nas regiões onde, a partir dos anos 1960, a modernização agrícola foi intensa, correspondendo às zonas pecuaristas do interior de São Paulo, Minas Gerais, Rio de Janeiro, Goiás e Mato Grosso e algumas áreas da Região Norte. O autor demonstra como os rituais do ruralismo brasileiro têm sido ressignificados pela ação da elite ruralista hegemônica e por meio da indústria cultural e do Estado, utilizando-se símbolos do *country*. Essa reelaboração ultrapassa significações meramente rurais e é reinventada a partir de distinções urbanas, modernas e capitalizadas. Nesse sentido, reconstrói-se uma percepção do rural que não estaria mais ligada à rusticidade, ao atraso e à simplicidade a símbolos como o Jeca Tatu, o caipira ou o roceiro. Esta nova ruralidade seria referendada por meio da estética do “agrobó” e da “agrogirl”, revestidos de símbolos do poder, do capital e da distinção triunfando sobre uma imagem do rural negativamente estereotipada. Assim defende

o Jeca Tatu reapareceu, transformado é verdade. Sadio e poderoso, travestido em novos tipos sociais: o empresário agrícola capitalizado e tecnificado, o pecuarista de recorte texano, o criador de cavalos de raça, o político lobista dos interesses ruralistas, os empresários e profissionais liberais urbanos que investem em fazendas e sítios, o agrobó, o cowboy ou peão de boiadeiro, as duplas de música neosertaneja e muitos outros tipos sociais expressivos das novas representações ruralistas (ALEM, 1996, p. 25).

Para avançarmos nesta discussão, faz-se necessário uma compreensão sobre o *country* no Brasil. Inicialmente ele deve ser pensado como um padrão de sociabilidade (SIMMEL, 1971) que abarca um estilo, um ‘modo de ser’ pautado na temática rural. Inevitavelmente, ele apresenta um recorte, uma característica própria que confere aos seus membros uma identidade que, por vezes, está expressa em seu modo de vestir (como os adereços: calça, bota, chapéu e camisa xadrez¹¹), em sua linguagem e em suas práticas culturais como a música, festas e o rodeio.

De Paula (1998), em estudos sobre esta temática, investigou o estilo *country* no oeste paulista, afirmando que este introduziu o tema do rural no cenário e na sociabilidade urbanas. A autora define o *country* como um estilo de vida que elabora o mundo rural e, assim, flexibiliza as fronteiras dicotômicas entre campo e cidade, já que este padrão é produzido e consumido no espaço urbano. E salienta que este também “produz” o campo, um campo que não é só agrícola.

A referida autora ainda afirma que o *country* brasileiro seria uma reelaboração do *country* americano, com tradições agrárias brasileiras e aspectos do mundo moderno contemporâneo. Contudo, não se constituiria em uma simples cópia, mas o assume como um simulacro da experiência da ruralidade que passa pela estetização do mundo rural. De Paula (1998) argumenta que, no Brasil, o *country* estaria vinculado ao processo de distinção, sofisticação e refinamento, ao contrário dos Estados Unidos (EUA), onde o estilo remeteria às ideias de trabalho, rusticidade e simplicidade.

Entretanto, o que é de suma importância para nossa pesquisa, é a compreensão do padrão *country* que vem sendo produzido e consumido nas cidades. O que está em questão é a cultura do consumo destes adeptos que, em muitos casos, não têm ligação com a agricultura ou a pecuária. Nesse sentido, De Paula (1998) acrescenta

como já é possível perceber, os personagens deste universo são habitantes da cidade. Os pecuaristas vivem na cidade onde guardam os títulos de propriedades de suas terras as fazendas para onde vão a trabalho, isto é, para supervisionar o trabalho dos peões. A grande maioria dos pecuaristas tem seus escritórios montados no centro da cidade e a frequência das visitas às fazendas responde a circunstâncias especiais e, principalmente, à existência ou não de um bom administrador *in loco*. [...] Os adeptos deste padrão, quando não pecuaristas, são executivos, profissionais liberais, funcionários do setor terciário, estudantes etc., enfim, categorias sociais urbanas. (S/P)

¹¹ Há algumas marcas, nacionais e internacionais, que configuram o modo de “ser e estar” destes sujeitos que vivem a ruralidade no espaço urbano. São marcas de roupas, chapéus e botas, como Wrangler, Tassa, Gringa, etc.

Por meio destas considerações, concebemos que o padrão de sociabilidade do mundo *country* no contexto brasileiro, coloca o rural em um lugar de referência imaginária, pois o rural experienciado por estes sujeitos é ambientado na cidade, ou seja, é uma transposição do rural para cidade, o rural como uma experiência urbana. Nesses termos, este rural apresenta dinâmicas distintas, principalmente concernentes à vida e ao modo de trabalho, uma vida pautada ao consumo e um trabalho fundamentado na lógica capitalista de mercado, diferente do trabalho braçal. Portanto, neste cenário, modifica-se a concepção de trabalho, em especial, o trabalho rural.

No entanto, a ressignificação do rural por meio deste padrão, difuso e fragmentado, foi promovida pelas elites agrárias brasileiras, sendo “uma peculiar interpretação da experiência *country* norte-americana e a aspiração da parte dos pecuaristas por uma identidade que os sintonize com o que é considerado moderno e atual” (DE PAULA, 1998, S/P).

No entanto, esse padrão de sociabilidade do mundo *country*, o qual muitos jovens contemporâneos estão inseridos, deve ser compreendido como uma política de autoafirmação, um processo de formação identitária de “encaixe” aos estereótipos atuais do universo rural ‘urbanizado’. Assim, nota-se que há a construção de uma identidade coletiva que, do mesmo modo que constitui sujeitos, constitui laços sociais de identificação. Assim,

a identidade coletiva é uma construção histórica que se dá a partir da relação dialética que ocorre em um determinado espaço geográfico, entre indivíduos e ou grupos que organizam sua vida cotidiana desenvolvendo atividades semelhantes, a partir de um conjunto de valores compartilhados (BAPTISTA, 2002, p. 34).

Por assim ser, para compreendermos estes jovens no contexto da ruralidade, é preciso investigar a maneira como estes se expressam e se identificam com a realidade à sua volta. Alguns autores contemporâneos se utilizam do conceito de “tribos urbanas”¹² para explicar a construção da identidade dos jovens. Maffesoli (2000) define tribos urbanas como agrupamentos semiestruturados, constituídos predominantemente de pessoas que se aproximam pela identificação comum a rituais e elementos da cultura que expressam valores e estilos de vida, moda, música e lazer típicos de um espaço-tempo.

¹². O termo foi utilizado pela primeira vez por Michel Maffesoli em seus artigos e posteriormente em sua obra “*O Tempo das tribos: o declínio do individualismo nas sociedades de massa*”, publicada em 1988.

No contexto brasileiro temos a interpretação de José Guilherme Magnani (1992) que, em uma perspectiva antropológica, problematiza essa noção de tribos urbanas. Assim, coloca em questão o uso indiscriminado do termo em seu sentido original

[...] tribo constitui uma forma de organização mais ampla que vai além das divisões de clã ou linhagem de um lado e da aldeia, de outro. Trata-se de um pacto que aciona lealdades para além dos particularismos de grupos domésticos e locais.

E o que é que vem à mente quando se fala em ‘tribos urbanas’? Exatamente o contrário dessa acepção: pensa-se logo em pequenos grupos bem delimitados, com regras e costumes particulares em contraste com o caráter homogêneo e massificado que comumente se atribui ao estilo de vida das grandes cidades. [...] no contexto das sociedades indígenas ‘tribo’ aponta para alianças mais amplas; nas sociedades urbano-industriais evoca particularismos, estabelece pequenos recortes, exhibe símbolos e marcas de uso e significado restritos (MAGNANI, 1992).

Desse modo, o autor defende que o conceito “tribos urbanas” deve ser entendido como uma metáfora do seu sentido original e não como um modo de categorizar grupos. Por isso, ao manter a aplicação do termo, deve-se ressaltar as questões que ampliam as identificações para além dos particularismos ligados às variações simbólicas, espaciais e de pertencimentos.

Outra maneira de interpretar as características e as manifestações culturais dos jovens contemporâneos é por meio do conceito de *subculturas*. Este termo foi consagrado por Albert Cohen¹³, onde afirmava que, dentro das culturas dominantes, a depender das necessidades de cada grupo de indivíduos, formam-se subculturas, a partir da junção de pessoas que buscam na nova aliança uma espécie de refúgio. Octavio Wiarco (1997) reitera que

para os defensores desta teoria, existe uma cultura nacional, com características extensas, que contém um sistema central de valores, enquanto que a subcultura é uma fração desta, mas que possui um sistema de valores particular, independente da cultura geral ou nacional. A subcultura é, então, um conjunto de valores que se opõem, às vezes de forma grave, aos valores de cultura nacional ou central, e destes resultam as condutas delitivas (p.180).

São várias as conceituações e terminologias que dão um aporte teórico às discussões sobre a juventude e seus padrões de sociabilidade e construção identitária na sociedade globalizada. No entanto, não pretendemos problematizar estas construções conceituais, mas consideramos que os sujeitos de nossa pesquisa compõem o que uns denominam de *tribos urbanas*, outros de *subculturas* ou *subsociedades*. De fato, o que propomos analisar são as

¹³ Em sua obra “*Delinquent boys: the culture of the gang*”, publicada em 1955.

representações culturais e simbólicas dos jovens de nossa pesquisa ao experienciarem e compartilharem valores identificáveis à *tribo*, *subcultura* ou *subsociedade* dos *agroboys* e das *agrogirls*.

Antes de alcançarmos as definições destes grupos, buscamos sua compreensão etimológica. O prefixo “agro” é originário do latim *āger* e *āgri* e se refere a campo, terreno cultivado ou herdado. Nesse sentido, as terminologias *agroboys* e *agrogirls* podem definir os sujeitos que estão conectados ao mundo rural. Outro elemento nestes termos é o estrangeirismo do “boy” e “girl” que os remetem à cultura norte-americana, assim como acontece com os termos “country” e “cowboy”.

Em busca por definições para ambos os termos, recorremos a alguns dicionários informais digitais. Porém, de início, assinalamos que, ao consultá-los, percebemos a escassez conceitual no que se refere ao termo *agrogirl* e, as poucas definições encontradas, diz respeito ao universo masculino, sobre a figura do *agroboy*. Por isso, enfatizamos que não pretendemos enviar nossa pesquisa ao gênero masculino, aos *agroboys*, porém, em alguns momentos, as discussões centrais serão direcionadas a eles, pois há uma construção social acerca da presença masculina nestes contextos rurais.

De fato, há uma construção histórica e social da masculinidade no âmbito rural, onde as mulheres são deslocadas para outra esfera, seja ela doméstica e/ou educacional. Dessa forma, compreendemos a existência de uma masculinidade hegemônica que, segundo Almeida (1996) é um modelo cultural ideal inalcançável pelos homens, exercendo sobre todos eles (as mulheres também) um efeito controlador, constituído por assimetrias e hierarquias que resultam em uma constante vigilância e disputa na aquisição, manutenção e definição do modelo. Para Gomes, Rabello, Nascimento (2010), a construção da masculinidade, a partir de um aspecto hegemônico que perpassa o imaginário social, diz respeito à formação em oposição ao feminino. No entanto, o masculino, assim como o feminino, é aqui considerado como uma categoria que não se reduz ao corpo e as marcas de diferenciação do sexo, antes, assume um caráter de fluidez.

Nesse contexto, o gênero masculino ambientado na ruralidade, embora tenha sido associado ao atraso e caracterizado de “roceiro”, é compreendido como um sertanejo estereotipado de “macho”, um homem viril, forte e que representa a relação de poder econômico permeado com os valores burgueses. Nesse sentido, a masculinidade se torna essencial para a construção de uma identidade cultural, porém nessa constituição não há espaço para o feminino, de modo que estas, muitas vezes, são estereotipadas de “mulher macho”. Assim, no contexto

da ruralidade há uma construção social que enfatiza o pertencimento deste ao universo masculino. Ao procurarmos as definições para o termo *agrobroy*, temos:

Agrobroy::

- 1 – Homem, jovem e rico, nascido e criado em grandes propriedades rurais, e que se dedica aos prazeres e à vida recreativa¹⁴;
- 2 - Moços que não sabem se são cowboys ou playboy¹⁵;
- 3 – Mauricinho¹⁶ sertanejo;¹⁷⁻¹⁸

De fato, consideramos que este grupo de jovens identificados como *agrobroy*s e *agrogirls* são construções culturais a partir do incremento da industrialização, o que traz novamente à tona a ideologia da modernização. Assim, reconhecemos que estes sujeitos devem ser pensados como “os novos caipiras”, pois se despiram do velho conceito do caipira e, especificamente na década de 1990, se utilizaram de uma “roupagem” do estilo caipira americano.

Ao discutirmos as construções culturais deste grupo é imprescindível uma correlação com a música, um veículo de informação que traz em si toda transformação pela indústria que a comercializa. A música em seu sentido dicionarizado¹⁹ é definida como: 1) combinação harmoniosa de sons ou combinação de sons para torná-los harmoniosos e expressivos; 2) ação de se expressar através de sons, pautando-se em normas que variam de acordo com a cultura, sociedade, etc. Dessa forma, compreendemos que a música é arte e indústria, por isso, cria ídolos, modismos e lucro.

É evidente que, principalmente os jovens contemporâneos, consomem músicas que se consolidaram no meio urbano, tornando-se um produto da indústria cultural. O termo “indústria cultural” foi concebido por Theodor Adorno (1903-1969) e Max Horkheimer (1895-1973), autores do livro *A Dialética do Esclarecimento*, publicado em 1947. Nessa obra, os autores

¹⁴ Em Aulete Digital: <http://www.aulete.com.br/agrobroy> Acesso em 18 de julho de 2019.

¹⁵ Em Clube de Cowboys: <http://clubedocowboybrasil.blogspot.com/2011/04/dicionario-do-peao.html> Acesso em 18 de julho de 2019.

¹⁶ Compreendido como um *êponimo*, podendo referir-se a um jovem de família rica, antiga e bem posicionada socialmente; um sujeito que se preocupa com a aparência.

¹⁷ Em Dicionário do Cowboy: <http://www.neysanttos.com.br/site/mundo-do-rodeio/dicionario-do-cowboy/> Acesso em 24 de julho de 2019.

¹⁸ No mesmo dicionário definem “*agrogirls*” como “*patricinhas do campo*”. Acesso em 24 de julho de 2019.

¹⁹ Em Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/musica/>. Acesso em 24 de julho de 2019.

investigam a nova indústria americana, que denominaram de “Indústria Cultural” ou “Cultura da Massa”. Na verdade, argumentavam que a cultura nesses moldes não era genuína, mas sim uma razão instrumental. Assim

a cultura de massa, que é gerada pela indústria cultural, encontrou condições de existir a partir da Revolução Industrial, no século XVIII. No entanto, esta não é por si só a condição suficiente para sua existência. Foi necessário o surgimento de uma economia de mercado, isto é, de uma economia baseada em bens, enfim, a ocorrência de uma sociedade de consumo, só verificada no século XIX em sua segunda metade. (COELHO, 1980 apud DIAS, 2010, P. 71)

Nesses termos, a indústria cultural deve ser entendida como um processo pelo qual a arte é transformada em objeto de consumo, ou seja, a arte é submetida à uma exploração mercadológica. O pressuposto real é de uma indústria, baseada no capitalismo e com o intuito de lucratividade. Portanto, a produção artística e cultural é organizada sobre moldes das relações capitalistas, atendendo aos padrões econômicos de tal regime e reproduzindo-o. Neste sentido, perde seu valor intrínseco, para ganhar um valor de troca, a mercadoria, que é revista e atualizada constantemente pela produção midiática.

Na indústria cultural, a cultura não é vista como um instrumento de livre expressão, crítica e conhecimento. Ela é tratada como um produto comercializado. Trata-se da elaboração de produtos padronizados para atender as necessidades e gostos médios de um público que não questiona o que está sendo consumido. Geralmente, se baseia em divertimento e distração, sem se preocupar com reflexões e acontecimentos da vida (COELHO, 2006).

A música, portanto, tem sido um meio de gerar produtos para a indústria cultural. Essa concepção também foi trabalhada por Theodor W. Adorno no texto *Fetichismo na Música e a Regressão da Audição*, publicado em 1938, obra onde constrói uma análise de forma particular, de como estes produtos do mercado cultural, se expressariam para com os seus consumidores. Em sua ótica, música é vista na contemporaneidade sob o viés do relativismo, ou seja, de que não há como discutir o que está posto, basta apenas consumir o que a indústria fonográfica propõe, tornando o ouvinte passivo em meio à lógica da padronização musical.

A música sertaneja, nesse sentido, é compreendida como um produto da indústria cultural. Antes de adentrarmos nesta questão, é necessário distinguir o que pode ser entendido como música caipira e música sertaneja. A música caipira, que foi mais expressiva no sudeste

e centro oeste do país, tem características fundamentais que a difere da música sertaneja. A música caipira tem como origem as relações que ocorreram ainda no período colonial,

a mistura do som da viola com os ritmos trazidos pelos colonizadores como as toadas, cantigas, viras, valsinhas e modinhas, somados aos cantos religiosos e indígenas, gerou uma música típica do interior de São Paulo que, com o tempo, se espalhou para outras regiões do país. Já no final do século XIX essa sonoridade era associada às pessoas do interior e conhecida como música caipira. (ANTUNES, 2012, P. 15)

Contudo, a música caipira, em seu contexto de surgimento, não se limitava apenas à questão da música como si, era integrada a toda cultura caipira, lazer, atividades cotidianas e religiosas, tomando papel integrador da comunidade em que estava inserida, dando imaginário comum aos habitantes da mesma região, colaborando para a manutenção social e cultural da comunidade. Segundo Caldas (1987),

no mutirão, por exemplo, as canções de trabalho fazem parte de todo o ritual. Trata-se de uma atividade coletiva de limpar a roça ou o pasto, fazer colheita urgente com a ajuda voluntária dos vizinhos. Em agradecimento, o beneficiário oferece almoço, “janta” e muita pinga. Após a última refeição há sempre a “função”, ou seja, a festa de confraternização. o violeiro começa a tocar sem parar, todo mundo dança, enquanto o dono da casa passeia entre os amigos oferecendo pinga para festejar o sucesso do trabalho coletivo. (CALDAS, 1987, P.6)

Assim, a música caipira pode ser entendida como uma expressão cultural que se integra no contexto do sujeito da zona rural ou do interior. Em geral, suas temáticas são ligadas a religião, lazer, formas de trabalho e sociabilidade do dia-a-dia do camponês. Porém, a música sertaneja tem como característica o fato de assimilar aspectos da cultura caipira em um formato destinado ao mercado. Essa consolidação tomou proporções maiores com o surgimento de duplas sertanejas, vendendo uma nova forma de se ver o caipira, aliando a isso instrumentos de última geração que permitiam um arranjo mais elaborado às canções, além de influências dos cowboys americanos, no que diz respeito também ao vestuário. Caldas (1987) em sua obra *O que é música sertaneja*, apresenta uma série de características:

- 1) Produzida no meio urbano-industrial pela indústria do disco, a música sertaneja tornou-se um produto a mais à disposição do consumidor;
- 2) Pelas transformações por que passou, essa música tornou-se mais melódica e menos rítmica, alterando seus componentes formais, substituindo alguns instrumentos musicais de percussão por outros de maior sonoridade. Saiu a caixa, o surdo, o tarol,

o adufe e entraram a sanfona, o prato de metal, a bateria, o violão e recentemente, a guitarra elétrica;

- 3) A música sertaneja tornou-se uma força altamente expressiva da indústria do disco no Brasil. Conseqüentemente, seu alcance ultrapassou a área de influência da cultura caipira. Além disso, as gravadoras, usando técnicas de *marketing*. (CALDAS, 1987, P. 12-13)

Assim, ao transformar o conteúdo do rural para urbano, o sertanejo incorporou características da indústria cultural e, com o passar das décadas, tornou-se, devido ao fator de tanta popularidade e agregação de novos ritmos e técnicas, como o primeiro gênero de massa mais consumido no país. Ainda de acordo com Caldas (ibid) “apesar de a temática mudar de rural para urbana, o público interiorano se manteve fiel a essa música. A única novidade ficou por conta do homem da metrópole, que a absorveu imediatamente” (1987, p.12-13)

Nesta conjuntura entre a música caipira e a música sertaneja que surgiu o gênero sertanejo universitário. Surgindo em meados de 1992, este estilo musical ressalta a realidade do jovem contemporâneo: festas, bebidas alcoólicas, símbolos sexuais e dinheiro. Oriundo das universidades, os jovens com gosto musical pelo sertanejo que imperava até aquele momento, introduziram uma nova “roupagem” em todo o universo sertanejo. De acordo com Nepomuceno (1999), desde essa década, com o incremento das exposições agropecuárias e o surgimento de grandes rodeios, houve uma forte presença *country* no Brasil.

De acordo com França e Vieira (2015) o percurso do sertanejo universitário, que começa nos caminhos da roça, ganha a mídia e repercussão internacional – é resultado da confluência de inúmeros fatores, como

mudanças muito fortes no cenário social, tais como a migração das populações rurais para o meio urbano e a crescente urbanização do país; o desenvolvimento da mídia e a forte presença e atuação da indústria fonográfica, não apenas encampando o gênero, mas promovendo ampla divulgação e transformando o sertanejo em uma mercadoria de peso; a mistura de gêneros, indicando o quanto essa música, enraizada na história e na geografia cultural brasileira, soube se “miscigenar”, conviver com outros momentos da cena musical brasileira e se apropriar de influências diversas, guardando elementos de identidade, mas modificando-se constantemente e tirando grande proveito dessas modificações (FRANÇA, VIEIRA, 2015, p. 111).

As representações desse novo gênero incitam comportamentos e dão ênfase ao dinheiro e aos indicadores de riqueza e consumo. É comum, por exemplo, o destaque que estas composições dão ao carro como elemento central na conquista de mulheres, ou seja, nessas letras, o carro como signo de riqueza e poder; apresentam também as conquistas sexuais obtidas devido à sua ascensão social, simbolizada por carros, marcas e estilo de vida pautado na ostentação de bens de consumo.

Portanto, para França e Vieira (2015) essa supervalorização dos bens de consumo como signos de *status*, no sertanejo universitário, conjugou-se com um momento em que o Brasil passou por um grande crescimento econômico e um efetivo processo de redistribuição de renda. Assistiu-se contemporaneamente a uma elevação acentuada de grupos anteriormente incluídos na margem de pobreza para um status de classe média. Assim, essa classe média do país,

cada vez maior, tem acesso, pela primeira vez, a uma diversidade de produtos que antes só eram alcançados pela parcela mais rica da população, como celulares e computadores de última geração, carros “zero km” e roupas de marca, além de oportunidades de lazer e entretenimento como festas em casas noturnas e viagens (FRANÇA, VIEIRA, 2015, P. 116).

Por isso, compreendemos que os *agroboys* e *agrogirls* são os jovens contemporâneos que vivem as dinâmicas culturais da urbanidade e da ruralidade, porém no contexto da indústria cultural, influenciados, principalmente, pela música sertaneja universitária e pelos padrões que ela incita direta ou indiretamente. Pautados num padrão de sociabilidade experienciado nas cidades, estes jovens ressignificam as representações dos caipiras tradicionais, formando assim uma nova geração de indivíduos rurais que se vestem de acordo com a moda, são escolarizados, que vislumbram o poder econômico ligado ao agronegócio e são “modernos”. Dessa forma, concebemos que as concepções desses jovens rurais e urbanos quanto à agricultura (familiar) se distingue da concepção de agronegócio. A primeira, ancorada em uma lógica de subsistência, e a segunda, em uma lógica empresarial, o *agrobusiness*. No próximo capítulo, serão apresentadas abordagens sociológicas sobre estas duas dimensões, bem como uma contextualização destas para a compreensão da cultura goiana e dos jovens de nossa pesquisa.

CAPÍTULO 2 – GOIÁS: RURALIDADE E URBANIZAÇÃO. IDENTIDADE E REPRESENTAÇÕES DA CULTURA GOIANA

2.1 – BREVE HISTÓRICO DA MODERNIZAÇÃO DE GOIÁS E A CONSTRUÇÃO DE GOIÂNIA

O Estado de Goiás, situado na região Centro Oeste, com uma área de 340.086 km², tem posição geográfica privilegiada pela sua centralidade no País. O território goiano tem diminuído ao longo de sua história, perdeu o Triângulo para Minas Gerais, cedeu a área para a Capital Federal, Brasília e, na Constituição de 1988, foi dividido com sua antiga região norte formando o Estado do Tocantins. Assim mesmo, Goiás é o 7º Estado Brasileiro em extensão. Porém, para compreendermos a cultura goiana faz necessário ir além das caracterizações geográficas, espaciais e populacionais. É preciso, sobretudo, visualizar seu processo histórico, bem como as marcas de sua sociedade, de sua cultura e as mudanças engrenadas neste Estado.

Quando o regime republicano se iniciou no Brasil, as primeiras referências à necessidade de alterar o local da capital de Goiás surgiram. Isso porque o que mantinha a Cidade de Goiás, ou Goiás Velho, como ficou conhecido depois do surgimento de Goiânia, como capital do estado era seu potencial aurífero, que já começava a declinar nessa época. Com a ascensão de Getúlio Vargas (1930– 1945) ao poder e a nomeação de Pedro Ludovico Teixeira como Interventor Federal do Estado no ano de 1930, os ideais de mudanças no território goiano começam a ser aplicados.

Entretanto, as mudanças no território goiano nessas décadas têm origem no ideário da modernidade difundido no país na passagem dos anos 1930. O movimento da “Marcha para o Oeste” pretendia a integração nacional e o fortalecimento do Estado-Nação. Neste contexto, Goiás, estado de base agrária, localizado no sertão brasileiro, passa a ser palco das políticas territoriais desenvolvimentistas fundamentadas nos paradigmas da modernidade e no projeto nacionalista.

A efetivação deste projeto se deu com a construção da cidade de Goiânia, em 1935, a nova capital que concretizaria os ideais da modernidade e aceleraria o processo de unificação nacional. Assim, Goiânia foi o resultado e o símbolo da modernidade em Goiás. A partir desse

momento, Goiás apresenta outro dinamismo que o (re)configura e que lhe traz outras perspectivas. Em sua obra *Pito Aceso*, Gomes (1942), escreve

... Goiano, dos mais descrentes em relação a qualquer melhoramento para meu Estado, cepticismo adquirido no decorrer de minha existência, sempre a esperar a realização de promessas que antecipavam os prélios eleitorais e que se evaporavam após da eleição, jamais admiti a hipótese, considerada por mim absurda, da edificação de nova capital para Goiás. (...) Hoje... não precisamos burilar frases para encarecer o fato; basta-nos levantar o indicador e apontar ao incrédulo: “Goiânia”. E Goiaz, *ficção geográfica*, apesar de sua extraordinária riqueza inexplorada, passará a ter lugar de projeção, não entre os pequenos, mas entre os maiores Estados do Brasil. Está, pois, determinado o ponto de partida para a grandiosa caminhada: a fundação de Goiânia. O resto seguir-lhe-á as pegadas. (GOMES, 1942,13-14)

A fundação da nova capital e todo o contexto histórico na qual estava envolvida serviram também para reafirmar as dinâmicas econômicas presentes na região desde o século XVI. O crescimento das atividades de pecuária e lavoura tornou-se urgente para substituir a decadência da atividade mineradora do ouro. Assim, em 1933, Atílio Corrêa Lima²⁰ aceita o convite de Pedro Ludovico Teixeira para projetar a nova capital de Goiás. Abaixo, seguem imagens do plano urbanístico de Goiânia e alguns registros das realizações das edificações na cidade.



Figura 1 - Plano original do núcleo da cidade de Goiânia proposto por Atílio Corrêa Lima
(Fonte: MANSO. Cecília Fernandes Almeida. *Goiânia, uma concepção urbana moderna e contemporânea*, 2001, p. 221)

²⁰ Atílio Correa Lima foi um arquiteto-urbanista que se inspirou na escola francesa de urbanismo do início do século XX. Atílio não chegou a concluir a implantação integral da nova capital, pois rompeu antes o contrato com o governo de Goiás. Logo é substituído pelo engenheiro urbanista Armando de Godói, que deu continuidade ao plano (DAHER, 2009).

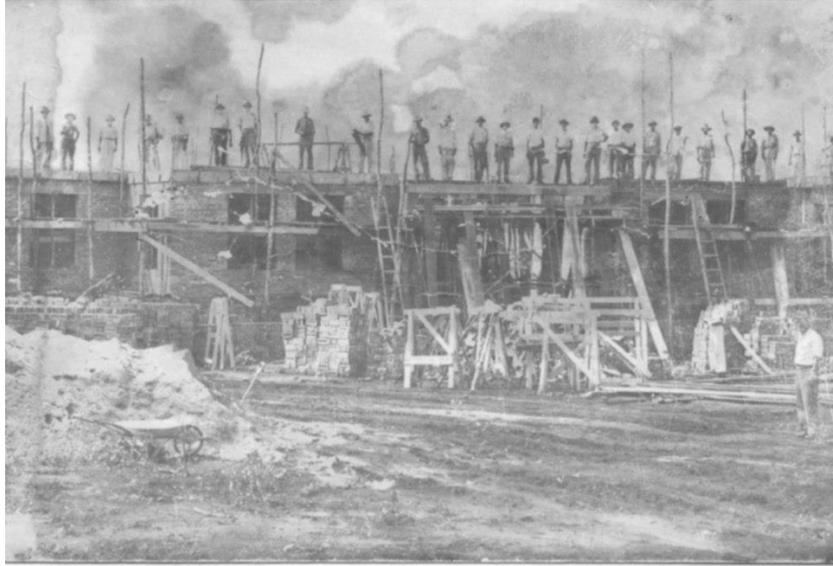


Figura 2 - A construção do Palácio do Governo em Goiânia, 1933
(Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som – Goiás)

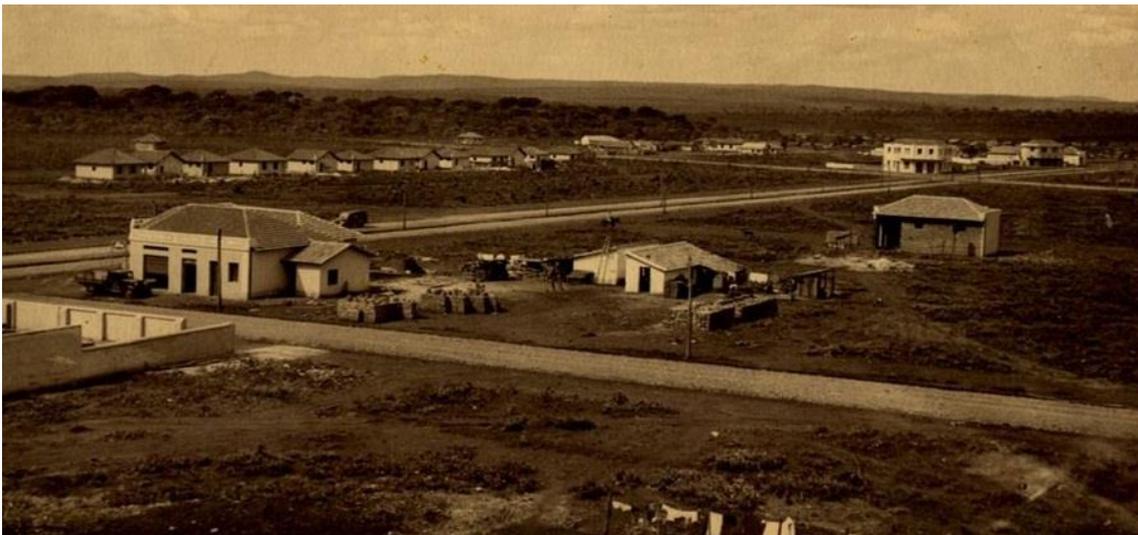


Figura 3 - Avenida Anhanguera em 1930
(Fonte: Acervo do Museu da Imagem e do Som – Goiás)

Edificada na década de 1930, Goiânia lidou com diferentes fluxos migratórios que resultaram em significativas transformações em seu espaço urbano e no seu entorno. Portanto, em função da nova capital, novos municípios surgiram, como é o caso de Anápolis e Trindade, houve a expansão das estradas, dos modelos de produção, transporte, infraestrutura e comunicação. Conseqüentemente, houve uma progressiva redução da população do campo. A redução dessa população camponesa, nesse período, era um fator comum ao território nacional, que tinha o aumento significativo no número de pessoas que passavam a morar em áreas urbanas (ARRAIS, 2004).

De acordo com Silva (1997), deve-se somar a projeção modernizadora de Goiás, pelo viés do progresso, às influências da construção de Brasília. Em suas palavras,

a construção de Brasília e a conseqüente transferência da Capital Federal para o Planalto Central complementou o processo de integração do Estado, iniciado com Goiânia. Destaque-se o esforço de Goiás para que Brasília se efetivasse e a transferência da Capital se concretizasse, com os governadores goianos do período (Coimbra Bueno, 1947-1950 e Juca Ludovico, 1955-1959), oferecendo suporte técnico, administrativo e até político a Juscelino Kubistchek a fim de que fossem criadas as condições para a mudança da Capital (SILVA, 1997)

Dessa maneira, um dos pontos de partida para o desenvolvimento de Goiás e sua integração com as demais regiões do país foi a construção de Brasília, a partir da década de 1950. Com a implantação de novas tecnologias no campo, o estado era convocado a exportar. Essas mudanças fizeram com que um novo contingente populacional migrasse para essa região, e o contato entre diferentes culturas gerou novas alterações na estrutura dessa sociedade.

De modo geral, para se compreender as configurações culturais de Goiás, Chaveiro, Calaça e Rezende (2009) afirmam que as mudanças estão relacionadas às funções desempenhadas pelos municípios e suas transformações territoriais. Para essa compreensão, os autores propõem olhar Goiás em dois períodos: de 1930 a 1970 e de 1970 a 2000. O primeiro é visto como importante pelos autores por se referir ao período das políticas expansionistas, momento em que aconteceu a Marcha para o oeste e, principalmente, a construção da nova capital do estado – Goiânia. Já o segundo é visto como importante pelos autores por se referir a “um outro Goiás”, como assinalam Chaveiro, Calaça e Rezende (ibid, p.18).

Contudo, foi nesse segundo período que o estado de Goiás teve os traços de modernidade realçados, apresentando-se mais integrado ao mercado nacional e com marcante presença da produção mercantil no setor agrário. É nesse momento que se consolida uma infraestrutura no estado e a economia é modernizada e passa a se articular com a economia nacional e internacional. Assim, Goiás passou a dar a tônica dos discursos na tentativa de emancipar seu histórico de “decadente” ou “atrasado”. Portanto, destacamos que a presença do campo na sua origem, fonte de renda e produção, marca também a sociedade e sua cultura. Mesmo sendo protagonista de um projeto modernizador, ainda mantêm aspectos de sua ruralidade.

Para compreendermos a construção cultural dos jovens goianos, é necessário discutir este espaço vivenciado. De fato, o estado de Goiás teve um processo de formação histórica e geográfica que mescla a ruralidade e a urbanização. De acordo com Neto (2017), o surgimento das cidades goianas – e, conseqüentemente, a formação do quadro urbano atual – tem relação direta e indireta com a atividade social e econômica que marcou, e ainda marca, a vida da grande maioria dos goianos, a agropecuária. Dessa forma, segundo este mesmo autor, foi no campo que as coisas funcionaram, porque são pouquíssimos os lugares habitados goianos – cidade, vila ou lugarejo – que não tenham relação direta com atividades agropastoris. Assim, este processo já justifica a influência e a contribuição cultural destes espaços sobre os jovens goianos contemporâneos. No tópico seguinte, serão levantadas algumas discussões sobre a caracterização e representação social de Goiás como rural ou urbano.

2.2 – GOIÁS: UM ESTADO RURAL OU URBANO?

Pelas estatísticas de residência populacional, Goiás é um estado urbanizado, pois dos 6.004.045 habitantes, um total de 5.421.069 (90,2%) residiam em cidades (Censo, 2010), caracterização esta dada pelo IBGE – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Conforme o Recenseamento de 2010, Goiás tinha 246 municípios e o IBGE define como urbana a população das sedes municipais, sem considerar tamanho e nem as condições de urbanização. Para o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, fica considerada área urbana toda aquela que apresentar ao menos dois tipos de infraestrutura básica, como estabelece a Constituição Federal de 1988 em seu Art. 32: “[...] meio fio ou calçamento, canalização de águas pluviais, sistema de abastecimento de água e esgoto sanitário, iluminação pública, entre outros”.

O termo “urbanização” no dicionário²¹ se refere ao efeito de urbanizar, de tornar urbano, com o aspecto de uma cidade; conjunto de técnicas, práticas ou teorias, que fazem com que uma área urbana passe a possuir uma infraestrutura eficaz, planejamento, embelezamento etc., especialmente seguindo conceitos do urbanismo (da arquitetura); excesso de pessoas que se aglomeram em áreas urbanas; população concentrada num só lugar. É, portanto, o oposto de ruralização, que, em sentido amplo, é o predomínio quantitativo da população de um

²¹ Em Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/urbanizacao/> Acesso em 17 de julho de 2019.

determinado estado, território ou região que vive no campo sobre aquela que vive na cidade. Urbanização significa que pessoas abandonam um espaço amplo – o campo – para morar em um espaço restrito – a cidade – e aí substituem atividades primárias (criar gado e plantar roças, por exemplo) por atividades secundárias (indústria em geral) e terciárias (serviços em geral).

Assim como aponta Neto (2017), a urbanização em Goiás foi um processo que aconteceu de forma irregular, foi lento no início e acelerado nas duas últimas décadas do século XX. O autor nos lembra que até 1940 Goiás (incluindo o estado do Tocantins e o Distrito Federal) era pontilhado por apenas 52 cidades, a maioria com pouquíssimo conforto urbano, e 88 vilas. Acrescentando-se a isto os pequenos povoados e vilarejos, as aglomerações com cara de urbano mal chegavam a 200 lugares habitados para abrigar cerca de 17% da população. Desde esse período, com a intensificação dos fluxos migratórios em direção às zonas pioneiras de Goiás – sobretudo o Mato Grosso de Goiás –, a abertura de eixos rodoviários mestres – principalmente a atual BR-153 – e a modernização inexorável da agricultura, rapidamente as cidades se tornaram o *habitat* preferido dos goianos.

Na tentativa de visualizar esse fluxo migratório, o Censo Demográfico apresentou os dados de urbanização do país e no estado de Goiás desde a década de 1940 até 2010. Interessamos saber

Gráfico 1 - Histórico de urbanização no Brasil e em Goiás



(Fonte: IBGE, Censo Demográfico 1940 – 2010 apud MENEZES. P. K.)

Conforme o Gráfico 1, é possível visualizar que o estado de Goiás, segundo os dados do IBGE de 2010 – Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística, apresentou uma população de 90,20% em área urbana, superior ao valor nacional, 83,46%. Esse aumento da taxa de urbanização pode ser justificado pela construção de Goiânia e pela estruturação das cidades circunvizinhas e à redução da população rural. Porém, mesmo com esse fenômeno do êxodo rural, o estado se desenvolve mediante práticas econômicas agrícolas que foram modernizadas e estruturas no espaço urbano. Assim, compreendemos que este estado ainda preserva muito de suas tradições e está arraigada à cultura camponesa, mesmo em uma ótica urbanizada.

Nessa perspectiva, o estado de Goiás, além das questões sobre a sua formação socioeconômica, também deve ser compreendido como um espaço social e cultural construído por representações. Calcadas entre a tradição e a modernidade, estas representações ora associam-no ao modo de vida rural experienciado na tradição e na modernidade. Esta concepção de tradição, voltada à interpretação de Goiás, está implícita nos estudos realizados por Almeida (2003; 2005) e Chaveiro (2001; 2005). Estes compartilham da visão do Estado de Goiás como um espaço sociocultural peculiar que pode ser interpretado como criador de símbolos, valores, identidades e representações dos grupos sociais.

Chaveiro (2005) nos lembra que até o início do processo de modernização-urbanização de Goiás, pode-se propor uma identificação da sociedade goiana com seu espaço de vida pautada pelos referenciais comuns e pelos símbolos que davam sentido à existência daquela sociedade. São exemplos disso as relações de proximidade com a natureza, o conhecimento da terra, o trabalho desenvolvido com técnicas rudimentares, a contagem cíclica do tempo, a linguagem, as vestimentas, a camaradagem, a confiança e a própria moral machista. As paisagens naturais e construídas, os objetos e as próprias relações pessoais compunham um universo conhecido, identitário. Essa vivência da ruralidade é a expressão da tradição goiana. Portanto, para compreender a tradição goiana, é necessário ampliar os sentidos do que é ruralidade.

A definição dicionarizada do termo ruralidade é “qualidade do que é rural, campestre, agrícola; conjunto de características e valores do mundo rural”²²; Entretanto, na concepção de Carneiro (1997), a ruralidade deve ser entendida como uma categoria simbólica representativa de um contexto sociocultural peculiar. Portanto, Goiás apresenta um modo de vida que se

²² Em Dicionário Online de Português. Disponível em: <https://www.dicio.com.br/ruralidade/> Acesso em 17 de julho de 2019.

constitui em torno da agricultura e da pecuária. Assim, a ruralidade servia para identificar o espaço de acordo com sua organização social e com suas práticas culturais.

Freitas (2011) faz uma discussão sobre a “goianidade”²³ e afirma que se trata de um *modus vivendi* cujo principal vínculo é com o ambiente rural – uma mentalidade emoldurada desde o dia a dia da Fazenda Goiana até os tempos recentes. A fazenda goiana pode ser entendida como

[...] a organização espacial que particulariza a estrutura socioeconômica de Goiás entre o final do século XVIII e início do XX, num ordenamento estrutural marcado pela autossustentabilidade e diversidade produtiva, pelo patriarcalismo, pelo tempo lento, pela troca simples, pelo coronelismo, pelo cristianismo, pelo latifúndio, pela subordinação dos núcleos urbanos ao rural, dentre outros. (BORGES, 2011, s. p.)

Tanto para Estevam (2008) quanto para Teixeira Neto, essa condição revela uma dinâmica na qual a pecuária é a essência da civilização caipira e do mundo sertanejo: “por aqui a roça e o boi são mais que símbolos emblemáticos, porque, mais que em outras regiões do Brasil, foi no campo que as coisas funcionaram” (NETO, 2008, p. 3).

Para Neto (2017), hoje, urbano e rural ainda são contextos geográficos e sociais diferentes, mas os dois sempre tiveram relações diretas e/ou indiretas. Aliás, eles se imbricam, porque, de um lado, muitas atividades antes eminentemente urbanas – a hotelaria, por exemplo – têm se voltado também para o campo, com o surgimento do que é hoje chamado de “turismo rural”; de outro, principalmente em regiões mais densamente urbanizadas, o mundo rural tem sido procurado por categorias de pessoas que procuram no campo o bucolismo e o local de residência que o meio urbano não proporciona.

Sposito (2006), ao investigar as aproximações entre o campo-cidade e urbano-rural, afirma se tratar de uma alteração morfológica da cidade, que foi “arrastada” por onde foi conveniente e produtivo. Assim, a cidade passou a organizar em novas paisagens e a se adequar aos interesses políticos e econômicos do lugar, por isso, o urbano e o rural começaram a vivenciar suas populações em um mesmo contexto.

²³ “Chamamos de “goianidade” o que nos indica a construção da ideia de modernização através de uma de suas representações, o progresso, fruto dos projetos político-econômicos do pós-30 em Goiás. A “goianidade” abrange uma época em que se procura mesclar o “velho” e o “novo”, fundir o “antigo” e o “moderno”, envolver o rural e o urbano e confluir o “atraso” e o “progresso” pelos caminhos da história”. (CHAUL, 2011, S/P)

Com o urbano e rural cada vez mais próximo, conforme destaca Pessoa (2017), a grande quantidade de pessoas passou a viver na zona de interseção entre o rural e o urbano das grandes e médias cidades. Os hábitos, culturas e representações sociais passaram a ser organizados de acordo com a nova realidade. Desse modo, a relação com o campo-cidade foi fortemente influenciada pelo modelo econômico de modernidade introduzido desde o início de seu desenvolvimento. Partindo dessas considerações, a seção seguinte apresentará as discussões sobre as configurações da agricultura familiar e do agronegócio na perspectiva goiana, bem como, as representações sociais acerca desses dois modelos que compõem, principalmente, a realidade dos jovens de nossa pesquisa.

2.3 – BREVES CONSIDERAÇÕES ACERCA DA AGRICULTURA FAMILIAR E DO AGRONEGÓCIO EM GOIÁS

Interessa-nos discutir os conceitos que sustentam a agricultura familiar e o agronegócio para posicionar os jovens de nossa pesquisa em seus espaços sociais. Entre os especialistas, estudiosos e outros profissionais do assunto em questão não há uma posição unânime sobre a definição de agricultura familiar. Em termos conceituais, nos apoiamos à noção empreendida por Abramoway (1997) que reconhece a agricultura familiar como

aquela em que a gestão, a propriedade e a maior parte do trabalho, vêm de indivíduos que mantêm entre si laços de sangue ou de casamento. Que esta definição não seja unânime e muitas vezes tampouco operacional. É perfeitamente compreensível, já que os diferentes setores sociais e suas representações constroem categorias científicas que servirão a certas finalidades práticas: a definição de agricultura familiar, para fins de atribuição de crédito, pode não ser exatamente a mesma daquela estabelecida com finalidades de quantificação estatística num estudo acadêmico. O importante é que estes três atributos básicos (gestão, propriedade e trabalho familiar) estão presentes em todas elas. (ABRAMOVAY, 1997, p.3)

No Brasil, os agricultores familiares são de fato pequenos agricultores, representando o tamanho das propriedades, uma das mais fortes restrições para o crescimento sustentável da agricultura familiar. Martins (2001) argumenta que a agricultura familiar é uma instituição de reprodução da família, cujo núcleo está na relação direta com a terra e com a produção agrícola. Além disso, nela as estratégias de reprodução não se limitam a reproduzir, isto é, subsistir e

permanecer. Elas também dão conta das novas necessidades e dos novos desafios que são continuamente gerados pelas transformações econômicas e sociais.

Para Chayanov (1974) ela, a agricultura familiar, diferentemente da empresa capitalista, que tem por base a extração do trabalho assalariado e por prioridade a maximização do lucro, a produção familiar é orientada para a satisfação das necessidades e a reprodução da família. Nesse sentido, a decisão sobre o aumento da quantidade de trabalho necessário para a expansão de determinada atividade, por exemplo, tem em conta o bem-estar da família, antes mesmo do interesse de obtenção de maior lucratividade.

Para Altafin (s/d) a história da agricultura familiar está ligada à diferente trajetória desses cinco grupos: índios, negros, mestiços, brancos não herdeiros e imigrantes europeus. Apesar de diferentes, estão ligados sob uma mesma unidade: a posição secundária que ocupavam dentro do modelo de desenvolvimento do País desde sua origem. Enquanto a grande propriedade voltada à monocultura de exportação recebia estímulos e garantias dos governantes, esse mosaico de formas camponesas ligadas a cultivos alimentares dirigidos ao abastecimento interno era colocado à margem das políticas públicas. “Foi historicamente um setor bloqueado, impossibilitado de desenvolver suas potencialidades enquanto forma social específica de produção” (ALTAFIN apud WANDERLEY, 1999, p. 37).

É comum caracterizar a agricultura familiar como um setor atrasado, do ponto de vista econômico, tecnológico e social, voltado para a produção de produtos alimentares básicos e com uma lógica de produção de subsistência. Essa imagem estereotipada de agricultura familiar parece estar longe de corresponder à realidade. Segundo Martins (1986), no Brasil, os que hoje são chamados de agricultores familiares já receberam, e ainda recebem, diferentes nomes. Este autor lembra que, no contexto de São Paulo, Minas Gerais, Goiás e Paraná, o homem rural é conhecido como roceiro e caipira.

Contribuindo com esta discussão, outros autores como Renk (2000) observam que os pequenos produtores familiares estão em um momento de crise que deriva da modernização na agricultura, além de outros fatores como o esgotamento dos recursos naturais e a desvalorização da agricultura familiar no cenário do capitalismo contemporâneo, gerando prejuízos aos pequenos produtores rurais que não estão em condições de competirem com os grandes produtores.

A partir desses aspectos contextualizamos esse fenômeno com a realidade do município pesquisado. A base econômica de Bela Vista de Goiás é definida pelo conjunto de pessoas que praticam alguma atividade produtiva ou pela população economicamente ativa distribuída em algum dos três setores da economia primário, secundário e terciário. Historicamente, Bela Vista de Goiás sempre teve como alicerce o setor primário, ramo de atividade produtiva vinculado especialmente ao desenvolvimento da agricultura e da pecuária. Um destaque relevante no cenário econômico histórico de Bela Vista de Goiás é o fumo, cultivado e processado no município tido como o principal produto de exportação durante décadas.

Atualmente predominam-se nesse município as atividades agrícolas e pastoris, que tem sido também relevante para o desenvolvimento do município o gado leiteiro e o de corte. Quanto ao sistema de produção e comercialização de produtos produzidos na zona rural os produtores têm se organizado em associações e cooperativas, procurando um fortalecimento da economia, pois a produção envolve praticamente a mão de obra familiar. Assim, compreendemos que este município mantém suas bases rurais, porém, assim como muitos em realidade semelhante, enfrenta um processo de migração do campo para a cidade e, conseqüentemente, um processo de enfraquecimento dos agricultores familiares. De fato, ambos os fatores estão atrelados à ótica da modernização.

O processo de modernização da agricultura, iniciado de forma mais acentuada nos anos de 1960, desencadeou grandes transformações, sobretudo, econômicas e sociais no espaço rural brasileiro. Essas transformações refletiram de forma negativa no comportamento da agricultura familiar que traz, desde sua institucionalização, algumas “precariedades”, conforme mostra Brumer (1993), a precariedade jurídica, econômica e social do controle dos meios de trabalho e produção, caráter rudimentar dos sistemas de cultura e das técnicas de produção, pobreza da população engajada nas atividades agropecuárias, constatadas na grande mobilidade espacial e dependência diante da grande propriedade.

A partir dessa época, com o novo um “pacote” tecnológico, que agricultura brasileira se consolida em função do novo alcance das fronteiras agrícolas e pela utilização de novas tecnologias como maquinário, fertilizante e defensiva. A região Centro-Oeste, incluindo Goiás, inicia seu processo de crescimento através das políticas públicas de fortalecimento da produção agroindustrial. Essa nova faceta da agricultura é fruto da Revolução Verde.

A Revolução Verde é a modernização do campo, sobretudo, a “nova era” da agricultura brasileira. É nesse momento que começam a serem delineados os traços do agronegócio brasileiro. De acordo com Santili (2009),

a Revolução Verde associa insumos químicos (adubos e agrotóxicos), insumos mecânicos (tratores colheitadeiras mecânicas etc) e biológicas (variedades melhoradas) (...) Foram desenvolvidas variedades vegetais de alta produtividade que dependiam, entretanto, da adoção de um conjunto de práticas e insumos conhecido como “pacote tecnológico” da revolução verde (insumos químicos, agrotóxicos, irrigação, máquinas agrícolas etc). Foi criada também uma estrutura de crédito rural subsidiado e, paralelamente, uma estrutura de ensino, pesquisa e extensão rural associadas a esse modelo agrícola. Com o apoio de órgãos governamentais e organizações internacionais, a revolução verde expandiu-se rapidamente pelo mundo promovendo uma intensa padronização das práticas agrícolas e artificialização do meio ambiente (SANTILI, 2009, p. 25)

Para Silva (1985) essa revolução fez com que pequenos produtores fossem expropriados, dando lugar aos moldes empresariais de organização da produção, garantindo que a divisão desigual de terras continuasse a ser efetiva, aumentando ainda mais as diferenças. Fica evidente, em sua concepção, que a chamada modernização da agricultura não é outra coisa que o processo de transformação capitalista da agricultura, que ocorre vinculado às transformações gerais da economia brasileira da época. Sendo resultado das transformações capitalista, é possível perceber as intenções dessa modernização da agricultura: a maximização do lucro.

É nesse contexto que o termo “agronegócio” surge. Cunhado pelos professores norte-americanos John Davis e Ray Goldberg nos anos 1950, o termo agronegócio surgiu da noção de *agrobusiness*, no âmbito da área de administração e marketing, refere-se a um modo de organizar a agricultura no qual estão imbricados os capitais financeiro, comercial e industrial. “O termo foi criado para expressar as relações econômicas (mercantis, financeiras e tecnológicas) entre o setor agropecuário e aqueles situados na esfera industrial (tanto de produtos destinados à agricultura quanto ao processamento daqueles com origem no setor), comercial e de serviços” (MEDEIROS, 2012, p. 79).

Em Goiás, o agronegócio destaca-se no cenário nacional sendo importante gerador de divisas para o estado por meio de suas exportações, com destaque para os complexos soja e carne. No cenário nacional, em 2016, o estado de Goiás destacou-se na produção nacional como

segundo maior produtor de sorgo²⁴, de tomate e de cana-de-açúcar, e o quarto maior produtor de soja. (IBGE, 2017).

Portanto, ao apresentamos os apontamentos sobre a agricultura familiar e o agronegócio, pretendemos compreender se há um processo de resistência dos jovens quanto ao campo e a agricultura frente à expansão modelo de produção agropecuário conhecido como agronegócio. No capítulo seguinte, será feita uma abordagem sobre os aspectos históricos e culturais do município de Bela Vista de Goiás, assim como a apresentação dos resultados da pesquisa de campo. Assim, serão feitas aproximações quanto a essa conjuntura: os jovens goianos, rurais e urbanos, configuram os “*agroboys*”, aqueles que vivem a ruralidade no espaço urbano? Esses jovens desejam permanecer no campo ou migrar para cidade? Quantos aos jovens urbanos, estão submetidos à “sedutora” e “moderna” hegemonia do agronegócio brasileiro? Tendo em vista estas indagações, o que contribui para o declínio do “esvaziamento” do campo, especialmente pelos jovens contemporâneos?

²⁴ O sorgo, do original *sorghum*, é um cereal utilizado na alimentação animal e humana. Na pecuária esse grão ocupa lugar de destaque pois é juntamente importante como o milho, o trigo, o arroz e a cevada.

CAPÍTULO 3 – OS CAMINHOS DA PESQUISA E O LUGAR DE VIVÊNCIA DOS JOVENS RURBANOS

3.1 – O MUNICÍPIO DE BELA VISTA DE GOIÁS E A FIGURA DO CAPIRA GERALDO NOGUEIRA (“GERALDINHO”)

O município de Bela Vista de Goiás está a 45 km da capital do estado de Goiás, a cidade de Goiânia. Entretanto, é considerado parte da região metropolitana de Goiânia, conhecida popularmente por Grande Goiânia, uma conurbação de cidades ao redor de Goiânia composta por vinte municípios. Bela Vista de Goiás faz limite com as cidades de Senador Canedo, Caldazinha, Leopoldo de Bulhões, Silvânia, Cristianópolis, São Miguel do Passa Quatro, Piracanjuba, Hidrolândia, Aparecida de Goiânia e Goiânia, sendo que anteriormente, pertencia ao município de Silvânia. Em seus aspectos geográficos, a cidade localiza-se em uma região de topografia plana, com leves ondulações e algumas áreas de serras. A Serra do Passa Quatro, Serra Córrego Fundo, Serra Boa Vista e Serra da Garapa são exemplos de tais elevações.



Figura 4- Mapa da Região Metropolitana de Goiânia

(Fonte: <http://www.seplan.go.gov.br/sepin/pub/regplan/img/metropolitana.jpg>)

A cidade de Bela Vista de Goiás está situada na região centro-oeste do país, sua população é de, aproximadamente, 28.077 habitantes (IBGE, 2016). O município foi fundado em 1896. Segundo a narrativa local, a cidade surgiu próxima aos centros de mineração, onde tropeiros e carreiros que transportavam mercadorias do estado de Minas Gerais para o estado de Goiás fizeram do local ponto de pouso e de “rancho dos tropeiros”, assim circundando-o surgiu o povoado que, tempos depois, em 5 de junho de 1896, foi elevado à categoria de cidade.



Figura 5 - Localização geográfica de Bela Vista de Goiás
(Fonte: Raphael Lorenzeto de Abreu)

A base econômica de Bela vista de Goiás sempre foi alicerçada pelas atividades rurais. Durante muito tempo, a atividade de destaque foi o fumo cultivado e processado no município e que, por sinal, foi o principal produto de exportação durante décadas. Entretanto, a partir de 1980, a agropecuária ocupou um lugar de destaque na região, classificando o município, alguns anos mais tarde, com a segunda maior bacia leiteira do Estado de Goiás. Atualmente, há um grande número de proprietários de terra que exercem atividades agrícolas, mas é importante mencionar a influência econômica que algumas indústrias têm dado ao município. O município é um dos maiores criadores de gado leiteiro do estado, possuindo três estabelecimentos leiteiros, dois postos de recepção e resfriamento e um laticínio com usina para pasteurização. A avicultura, além de gerar a maior fonte de empregos, contribui para o fortalecimento do mercado e escoamento das produções de milho, soja e sorgo.

A configuração geopolítica deste município se modificou com a criação de Goiânia²⁵, em 1935. No início essas mudanças foram especialmente no âmbito administrativo, pois nessa época ainda havia uma precariedade das estradas e dos meios de transportes. Porém, ao longo dos anos 70, com a pavimentação das rodovias e o melhoramento do transporte coletivo, o acesso à capital foi facilitado, o que resultou no processo de dependência da cidade de Goiânia. O fato ainda é recorrente, de modo que há uma grande migração diária daqueles que estudam e trabalham na capital. É importante lembrar que a construção de Goiânia foi fruto de uma ideologia de progresso, pois a transferência da capital do estado da Cidade de Goiás para Goiânia, na década de 30, foi impulsionada pela idealização de um espaço urbano com qualidade de vida, produtividade e desenvolvimento, ou seja, uma cidade com o aspecto de “moderna”. Assim, Goiânia e as demais regiões do estado de Goiás também atuaram na desconstrução do rural “arcaico”, “atrasado”, embora ligados a uma estrutura fundiária. Nesse ponto, assinalamos que, apesar da dinâmica urbana e modernizadora, a cultura goiana tem bases calcadas no universo rural.

O município de Bela Vista de Goiás sofreu influência de todos estes fatores, tendo apresentado um crescimento populacional significativo nos últimos anos. Somente do ano de 1996 ao ano de 2010 pode ser observado um crescimento populacional. A saber

População Censitária			
Ano Referência	Urbana	Rural	População Total
1980	6.010	11.245	17.225
1991	9.652	7.664	17.316
1996	10.455	7.331	17.786
2000	12.278	6.932	19.210
2001	-	-	19.645
2002	-	-	20.016
2003	-	-	20.391
2004	-	-	21.177
2005	-	-	21.611
2006	-	-	22.043
2007	14.296	6.319	20.615
2008	-	-	21.466
2009	-	-	21.679
2010	17.955	6.599	24.554

Figura 6 - População censitária de Bela Vista de Goiás (1980 - 2010)

(Fonte: SEPLAN/ SEPIN - 2010)

²⁵ O município de Bela Vista de Goiás foi um dos que cederam terras para a nova capital (os outros foram Campinas, Hidrolândia, Anápolis e Trindade). (PINHEIRO, 2003).

Conforme demonstra a figura acima, a população do município teve um crescimento maior entre os anos de 2009 e 2010, do que entre os anos de 2000 e 2009. Dentro desta perspectiva, é importante frisar que este aumento populacional vem sendo observado durante os demais anos, causando impactos até a atualidade.



Figura 7 - O município de Bela Vista de Goiás nos tempos atuais
(Fonte: <https://belavista.go.gov.br/>)

Uma figura importante do município em estudo é Geraldo Peliciano Nogueira, mais conhecido como Geraldinho, um pequeno sítante que residia na zona rural de Bela Vista de Goiás. Ele é um dos remanescentes do caipirismo goiano que, por meio da dança da catira e de “causos” contados de maneira inusitada, representa o sujeito de fala simples e hábitos rústicos dos caipiras de Goiás do século XX. De fato, ele é a figura do sujeito do campo que viveu longe do mundo globalizado, que trabalhou em atividades rurais, casou-se cedo e teve muitos filhos. No entanto, devemos chamar a atenção para sua personalidade-síntese²⁶, pois através de uma perspectiva individualizada, representa o caipirismo goiano, tipificado, sobretudo, por meio da linguagem. Porém, realçamos que em nossa pesquisa não pretendemos abordar os processos linguísticos que envolvem a sua fala, mas pontuar a dimensão dessa linguagem no contexto cultural do caipira goiano.

²⁶ Expressão utilizada por Walter Benjamin (1994, p. 197-221). BENJAMIN, Walter. “O narrador. Considerações sobre a obra de Nikolai Leskov.”. In: *Walter Benjamin Obras escolhidas: Magia e técnica, arte e política*. São Paulo: Brasiliense, 1994.



Figura 8 - O caipira Geraldinho Nogueira
(Foto: Produção TV Anhanguera)

Em 1984, Geraldinho foi descoberto artisticamente por Hamilton Carneiro, apresentador do programa de televisão *Frutos da Terra*, da TV Anhanguera de Goiás. Após essa aparição, Geraldinho tornou-se uma figura de destaque e sua exposição fez dele uma referência ao típico caipira goiano. De modo geral, ele acompanhou todas as transformações que Bela Vista de Goiás passou no século XX e, através dos seus divertidos “causos”, fez uma leitura dessas mudanças na perspectiva da cultura caipira, sempre rica e bem-humorada. Mesmo após seu falecimento, em 1993, sua história e contribuição cultural permanecem na memória dos moradores do município de Bela Vista de Goiás.

Em 1996, no primeiro centenário da cidade, a prefeitura de Bela Vista de Goiás homenageou os artistas belavistenses, na pessoa de Geraldinho, erguendo um busto na confluência da Avenida Pedro Ludovico e Rua Domingos Arantes. A Academia Belavistense de Letras, Ciência e Artes – ABLAC – em 2001, instituiu Geraldinho como patrono da cadeira nº 19, escolha esta por identificar, no contador de “causos”, a sua origem e criação no ambiente rural.



Figura 9 – Homenagem a Geraldinho Nogueira em Bela Vista de Goiás
(Fonte: Arquivo pessoal)

De fato, Geraldinho ficou conhecido pelos seus “causos” que envolviam certa comicidade. Ele recebeu créditos pela criação de “causos” que eram relatos de sua vida, passagens que testemunhou ou que ouviu de outras pessoas da região onde habitava. Entre eles estão *A namoradinha*, *O osso*, *O caso do Marimbondo* e *O caso da Bicicleta*. Essas narrativas seguem uma tradição caipira que sempre esteve acompanhada de fortes traços orais e de um vocabulário tipicamente interiorano. Essa linguagem, muitas vezes inacessível aos sujeitos urbanos, é repleta de palavras cujas pronúncias se distinguem da norma culta, entre elas: “*muiê*” (mulher), “*sinhô*” (senhor), “*istamu*” (estômago). Sendo assim, é, principalmente, esse falar rural que dá o elemento simbólico e identitário ao caipira em Geraldinho.

Os “causos” narrados por Geraldinho simbolizam a produção discursiva das camadas populares goianas, porém, é um horizonte de interpretação dos expoentes de uma realidade coletiva. Por meio de um realismo, instrumentado pelo humor, demonstram a maneira de pensar da cultura caipira frente à tecnologia, à sexualidade e à religião. Um exemplo dessa construção está no *Causo do rádio*, onde de modo irônico, é narrado sobre o ritualismo da Igreja Católica exigido na celebração da missa. Neste “causo”, ele [o Geraldinho] e um amigo vão à casa do “Seu Enoque” ouvir músicas caipiras em um aparelho de rádio, uma tecnologia nova ao meio rural, o que gera estranhamento e reações cômicas entre os moradores rurais. Este estranhamento frente a um objeto que simbolizava a modernidade, bem como as reações diversas recontadas no “causo”, são também elementos de carga simbólica e identitária que faz frente à diferença em relação ao homem urbano.

[...] Uma ocasião nessa época que apareceu esse recurso, e eu fui trabalhá prum cumpanheirim meu lá [...] quando foi sábado, eu juntano minhas quissassinha pra ir'imbora, aí ele falô pra mim: “Não, Geraldim! Posa

ai q'amanhã cedo nós vai iscutá uns caipira”. Aí eu danei cum ele: “Cê tá ficano lôco, rapáiz? Onde cê vai arrumá caipira aqui amanhã cedo?”. Aí ele falô: “Não, ali num veim nosso tem um rádio”. Aí falei: “Uai, já tem?”, “Tem! Tá c'uns oito dia que chegô”. Aí falei: “Uai, intão vô posá q'eu fico conhecono essa ferramenta”. Aí cedim [...], era perto, nós chegô logo, quando nós chegô já tinha umas quinze pessoa lá, rapáiz. O povo num cunhicia, aquilo frivia lá pra iscutá. Aí o véi viu que o povo tava bobo c'aquilo, pegô a cobrar, era quinhentos réis procê iscutá. [...] Aí nós chegô e o cumpanhêro falô: “Ó seu Enoque, nós vêi iscutá uns caipira”. Aí ele levantô, ispriguiçô e falô [...] “Vô lá dentro chamá a Maria, eu num sei mexê cum isso não”. Aí eu oiei, rapáiz, tinha um caixotim em riba de uma mesinha, tava pertim, pra mim era um caixotim deles pô alguma imundície . [...] Quando ela chegô naquele caixotim lá em riba da mesa, [...] quando ela pegô no imbigo dele que torceu, eu vi que tinha um palitim lá dentro... rolô! Ele tava campiano uns caipira... Rapáiz, e ele [o botão de rolagem das estações de rádio], e ele dislizô dos caipira e engarupô numa missa, rapáiz. E o véi era daqueles devoto antigo, quando o padre raiou lá dentro daquele caixote, ele barreu o joêio no chão lá diante, e aí nós foi obrigado a jogá o chapéu de costa e jueiá tamém. E eu não sei o que foi q'esse enfezado desse padre esse dia, e ele tirava uma meia hora pra rezá, uma meia hora pra daná cum nós, rapáiz! E eu fui infezano c'aquilo: “eu nunca vi esse hômi, e ele daná cum nós desse jeito sô! Esse hômi tá é lôco” [risos]. E aí o pau quebrô e ele num parava e os juêio num guentô [...]. Levantá num podia! [...] Eu manei: “Agora num tem recurso, vô deitá porque num pode levantá”. Quando eu já tava caçano um jeito de deitá, o padre liberô nós e eu mão no chapéu e avoei pra banda de fora. Aí o cumpanhêro: “Vamo dá mais um prazo, às vêiz os caipira vem!”. Eu falei: “Ó rapáiz, o dia q'eu rumá um recurso pra vedá meu juêio, eu posso vortá” [risos]. (GERALDINHO, 2003).

A transição acima além de demonstrar as representações culturais nos “*causos*” também realça os seus aspectos sociolinguísticos. Entretanto, compreendemos que há uma avaliação negativa dada pelos que detêm o poder da fala, a classe dominante, a Geraldinho e aos sujeitos caipiras que, por se distinguirem dos sujeitos urbanos, seja pelo seu modo de falar, de vestir ou de se portar. Existe uma valorização da língua onde se elege um conjunto de normas que definem o modo “correto” de falar, não considerando as diferenças geográficas, de classes sociais, de níveis de escolaridade, de categorias como profissão, idade, entre outras. Dessa forma, este contador de “*causos*” é reconhecido como caipira pelas “*marcas*” de sua simplicidade associada ao lugar onde nasceu e viveu, à sua baixa escolaridade, ao seu “falar errado” e ao sinônimo do atraso social. Sua dicção, seu vocabulário, sua postura e até mesmo seu próprio riso mostram um homem caipira que, conduzido à cidade, à urbanização, à mídia, permanece em sua origem, negando-se a mudar suas tradições rurais para costumes citadinos.

Essas crenças sobre a superioridade de uma variedade ou falar sobre os demais é um dos mitos que se arraigaram na cultura brasileira. Toda variedade regional ou falar é, antes de tudo, um instrumento identitário, isto é, um recurso que confere identidade a um grupo social. (BORTONI-RICARDO, 2004, p. 33)

De acordo com Aléong (2001), cientificamente não existem características linguísticas que possam caracterizar uma forma como feia ou bonita, certa ou errada. O que torna uma forma linguística “bonita” ou “feia”, “aceita” ou “rejeitada” é a imposição de uma norma explícita - difundida pela escola, mídia, determinados órgãos públicos e imprensa - prescrita pelas gramáticas como modelo a ser seguido. Desta forma, é estabelecido um “modelo normativo” a ser seguido e as variações em relação a esse “modelo” são vistas como “erro”, “feias” e são, portanto, rejeitadas.

Complementando, Scherre (2008, p. 145) afirma que as “características linguísticas da fala de pessoas de classes sociais menos prestigiadas são normalmente estigmatizadas e desvalorizadas”. O fato de existir uma imagem pejorativa em torno da identidade do caipira, que o caracteriza como “habitante do mato”, sem trato social, faz com que a língua por ele falada também seja vista de forma pejorativa e a variante retroflexa seja assim, estigmatizada por alguns falantes de outras comunidades linguísticas.

Esse caipira goiano foi estereotipado e tido como atrasado, fora de seu tempo, por aqueles que se concentravam nos grandes centros urbanos, onde o progresso e a modernidade se instalavam com mais facilidade. Foi visto como um interiorano acanhado e sem preparo para a vida em sociedade, pois, longe da cidade, não teria instrução ou trato social, não saberia se vestir adequadamente.

Entretanto, essa imagem do caipira associada à vida simples, relacionada à roça, com suas plantações, um homem trabalhador, que possui baixa ou nenhuma escolaridade, foi reformulada mediante as demandas do mundo capitalista. Desta forma, encontrava-se em harmonia com o ambiente, retirando deste o necessário para sua subsistência. Porém, de acordo com Candido (2001), com o progresso econômico e industrial, a relação homem e natureza sofreu modificação e, a partir do momento em que o caipira se fixou, a busca por produtos manufaturados cresceu em demasia, fazendo com que os hábitos fossem mudados: o caipira passou a trabalhar constantemente.

As relações não se modificaram apenas no trabalho, ocorreram mudanças nos padrões culturais deste sujeito que vivia no espaço rural. De fato, este iniciou um processo de acomodação cultural, pois, mais próximo da cidade e vivendo em uma perspectiva capitalista, muitos fatores modernos foram incorporados a esta figura rural. O que pretendemos realçar com

essa contextualização é que o caipira tradicional deixou de existir, pois somado a ele os aspectos do mundo consumista, ele é ressignificado, surgindo assim um novo caipira.

Nesses termos, Geraldinho, mesmo sendo uma representação cultural do caipira goiano e sendo um patrimônio cultural da cidade de Bela Vista de Goiás, não gera um sentimento de pertencimento aos membros dessa sociedade, tampouco aos jovens. Esse caipira não condiz com os modismos estrangeiros seguidos pela sociedade atual, pautados no progresso e na modernidade. Contudo, Geraldinho, o contador de “*causos*”, é a figura caricatural do caipira de tempos atrás.

Devido à sua habitação, que se relaciona com a terra e com o trabalho braçal, se reconhece a dependência de Geraldinho com o meio rural. Entretanto, a imagem deste, quando não engraçada, é de um sujeito burlesco, atrasado intelectualmente e ignorante, o que, de fato, é uma construção errônea sobre sua personalidade. Em um aspecto mais amplo, sua representação é totalmente cômica, qualificado como um indivíduo ausente de inteligência, que está incluído no segmento da população semi-analfabeta e com fortes traços de homem não-civilizado. Norbert Elias (1994) lembra que a sociedade atual descreve civilização como algo capaz de provocar orgulho e constituir um caráter especial: o nível de sua tecnologia, a natureza de suas maneiras, o desenvolvimento de sua cultura científica ou visão do mundo.

Em relação ao ideário caricatural de Geraldinho, longe de qualquer modo civilizatório, Ilari e Basso (2009, p.162) constata que “[...] é próprio da caricatura ‘carregar’ em alguns traços da pessoa que retrata, produzindo assim uma imagem propositalmente distorcida. Uma caricatura é, por definição, uma representação infiel (e nesse sentido desrespeitosa) do objeto retratado”. Logo consideramos que essa imagem caricatural constrói, a partir de inúmeras características, “[...] um tipo grotesco, rústico, atrasado, criado para provocar o riso, o escárnio e o deboche do espectador” (BAGNO, 2006, p.44)

Retomando a concepção de Nobeit Elias, em sua obra *O processo Civilizador* (1993, 1994), o autor aborda sobre o processo de formação do homem civilizado e, por meio da história dos costumes, analisa aspectos relacionados à educação e aos bons costumes em nossa sociedade contemporânea. De modo geral, nesta obra ele reflete acerca das demandas sociais de cada tempo histórico, que possibilitam transformações nos hábitos e costumes socialmente aceitos. Essas transformações sucessivas na civilidade humana permitiram o atual grau de civilização e o desenvolvimento de nossa época, no entanto, esse processo não seria obra de

planejamento de uma única pessoa ou grupo de pessoas. Foi a somatória dessas transformações que permitiu a constituição da atual civilização.

A reflexão central nesta obra é a construção hipotética de imaginar o que aconteceria se um sujeito da sociedade ocidental contemporânea fosse, de repente, transportado para uma época remota, tal como o período medievo-feudal. Possivelmente descobriria nele hábitos e modos que julga selvagem ou incivilizado em sociedades da atualidade. Tais hábitos, diferentes dos seus, não condizem com forma como foi educado, por isso os homens os abominariam. É possível que encontrasse um modo de vida muito diferente do seu, alguns hábitos e costumes lhe seriam atraentes, convenientes e aceitáveis segundo seu ponto de vista, enquanto poderia considerar outros inadequados. Portanto, Norbert Elias (1994) explora a civilidade humana como transformação dos costumes, que vai a mudanças posturais das pessoas à mesa, no momento das refeições, na forma de comer, no modo de se comunicar e em relação às funções corporais. Nesse sentido, o autor se atenta para as construções artísticas e literárias que, principalmente na Idade Média, que procuravam ensinar como as crianças e os jovens deveriam se comportar no convívio social.

Ao apontar essas questões o autor afirma que a história das boas maneiras está diretamente relacionada às regras de comportamento social. Essa história refere-se não apenas a questão da etiqueta, mas também diz respeito à moral, à ética, ao valor interno dos indivíduos e aos aspectos externos que se revelam nas suas relações com os outros. Todas as sociedades, ao longo da história, criaram normas e princípios com a finalidade de orientar as relações pessoas. Assim, na medida em que os sujeitos que formam a sociedade são educados, hábitos indesejados são suprimidos por aqueles mais “civilizados”.

A nosso ver, Norbert Elias (1994) apresenta questões pertinentes à nossa pesquisa. Geraldinho Nogueira, o emblema cultural do caipira goiano, é remetido em uma lógica de “incivilizado”, que não condiz às maneiras racionais que caracterizam a modernidade. Por isso, acreditamos que “os novos caipiras”, representado principalmente pelos jovens contemporâneos, quando em contato com a escola e outros símbolos do mundo ‘civilizado’, passaram por um “processo civilizador²⁷” no âmbito individual (psicogênese), que resultou na

²⁷ Segundo Roger Chartier a teoria do “processo civilizador” de Norbert Elias definido pode ser definida da seguinte maneira: “o processo de civilização consiste, antes de mais, na interiorização individual das proibições que, anteriormente, eram impostas do exterior, numa transformação da economia psíquica que fortalece os mecanismos do autocontrole exercido sobre as pulsões e emoções e que faz passar do condicionamento social ao auto-condicionamento”. CHARTIER, Roger. *A História Cultural: entre práticas e representações*. Tradução de Maria Manuela Galhardo. Lisboa: Difel, 1988. p.110

modificação das suas sensibilidades e dos seus comportamentos, assim tornando-se um novo caipira do mundo moderno, globalizado e, portanto, civilizado. De fato, esses novos caipiras estão mais próximos do homem da cidade, o que já é visto como um alto grau de civilidade, do contrário, quanto mais afastado estiver das práticas e hábitos que norteiam a vida do homem citadino, maior seria o seu nível de incivilidade.

Nestes termos, a nossa pesquisa buscou identificar estes aspectos que inserem ou caracterizam os jovens estudantes do CEPI Pedro Vieira Januário, na cidade de Bela Vista de Goiás, como os novos caipiras, pois, assim como já foi apresentado, são jovens que vivem práticas urbanas, mas que são carregados de traços culturais que os interligam ao mundo rural. Assim, percorrendo as questões que permeiam a realidade destes jovens, suas práticas de lazer, os anseios profissionais, as origens (campo-cidade) e permanência na cidade ou possibilidade de migrar para o campo, buscamos visualizar estas dinâmicas culturais que, ao mesmo tempo em que são experienciadas, são resignificadas por estes.

3.2 – A CONSTITUIÇÃO DO GRUPO DE SUJEITOS DA PESQUISA: A ESCOLA, OS ALUNOS E OS QUESTIONÁRIOS

Para o desenvolvimento da nossa pesquisa, foram considerados os jovens estudantes do CEPI Pedro Vieira Januário, em Bela Vista de Goiás, que cursaram o ensino médio em período integral no ano letivo de 2018. Nesse período, estavam matriculados 165 alunos, dentre eles alunos que residem no próprio município e alunos que residem em áreas rurais próximas ou em pequenos povoados não emancipados. Embora a pesquisa se restrinja a esta unidade escolar, o município ainda conta com outras escolas privadas e com o Colégio Estadual Dr. Bélem, porém esta oferta o 9º Ano do ensino fundamental no turno vespertino; o Programa de Fortalecimento do Ensino Noturno – PROFEN, no turno noturno; e o ensino médio (1º Ano, 2º Ano e 3º Ano) em três turnos: matutino, vespertino e noturno. A justificativa para a delimitação da escolha é pelo fato de se tratar de uma escola de modalidade integral, diferente das demais, ou seja, nesse formato os jovens estudantes permanecem o dia todo dentro da escola, das 7:30h até 17:00h, o que de fato altera as suas relações com o trabalho, com a família e com a própria escola.



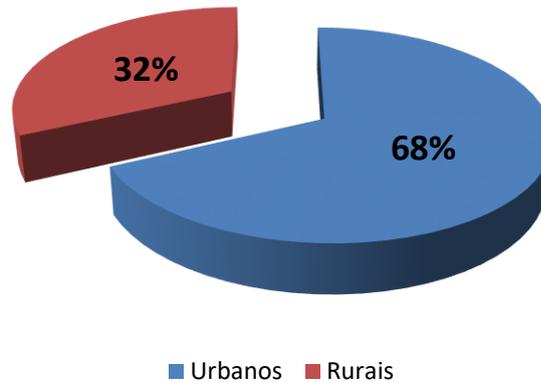
Figura 10 - O CEPI Pedro Vieira Januário
(Fonte: Arquivo pessoal)

No primeiro momento, a pesquisa buscou identificar o quantitativo de jovens que compunham a realidade escolar naquele momento. Por isso, a primeira distinção feita foi a identificação do quantitativo de jovens que residiam em áreas rurais²⁸, aqueles que migravam diariamente até a escola, e dos jovens que residiam na própria cidade. Sendo assim, os dados foram coletados a partir de dois grupos de sujeitos: os alunos rurais e os alunos urbanos. Essa divisão também foi feita quanto à aplicação dos questionários. Os questionários destinados aos jovens rurais continham abordagens relativas à sua realidade no campo, a relação com o trabalho, com a família, suas práticas culturais, as concepções de lazer, a perspectiva futura profissional e sua relação com a cidade. Já os questionários destinados aos jovens urbanos, embora numa mesma perspectiva de abordagem, buscou o caminho inverso: a relação destes jovens com o campo, com o universo rural. Sendo assim, as questões norteadoras também buscaram compreender suas relações com o trabalho, com a família, suas práticas culturais, as concepções de lazer, a perspectiva do futuro profissional e, especialmente, a relação com rural, seja ele vivenciado no espaço rural ou no contexto urbano.

No CEPI Pedro Vieira Januário, como foi citado anteriormente, estavam matriculados no ano da pesquisa, 165 jovens, com idades entre 15 e 24 anos, que cursavam o ensino médio em período integral. A partir desse número estabelecemos, primeiramente, o quantitativo destes que compunham os jovens rurais e os jovens urbanos. A saber

²⁸ É preciso atentar que, ao nomearmos de “jovens rurais”, estamos partindo do pressuposto que residem em áreas rurais, não que estudem em escolas rurais.

Gráfico 2 - Relação dos alunos do CEPI Pedro Vieira Janeiro



(Fonte: Pesquisa de campo, 2018)

O gráfico 2 mostra que a maioria dos estudantes desta instituição, no respectivo ano da pesquisa, residiam no município, no perímetro urbano, sendo representados por 68% do total da amostra. Quanto aos alunos de áreas rurais, a porcentagem é de 32%. De fato, o resultado deste dado evidencia o fenômeno atual, há um maior índice de estudantes urbanos, mas o quantitativo daqueles que pertencem a áreas rurais ainda é relevante.

3.3 – QUESTÕES JUVENIS: TRABALHO, ORIGENS, FAMÍLIA, LAZER E FUTURO PROFISSIONAL

Antes de tudo, devemos mencionar que as questões juvenis são entendidas como um conjunto de significados estruturantes e estruturados, elaborados pelos jovens e incorporados por eles. Estas questões nos auxiliam na compreensão do sentido da categoria juventude, por isso, não se pode perder de vista as discussões sobre suas concepções sobre trabalho, família, lazer, educação e futuro. E especial, o caso da juventude rural, sem relegar o fato de que essa categoria também é um produto próprio da cidade e que não estão isolados do mundo, principalmente após esse fenômeno de urbanização nos últimos tempos.

É interessante registrar, desde já, que as representações entre as duas categorias juvenis, os jovens urbanos e os jovens rurais, apresentam uma similaridade. Assim, a imagem juvenil aqui construída diz respeito à construção social e cultural que demarcam a trajetória do grupo pesquisado. Os dados produzidos foram frutos da pesquisa de campo realizada no CEPI Pedro

Vieira Januário, no município de Bela Vista de Goiás. Esses dados sistematizam as informações colhidas por meio dos questionários aplicados aos estudantes do ensino médio.

Como foi mencionado, foram aplicados dois tipos de questionários: um aos estudantes urbanos, cujas questões são relativas ao seu modo de vida, família, trabalho, perspectivas futuras e a relação com o campo; e o outro aplicado aos alunos rurais, cujas questões são relativas ao seu modo de vida, família, trabalho, perspectivas futuras e a relação com a cidade. Os alunos analisados neste trabalho podem ser inseridos dentro da mesma classe social, notadamente entre os menos favorecidos, não considerando as diferenças de renda, ocupação, cor ou raça. A seguir serão apresentados discussões e resultados da pesquisa de campo, resultado da aplicação dos questionários aos sujeitos pesquisados.

3.3.1 – A RELAÇÃO COM O TRABALHO

Antes de aprofundarmos na análise, devemos considerar o pressuposto marxiano de que o trabalho é a atividade transformadora da natureza para satisfazer as necessidades humanas e de que sem ele não há produção e reprodução social. Compreendemos que o trabalho é condição da existência humana, que existe independentemente do modo como a produção está organizada e que prescinde a relação homem versus natureza, já que o homem como agente transformador retira dela os bens necessários à sua reprodução material (MARX, 1996).

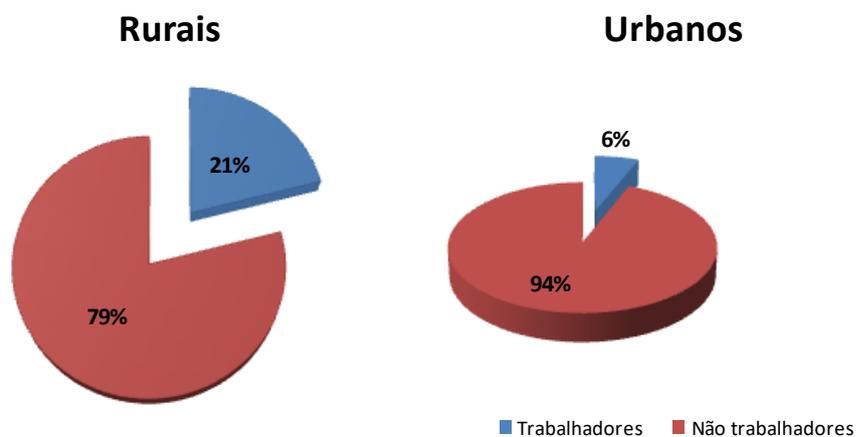
Nesses termos, Marx demonstra que o trabalho é fundamental na vida humana porque é condição para sua existência social "como criador de valores de uso, como trabalho útil, é o trabalho, por isso, uma condição de existência do homem, independentemente de todas as formas de sociedade, eterna necessidade natural de mediação do metabolismo entre homem e natureza e, portanto, vida humana" (Marx, 1996, p. 201). E, ao mesmo tempo em que os indivíduos transformam a natureza externa, alteram também a sua própria natureza humana, num processo de transformação recíproca que converte o trabalho social num elemento central do desenvolvimento da sociabilidade humana.

O processo de trabalho (...) é atividade dirigida com o fim de criar valores de uso, de apropriar os elementos naturais às necessidades humanas; é condição necessária do intercâmbio material entre o homem e a natureza; é condição natural eterna da vida humana, sem depender, portanto, de qualquer forma dessa vida, sendo antes comum a todas as suas formas sociais (MARX, 1996, P. 208)

Mas, se por um lado, podemos considerar o trabalho como um momento fundante da vida humana, ponto de partida no processo de humanização, por outro lado, a sociedade capitalista o transformou em trabalho assalariado, alienado, fetichizado. O que era uma finalidade central do ser social converte-se em meio de subsistência. A força de trabalho torna-se uma mercadoria, ainda que especial, cuja finalidade é criar novas mercadorias e valorizar o capital. Converte-se em meio e não primeira necessidade de realização humana.

Dessa forma, a concepção de trabalho aqui se refere à força de trabalho que estes jovens “vendem” em troca de um salário. Contudo, as informações não nos revelam sobre a situação de formalidade/informalidade das atividades que exercem e, tampouco, sobre a precariedade do trabalho e seus salários. Nesse sentido, estão sendo considerados como trabalhadores aqueles que se autodeclararam como tal e que, supostamente, são remunerados.

Gráfico 3 - Os jovens estudantes e a relação com trabalho



(Fonte: Pesquisa de campo, 2018)

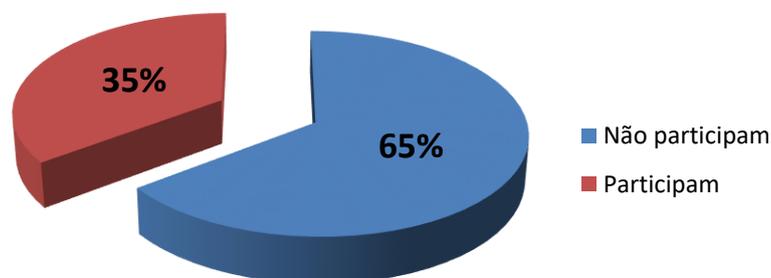
O gráfico acima representa a atuação dos jovens pesquisados no mundo do trabalho. O gráfico responde sobre o tempo de dedicação dos alunos rurais e dos alunos urbanos quanto aos estudos e ao trabalho. A maioria dos estudantes rurais, 79%, declara não trabalhar, ou seja, estes alunos dedicam seu tempo exclusivamente às atividades e ao ambiente educacional. Os que declaram serem trabalhadores representam 21%, e são aqueles que, além de permanecerem o dia todo na escola, ainda realizam alguma atividade quando estão fora do ambiente escolar. Quando a questão é sobre os jovens urbanos e o trabalho, apenas 6% declaram trabalhar e 94% declaram não desenvolver nenhuma atividade trabalhista, dedicando o seu tempo integralmente

às atividades escolares. A análise comparativa neste gráfico nos mostra que a quantidade de jovens rurais que trabalham é maior do que a de jovens urbanos. De fato, podemos perceber que os jovens rurais têm uma relação maior com trabalho quando comparados aos jovens urbanos.

Contudo, como é evidente, a maioria dos jovens não trabalha pelo fato de estudarem em tempo integral. Apesar de apresentar um percentual menor de jovens que trabalham, em ambos os grupos, rural e urbano, é importante destacar que esses jovens precisam ser acompanhados em relação ao processo de ensino aprendizagem, pois os cursos são integrais, ou seja, esses jovens só têm o período noturno para se dedicarem aos estudos e, no entanto, ainda tem que dividir esse tempo com o trabalho. E com essa jornada exaustiva podem vir a terem dificuldades de aprendizagem.

De fato, o que visualizamos são situações distintas aos jovens. Há um grupo representativo na amostra que não precisa preocupar-se com a manutenção econômica, pois sua base é mantida por seus familiares; enquanto que outra parcela, por meio do próprio salário, complementa o rendimento familiar e/ou mantém o seu consumo. Sendo assim, estes dados ressaltam que, mesmo inseridos no mercado de trabalho, a educação tem extrema importância para os jovens e seus familiares na atualidade, no sentido de esta ser um meio de obtenção de conhecimento para uma construção profissional futura que garanta a subsistência e proporcione qualidade de vida e autorrealização.

Gráfico 4 - Os jovens rurais e a participação nas atividades agrícolas



(Fonte: Pesquisa de campo, 2018)

Esta informação diz respeito aos jovens rurais que declaram ter alguma participação nas atividades desenvolvidas no ambiente, como por exemplo, na agricultura familiar. Na amostra, 65% declaram não participar de nenhum processo produtivo, se ausentando das atividades agrícolas. Portanto, 35% declaram participar de alguma forma. No gráfico 3 apresentado anteriormente, nota-se que o número de estudantes do campo que declaram ser trabalhadores é de 21%. É interessante questionar o que esse grupo compreende por trabalho, visto que participar das atividades do campo não está sendo considerado algum tipo de trabalho.

Logo concluímos que “trabalho” é visto por eles como uma atividade remunerada e que lhes garanta a independência financeira, por isso “ajudar” ou “participar” de atividades domésticas ou agrícolas não os colocam na situação de trabalhadores. Em consequência, eles entendem como trabalho aquelas atividades desenvolvidas por eles próprios, como os chefes do estabelecimento rural, pelo fato de assumirem a gestão, comprarem os insumos e venderem produtos e geralmente conhecerem as condições de produção e de mercado (MENASCHE et al., 1996; CARNEIRO, 2001; BRUMER 2004; BRUMER et al., 2011).

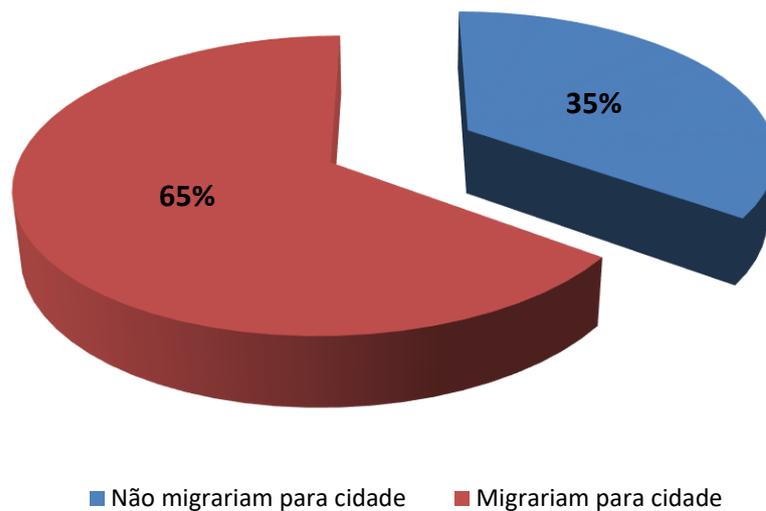
3.3.2 – O IMAGINÁRIO DE PERMANÊNCIA/MIGRAÇÃO

Diante esta discussão, questiona-se o futuro dos jovens e o futuro da agricultura sobre a hipótese de que, embora morando em meio rural, possam optar por outras atividades e outra perspectiva de vida ao invés daquelas ligadas à ruralidade no espaço; e o inverso, aqueles que vivendo em um ambiente urbano, possam optar por atividades ou modo de vida diferentes do que vivenciam na cidade.

Para compreendermos as razões dos jovens migrarem ou permanecerem no campo, faz-se necessário investigar o que podem mantê-los em tal lugar. Segundo Abramo (2007), quanto menos conforto e acesso às novas tecnologias, a meio de transporte e diversão, menos interessado o jovem ficará em permanecer. Portanto, antes de saber se o jovem gosta de viver no campo e a opção futura, cabe destacar o que este goza em termos de conforto em suas moradias, além do acesso a redes sociais, internet etc., se a comunidade onde mora promove festas culturais; pois, até para os que gostariam de migrar ou permanecer no meio rural, ter acesso ao melhor dos dois mundos tem surgido como um desejo e uma demanda.

Historicamente, pode-se afirmar que a migração no Brasil ocorreu devido à expulsão da terra pela falta de condições de sobrevivência, muito mais do que pela atração pelas cidades. Neste caso, o fato de os camponeses irem embora não significa desagrado com o local de origem, porém a busca por um melhor modo de vida. Por esse motivo, diante da ideia da inexorável saída dos jovens do campo, o interesse maior deve fundamentar-se no que os motiva a ficar do que naquilo que os impele a sair. É fundamental analisar se os jovens rurais querem ir embora e, ao mesmo tempo, descobrir se gostam de viver no campo a fim de que a migração não perpetue a imagem equivocada de rejeição do campo (MENEZES, 2012). Assim, segundo Menezes (2012), perpetua a relação entre “gostar do campo” e “não ter vontade de morar na cidade” e, por outro lado, entre “não gostar do campo” e “ter vontade de morar na cidade”.

Gráfico 5 - Imaginário dos jovens rurais sobre a migração para cidade



(Fonte: Pesquisa de campo, 2018)

Neste gráfico 7 está sendo representando o desejo e o imaginário dos jovens rurais de se estabelecerem definitivamente na cidade. Para a maioria, 65%, migrar para cidade não é algo inimaginável. Porém, em 35% dos jovens do campo ainda persiste o desejo de permanecer no campo. Podem ser múltiplos os fatores que estimulam esse desejo, os “fatores de expulsão” e os “fatores de atração” que influenciam diretamente a realidade e, conseqüentemente, o imaginário de cada um deles. Assim como sugere Brumer (2007)

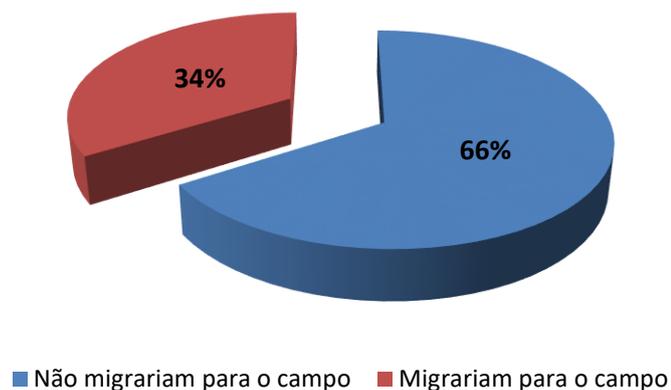
apesar do peso dos fatores estruturais, as decisões sobre a migração são tomadas por indivíduos, que variam na avaliação de fatores de atração

ou de expulsão. Ademais, na decisão de migrar, provavelmente os fatores de expulsão são anteriores aos de atração, na medida em que os indivíduos fazem um balanço entre a situação vivida e a expectativa sobre a nova situação. Dependendo de como se examina a questão, os estudos sobre a migração de jovens focalizam ora os atrativos no novo ambiente ora os aspectos vistos como negativos no local de origem. Entre os ‘ruralistas’ predominam as análises que apontam antes os fatores de expulsão do que os de atração, como causas da migração (BRUMER, 2007, p. 3)

No entanto, é importante estabelecermos que estes representados pela maioria, provocam a ameaça à sucessão familiar, o que implica questionar-se sobre um provável esvaziamento do rural num futuro próximo. Ao examinar este processo no qual a juventude rural assume a perspectiva de não permanecer no campo, devemos apontar diversas motivações para este comportamento, como a baixa expectativa de renda na agricultura camponesa, a busca por melhor infraestrutura, serviços e opções de lazer. (REDIN; SILVEIRA, 2012).

Para Matos (2002) uma das razões para a saída dos jovens do campo para a cidade se deve também à busca pelo “moderno”, o que de acordo com o autor caracteriza a visão sobre o rural como atrasado ou primitivo, fazendo o jovem deste meio querer entrar nos “moldes” da juventude urbana (“moderna”) para não ser visto ou não se ver como atrasado ou “inferior”. Para isso, muitas vezes o jovem camponês busca se apropriar de novas tecnologias e do conhecimento acadêmico. Para Renk (1999), a migração entre os jovens “pode ser avaliada como negação do projeto camponês” (p. 43).

Gráfico 6 - Imaginário dos jovens urbanos sobre a migração para o meio rural



(Fonte: Pesquisa de campo, 2018)

A informação do gráfico 8 corresponde ao imaginário dos jovens da cidade sobre a possível probabilidade de algum dia migrarem para a cidade. É visível que para maioria, 66%, essa possibilidade está longe de ocorrer, pois declaram não ter o desejo de algum dia morar nos espaços rurais. Porém, em 34% existe a vontade de algum dia morar no campo. Questões como essa abrem questionamentos sobre os aspectos “atrativos” e “não atrativos” apontados por Brumer (2007) do campo, aspectos estes que, por vezes, influenciam o imaginário dos jovens de outra realidade sobre a situação de algum dia viver ou não longe da cidade.

Além disso, o histórico de ausência de políticas públicas no Brasil, a dificuldade e insuficiência dos serviços de saúde e de educação de boa qualidade, bem como o acesso ao lazer tem reduzido a vontade dos jovens permanecerem vivendo na zona rural. A falta de apoio para a criação de alternativas de trabalho e meios diversificados para a composição de renda aumenta mais ainda a tendência dos jovens deixarem o campo, que muitas vezes são incentivados pelos próprios pais por acreditarem que na cidade terão todas as oportunidades para a concretização dos seus sonhos (SILVA, 2006). Soma-se a isso, o ideário de que a cidade é “moderna” e o lugar da “civilização”, e o campo, o lugar do “atraso” e dos “roceiros”, “caipiras”.

3.3.3 – FAMÍLIA E ORIGENS

Para se discutir o processo sucessório no campo devemos, antes de tudo, considerar o processo de acumulação do capital no campo brasileiro, a partir do final do século XX. Esse processo gerou mudanças significativas nos projetos de vida dos trabalhadores rurais, principalmente dos jovens, o que tem colocado em discussão a questão da reprodução social das unidades produtivas familiares, conforme demonstra o estudo realizado por Abramovay et al. (1998) sobre juventude e agricultura familiar.

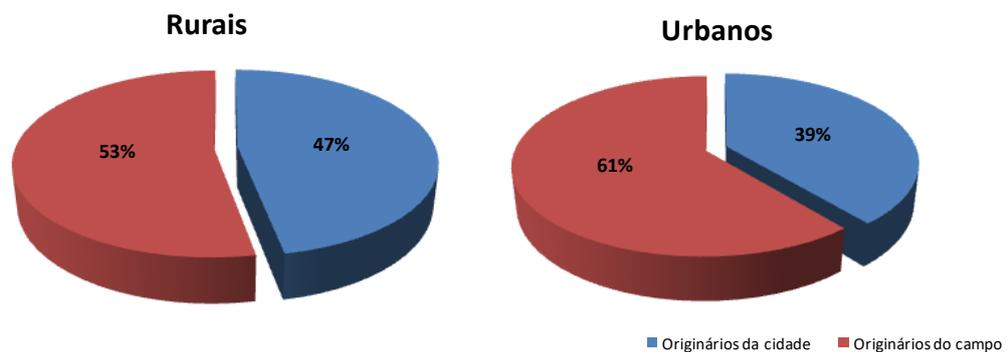
Na concepção desse autor, diferentemente do que acontecia até o final dos anos 1960, em que as unidades produtivas eram reproduzidas quase que automaticamente, na atualidade as possibilidades objetivas de formação de novas unidades familiares de produção são bem escassas devido à expansão do capital no campo, que em certa medida tem expulsado os jovens do meio rural.

Por isso, os questionamentos da juventude rural supõem o entendimento de dupla dinâmica social. Por um lado, a dinâmica territorial, que relaciona a casa (família), a vizinhança (a comunidade local) e a cidade (o mundo urbano-industrial). Trata-se fundamentalmente dos espaços de vida que se entrelaçam e que dão substância à experiência dos jovens rurais e à sua inserção na sociedade. Por outro lado, a vida cotidiana e as expectativas para o futuro são constituídas de uma dinâmica temporal: o passado das tradições familiares, que inspira as práticas e as estratégias do presente e do encaminhamento do futuro, o presente da vida cotidiana, focalizado na educação, no trabalho e na sociabilidade local; e o futuro que se projeta por meio da herança, sucessão e das estratégias de migração temporária ou definitiva (CARNEIRO; CASTRO, 2007).

Dessa forma, de acordo com as autoras, as relações sociais se constroem no presente, movidas pelas tradições familiares e locais no passado e orientam as alternativas possíveis ao futuro das gerações e à reprodução do estabelecimento familiar. Estas dinâmicas se conectam e emerge um ator social multifacetário que pode ser portador, ao mesmo tempo, paradoxalmente, de um ideal de ruptura e de continuidade do mundo rural.

Essa realidade, em certa medida, também se apresenta em nossos estudos, de modo que, ao analisarmos a trajetória familiar destes jovens, percebemos um histórico de migração.

Gráfico 7 - Os jovens e suas origens familiares



(Fonte: Pesquisa de campo, 2018)

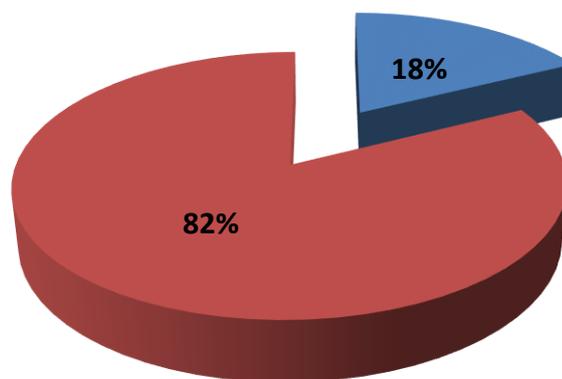
O gráfico 9 apresenta o quantitativo de alunos do campo cujos pais são, ou não são, originários do campo. É visível que existe uma pequena divisão entre aqueles que pertencem a uma geração de camponeses, sendo 47%, e aqueles cujos pais migraram da cidade para o

campo, 53%, seja por fatores econômicos, de trabalho, familiares ou segurança. No entanto, este dado abre discussão para a questão do êxodo rural, pois embora exista uma parcela significativa dessa geração camponesa, esse índice tem diminuído ao longo dos tempos quando as pessoas têm migrado para cidade por fatores diversos. Esse fenômeno evidencia a perspectiva levantada neste trabalho de que os dois campos sociais apresentados se mesclam, enfatizando a construção da rurbanidade.

Mesmo sendo nascidos e criados na cidade, muitos jovens têm pais de origem camponesa. O maior índice revela aqueles cujos pais são originários do campo, 62%, enquanto que os 38% são representados por aqueles cujos pais são oriundos da cidade. Esta questão é bastante representativa, pois diz respeito ao processo migratório campo-cidade por parte daqueles pais que hoje vivem na cidade, mas também por parte daqueles que viveram na cidade e migrou campo. É um processo migratório de mão dupla.

De fato, devemos considerar que a comunicação entre o campo e a cidade facilitou o acesso e os bens e valores urbanos, mas somados á isso, estão o desemprego e o aumento da violência nos centros urbanos, que acabaram por produzir uma situação em que a vida na cidade seja “difícil”. É nesse contexto que os ideais da juventude apontam para uma síntese, que definimos como projeto de vida rurbano. Abrir novas alternativas de trabalho no campo é um projeto que surge em função da perspectiva de estreitamento dos laços com a cidade, favorecido pelas facilidades dos meios de comunicação.

Gráfico 8 - Os jovens urbanos e seus familiares rurais



- Não possuem familiares na zona rural
- Possuem familiares na zona rural

(Fonte: Pesquisa de campo, 2018)

O gráfico 10 representa a quantidade de jovens da cidade que têm familiares camponeses. O maior índice é caracterizado por 82%, que são os jovens que têm algum membro familiar residente no campo. Já 18% declaram não ter familiares que residem no campo. É bem representativa a quantidade de jovens da cidade cujos familiares ainda moram no campo, o que nos permite dizer que mesmo morando na cidade, muitos jovens têm relação uma relação parental com camponeses.

3.3.4 – AS PRÁTICAS DE LAZER

É necessário, primeiramente, esclarecer que o lazer é compreendido como um tempo dedicado ao desenvolvimento, descanso e diversão. E segundo Brenner, Dayrell e Carrano (2008), na prática do lazer os sujeitos buscam realizar atividades agradáveis e de realização individual. Essas atividades de lazer criam certa consciência de liberdade ao permitir uma fuga temporária à rotina diária do trabalho e das obrigações sociais.

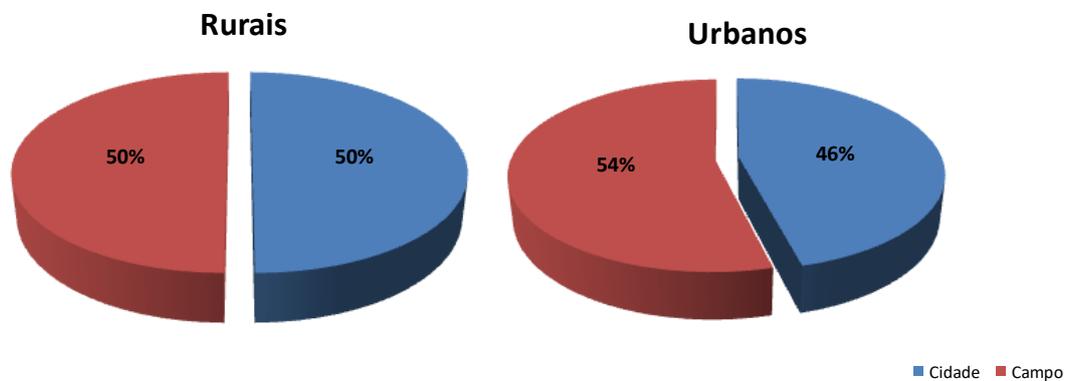
Há muitas definições para esse fenômeno, e estas carregam muito mais divergências do que consensos. Tempo, atitude e atividade são alguns, talvez os principais elementos considerados para definir o lazer. O tempo é o fator presente na maior parte das definições de lazer. Muitos autores entendem que o lazer é sinônimo de tempo livre, mas dentro dessa corrente há subdivisões. Alguns afirmam que o lazer é o tempo não ocupado pelo trabalho. Outros ampliam a definição ao excluir do lazer o tempo dedicado às obrigações familiares e pessoais. Há, ainda, autores que retiram da ideia de lazer também as atividades espirituais e políticas.

Partindo disso, entende-se que o lazer é o tempo livre, isto é, tempo não ocupado por qualquer imposição (PUIG; TRILLA, 2004). Os autores entendem que, para viver o lazer, é preciso dispor de um tempo não ocupado pelo trabalho ou qualquer outra obrigação. Lazer não é sinônimo de tempo livre, mas o tempo livre é uma das condições necessárias para viver o lazer. De fato, acreditam que o lazer consiste em viver livremente o tempo livre. A constituição da vivência do lazer necessita da decisão e gestão livre das atividades pelo indivíduo. É preciso atuar com plena autonomia durante o tempo livre e obter prazer na realização da atividade para que o lazer aconteça. Por isso os momentos de lazer são importantes para os jovens, pois de acordo com Souza (2009, p. 33), “os espaços do lazer e da cultura são os espaços em que os

jovens podem processar suas experiências mais significativas”. Nesses termos, Abramo (2001) acrescenta que

o campo de experiências que se constrói através do cruzamento dos eixos do lazer e da cultura é de fato um dos mais importantes para os jovens porque nele são constituídos espaços fundamentais de sociabilidade, de elaboração de identidades individuais e coletivas, nele são processados elementos centrais para a construção de referências e para a formulação e eleição de valores e posturas de vida, processos centrais dessa fase de vida (p.1)

Gráfico 9 - Comparativo das práticas de lazer dos jovens rurais e dos jovens urbanos



(Fonte: Pesquisa de campo, 2018)

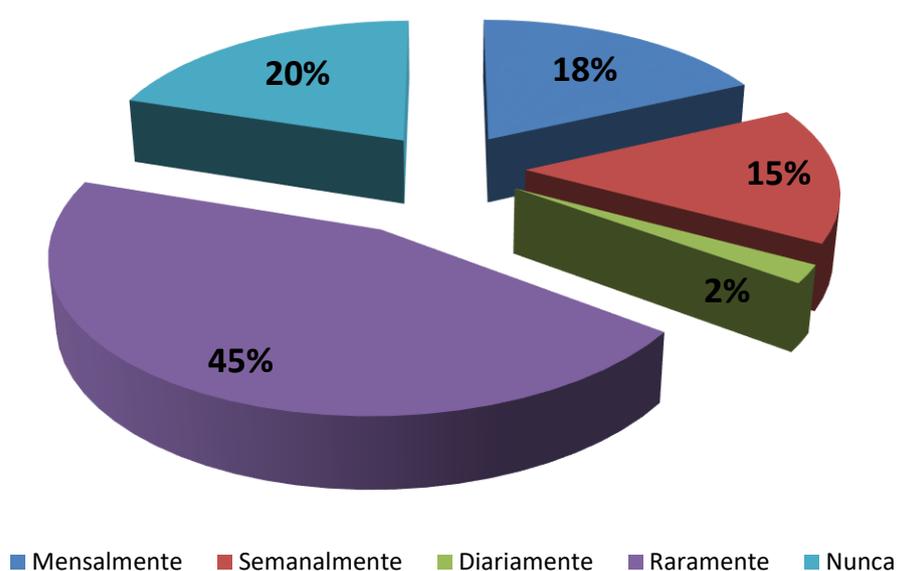
Quando se trata das vivências de lazer, os jovens do campo se revelam bem divididos. No gráfico simétrico, 50% representam aqueles que consideram que a maior parte de suas atividades de lazer são praticadas na cidade. Já os outros 50% são representados pelos jovens do campo que consideram o ambiente rural como espaço onde desfrutam da maior parte de lazer. Esse fator se torna importante na medida em que, em muitas literaturas, um dos grandes motivos que impulsionam os jovens do campo a migrarem para cidade é a pouca atratividade que espaços rurais proporcionam, especialmente quando é adicionado a este fenômeno as atividades de lazer.

Para muitos jovens da cidade, o campo é um lugar onde realizam seu momento de lazer. Quando perguntados sobre seus momentos de lazer, 54% incluem o campo como uma opção. Já 46% não consideram o campo como uma opção aproveitável para o exercício de atividades prazerosas.

Para Williams (1989), o campo está relacionado como uma forma natural de vida, de paz, de inocência baseada em virtudes simples. Já a cidade fora associada a centro de realizações, de saber, comunicação e luz. Mas, também se criou uma mentalidade com associações negativas aos termos: cidade relacionada ao barulho, à vida mundana e demasiada ambição; o campo como o lugar de atraso, de pessoas mais ignorantes e limitação em oportunidades.

Tendo isso em vida, o campo é visto como um lugar de lazer e descanso para aqueles que residem na cidade. O lazer no meio rural se apresenta com algumas possibilidades, uma delas é o rompimento com as rotinas habituais das pessoas, sejam elas moradoras do campo, quando o lazer as distancia de suas tarefas laborais cotidianas, sejam as advindas da cidade na procura de atividades alternativas do meio urbano.

Gráfico 10 - Frequência dos jovens urbanos no espaço rural



(Fonte: Pesquisa de campo, 2018)

Alguns jovens, mesmo morando na cidade, têm alguma relação com o campo, seja por questões relativas a trabalho, família ou mesmo por lazer. Quando perguntados sobre a frequência destes ao ambiente rural, o maior índice foi dos que raramente frequentam, 45%. O segundo maior índice foi daqueles que “nunca” frequentam esse ambiente, representando 20%. Dados como estes proporcionam visualizar o distanciamento dos jovens da cidade quanto ao

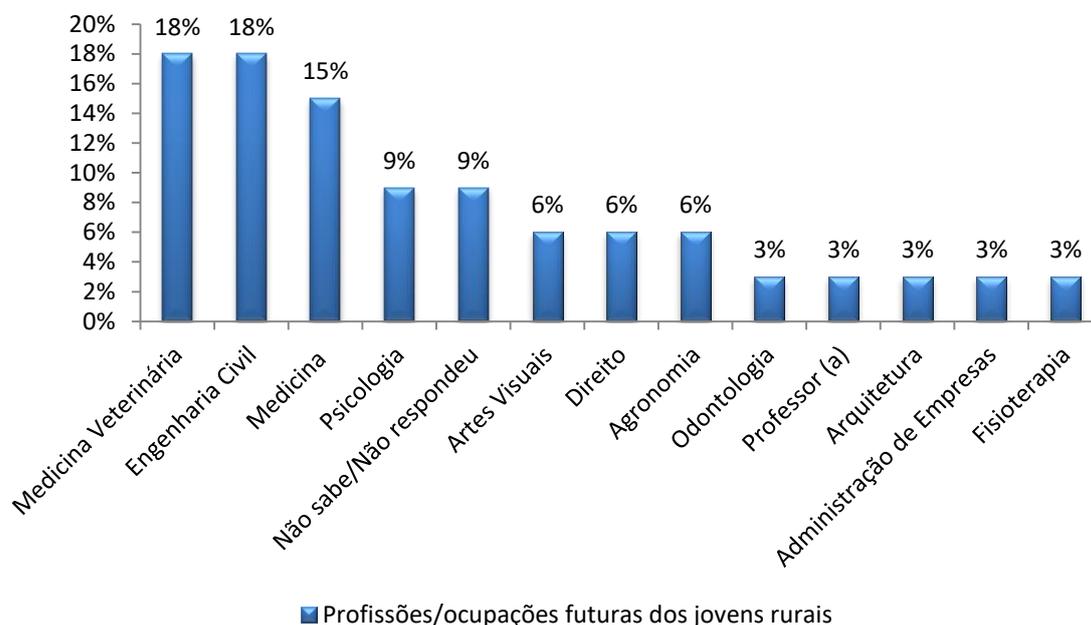
espaço rural. Entretanto, esse dado enfatiza que este grupo não mantém um contato direto com o ambiente rural, mas um contato indireto, reforçando que suas experiências e modos de vida são construídos em uma perspectiva urbana.

3.3.5 – AS PROJEÇÕES PROFISSIONAIS FUTURAS

A dimensão profissional é importante e tem um lugar privilegiado na discussão sobre o futuro da juventude. Consideravelmente, é por meio de suas perspectivas profissionais que estes jovens constroem seus projetos de vida. Porém, é importante destacar que ao falarmos de projetos de vida não devemos nos limitar apenas às profissões, também é preciso problematizar outras dimensões da condição humana, como as escolhas afetivas, os projetos coletivos e as orientações subjetivas da vida individual. Contudo, para a construção empírica deste estudo, levaremos em conta a perspectiva futura dos jovens em questão, pois consideramos como relevante para a análise e discussões contemporâneas acerca da juventude.

É nesse contexto que se relaciona a educação escolar e o futuro profissional. Embora a escola não tenha importância somente como um meio facilitador de acesso ao mercado de trabalho, Charlot (2006) infere-se que o interesse pela educação associa-se sempre com o trabalho, porquanto os jovens consideram a escola imprescindível para se obter um bom emprego no futuro. Em um contexto local, resultados de pesquisa sobre os jovens estudantes belavistenses evidenciam o mesmo interesse, pois, para os jovens pesquisados, existe “uma forte disponibilidade ao estudo, a qual se constitui uma valiosa jazida de competência, de produtividade, de desenvolvimento econômico e social” (CHARLOT, 2006, p. 233).

Essa conjuntura atual, assim como aponta Singer (2005), se justifica pelo fato de estes “jovens nasceram em um tempo de crise social” (p.28) e passam por um período de crescente desemprego. Sendo assim, existe um medo de “sobrar” no mundo do trabalho, um medo de estarem incapacitados e inaptos às exigências do mundo atual. Novaes (2007) compreende que estes aspectos do mundo atual que marcam a diferença da condição juvenil com gerações e configurações sociais anteriores, afetando a juventude e definindo o que é ser jovem hoje, tanto na cidade quanto no campo.

Gráfico 11 - As intenções profissionais dos jovens rurais

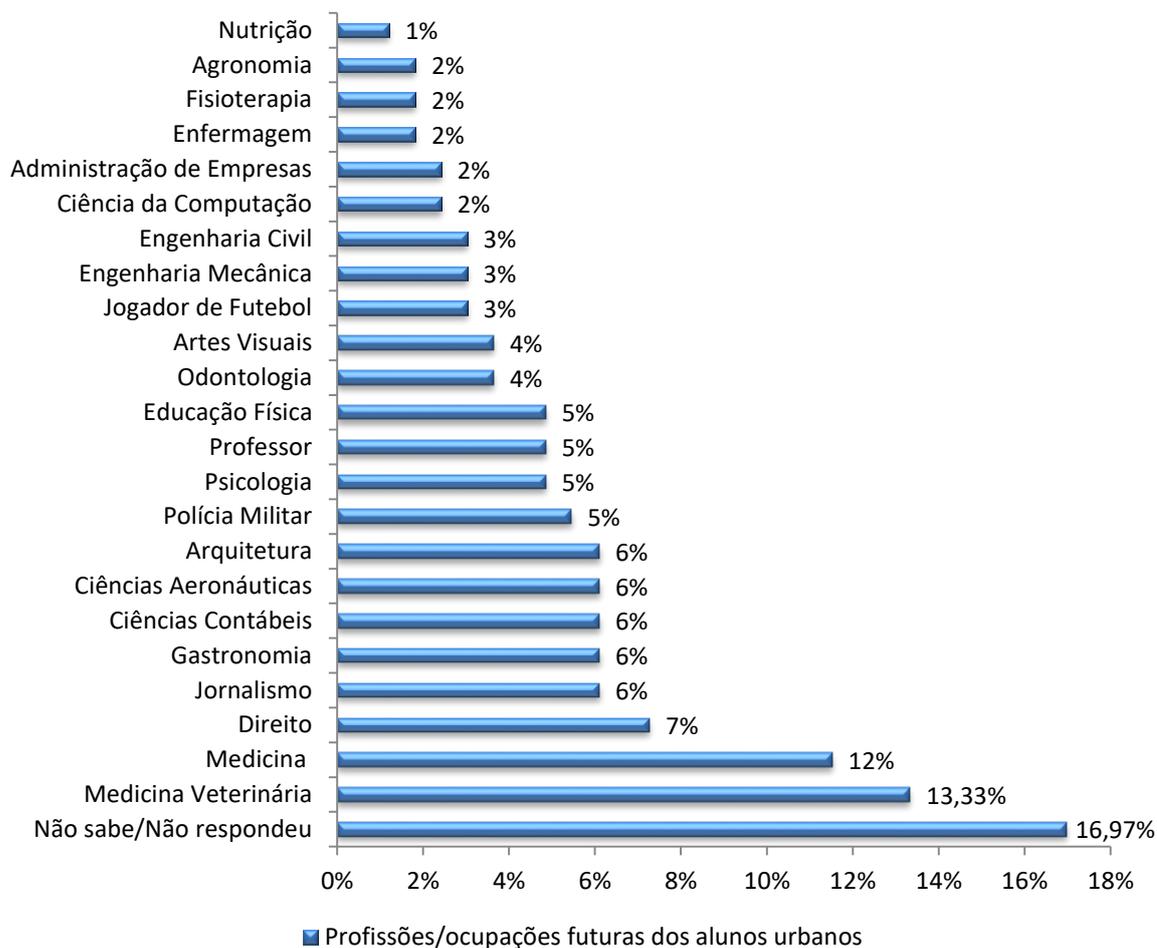
(Fonte: Pesquisa de campo, 2018)

O gráfico 13 é a síntese das perspectivas profissionais dos jovens rurais estudantes do CEPI Pedro Vieira Januário. Como podemos visualizar, há uma diversificação de atividades que esses jovens desejam exercer no futuro. Essa questão expõe como, de fato, estão impulsionados a manter suas relações com o campo ou rompê-la de alguma forma. Os índices mais expressivos são representados pela “Medicina veterinária”, correspondendo a 18%, e pela “Engenharia civil”, correspondendo também a 18%. É importante observar que dentre a lista a categoria “Agronomia” teve uma representação de apenas 6 %, o que nos permite dizer que são poucos os jovens rurais que pretendem manter a atividade com a agricultura. Portanto, ao indicarem a Medicina Veterinária como profissão futura, isso não nos leva a crer que seja no intuito e na possibilidade de continuarem arraigados às atividades rurais, compreendemos esta escolha profissional no sentido de uma construção de status “agropecuário” vinculado às práticas e valores urbanos.

De fato, esse gráfico mostra a confluência entre o rural e o urbano. Como já foi discutido no Capítulo 1, é necessário destacar a configuração do novo rural que estes jovens estão submetidos. Com a crescente integração destes espaços e o “atravessamento” do rural pelo urbano (e vice-versa), há uma exploração e complementaridade entre estes e suas culturas. Como podemos observar, as intenções profissionais dos jovens pesquisados, confirmam a influência da urbanidade, onde o rural e o urbano aparecem misturados.

Nesses termos, relembremos um estudo conduzido por Carneiro (1998), referência nacional sobre juventude em um contexto urbano, que constatou que, para os jovens rurais, o desejo de permanecer no campo não pressupõe mais assumir a profissão de agricultor. Para eles, a educação escolar é apontada como condição para que o indivíduo se torne “alguém na vida” e se apresenta como principal alternativa à atividade agrícola; ou seja, fica no campo aquele que tem “mais aptidão” para a agricultura e “menor vocação para os estudos”. Segundo a pesquisa, ao serem questionados sobre projetos familiares, os agricultores ressaltaram a educação como garantia de uma vida melhor para os filhos e formulam projetos de futuro que incluem a saída com a finalidade de estudar, indicando a continuação dos estudos como condição para melhoria de vida.

Outro estudo conduzido por Menezes (2012) também retrata a questão sobre as perspectivas profissionais dos jovens rurais estudantes do ensino médio no sertão sergipano, onde filhos de produtores rurais e de assentados da reforma agrária mostram que, ao serem perguntados se gostariam de manter atividades profissionais agrícolas, responderam negativamente, 66% da amostra. Dentre as justificativas para essa resposta, destacou-se certa desvalorização da profissão de agricultor, pois “trabalha-se demais”, o “trabalho é muito pesado”, “ganha-se pouco” e o “trabalho é duro e não traz futuro”. Alguns jovens expressaram que gostariam de seguir outra carreira porque ser agricultor é uma profissão “muito pesada”; porque é “muito cansativo” e “quem é agricultor trabalha para morrer para enriquecer os outros e dar boa vida a quem mora na cidade”; pois é “muito sofrido trabalhar na roça”; “porque a vida no campo não é tão fácil”; “porque a renda é pouca”; porque “estudaram muito” e querem ter um “emprego ou profissão melhor”. Uma moça afirmou: “Meu pai já sofre muito na lavoura, quero ter um futuro melhor”, enquanto um rapaz ressaltou: “Porque pretendo fazer uma faculdade e exercer uma profissão urbana”. Embora 80% dos jovens pesquisados gostem de morar no campo, os quase 20% que não gostam realçaram a falta de “oportunidades de emprego” no meio rural; de modo que todos estão inclinados a migrar para a cidade, em especial para estudar e trabalhar. Assim é reforçada a negação do projeto de camponês, afirmado por Renk (1999).

Gráfico 12 - As intenções profissionais dos jovens urbanos

(Fonte: Pesquisa de campo, 2018)

Os jovens urbanos, em sua maioria, não sabem ou não responderam sobre suas projeções futuras, 16,97%. O segundo maior índice representativo é daqueles que desejam no futuro cursar medicina veterinária, representando 13,33%. Esse índice, sendo o de maior representatividade, tem muito a dizer sobre a relação do jovem da cidade com campo, pois mesmo residindo na cidade, estão predispostos a exercerem atividades ligadas ao universo rural.

Esse índice nos reconduz às discussões levantadas nesta pesquisa. Logo, visualizamos que o imaginário e as projeções profissionais futuras destes jovens são condicionados pelo padrão de sociabilidade destes. De fato, são sujeitos híbridos que mesclam aspectos culturais rurais e urbanos, porém, vivem a lógica do mundo capitalista, inseridos em um mercado de consumo, o que alteram suas percepções sobre o trabalho e seu modo de vida. Assim, ao “escolherem” uma profissão vinculada ao universo rural (como a medicina veterinária), isso

não significa uma opção de viver a ruralidade no rural, pelo contrário, estão dispostos a viver a ruralidade no espaço urbano.

De maneira geral, este dado nos responde que os jovens urbanos, assim como os jovens rurais desta pesquisa, alimentam uma ruralidade expressa em seu modo de vestir, em sua linguagem e em suas práticas culturais. Diferente dos estigmas e dos estereótipos de “atrasados”, “caipiras” e “roceiros”, estes ressignificam o que é ser rural, constroem uma figura pautada na vida urbana, sobre a manutenção do sistema capitalista, são os “agroboys” e as “agrogirls” que ensejam o status e poder que o agronegócio oferece.

Esses jovens oscilam entre o rural e o urbano e dentro dessa perspectiva está em curso a construção de uma nova identidade. Segundo Carneiro (1998), estes cultuam laços que os prendem ainda à cultura de origem e, ao mesmo tempo, veem sua autoimagem refletidas no espelho da cultura urbana, "moderna", que lhes surge como uma referência para a construção de seus projetos para o futuro, geralmente orientados pelo desejo de inserção no mundo moderno.

Ainda sobre a perspectiva de Carneiro (1998), a construção desse projeto modernizador não pode ser vista como originária dessa atual geração de jovens. Na realidade, trata-se de um valor que vem assumindo maior hegemonia no decorrer do processo de modernização da sociedade global nas últimas décadas. Os jovens romperam com o padrão de reprodução do que poderia ser chamado de uma "cultura camponesa", estes não pertencem mais ao mesmo universo cultural de seus pais (na faixa dos 40 anos, hoje). Com a crescente tecnologia e ampliação do modo de vida urbano, novos padrões de sociabilidade surgiram e (re)configuraram as práticas juvenis.

De fato, intensificou-se a comunicação entre o campo-cidade e o acesso entre os bens e valores urbanos foi facilitado. Por isso, os jovens reconstróem as dinâmicas culturais a partir de uma releitura dos valores urbanos, onde papéis sociais são redefinidos e projetos são formulados sob novos paradigmas, partindo-se de uma ruptura (parcial) com os velhos moldes adotados tradicionalmente pela sociedade local.

Contudo, é preciso estabelecer que aos falarmos de rural e urbano estamos referindo a especificidades culturais bem marcadas. Ambos os lugares comportam jovens com identidades e projetos distintos, o que vem reiterar a heterogeneidade cultural, diluída de um lado e reafirmada de outro, pelo processo de globalização, o que nos impede de traçarmos recortes homogeneizadores e fronteiras rígidas entre, não somente, o rural e o urbano, mas também

dentro de cada um desses polos. Dentro desses universos culturais coexistem sistemas de valores antagônicos que informam os projetos individuais distintos e competitivos.

É certo que o resultado da pesquisa não aponta para a conformação de um todo homogêneo. Sendo assim, seria ingênuo e simplista falarmos da urbanização do campo como expressão que qualificaria a perda da especificidade de um desses dois polos, campo-cidade ou urbano-rural. Ao contrário, na "modernidade" ou, nos termos de Giddens (1997) no contexto das sociedades "pós- tradicionais" - onde "não temos outra escolha senão decidir como ser e como agir"- a possibilidade de escolha como regra seria uma maneira de enfrentar a multiplicidade de opções na vida cotidiana (GIDDENS, 1997, p. 94). Sendo assim, estariam abertas as alternativas de ser "rurais" na cidade e "urbanos" no campo (DE PAULA, 1998).

Assim, reafirmamos as dinâmicas culturais a partir de definições e redefinições de identidades sustentadas não mais na homogeneidade de padrões culturais, mas na diversidade e, principalmente, na maneira específica de combinar práticas e valores originários de universos culturais distintos, o que identificamos como rurbanização.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Não é tarefa fácil escrever as considerações finais de uma dissertação, reunir as particularidades evidenciadas na reflexão, com o envolvimento de subjetividades, sujeitos sociais distintos, teorias e reflexões.

Desde o início, para compreender a realidade dos jovens estudantes do município de Bela Vista de Goiás em seus contextos rurais, lançamos mão de discussões que permeiam a compreensão desta categoria que ainda é muito discutida e sinônimo de controvérsias. As abordagens do capítulo 1 levaram-nos à compreensão de que “ser jovem” vai além de pertencer a determinada faixa etária, é estar inserido num processo cultural dinâmico que diz respeito ao “tempo” em que estão situados. Por isso devem ser compreendidos como uma geração que compartilha experiências e que são diferentes das gerações anteriores e têm valores pautados em suas situações sociais. Dessa forma, os jovens de uma geração têm comportamentos, pensamentos e ações semelhantes, pois estão num mesmo processo histórico. Assim, concebemos que estes dinamizam a cultura. Pessoa (2007) observa que são os jovens os responsáveis por traçar o movimento no mundo, com suas representações e relações culturais, sociais e políticas.

Nesses termos, a identidade cultural foi associada como parte dos processos culturais. Ou seja, foi entendida como esse conjunto de significados compartilhados por esses jovens e que geram nestes um sentimento de pertencimento. A partir disso, trouxemos a ideia dos jovens rurais e urbanos como “sujeitos pós-modernos”, em referência Hall (1996), que não têm uma identidade fixa, são sujeitos com identidades contraditórias e não resolvidas. Desse modo, levamos a discussão no sentido de compreender a hibridização cultural, a inter-relação entre os jovens urbanos e rurais a partir de práticas culturais, onde as formas de ser, o estilo de vida é homogeneizado.

A partir do hibridismo cultural entre o urbano e o rural, buscamos uma caracterização sobre a ruralidade contemporânea. Através da dicotomia rural-urbano compreendemos como os jovens de nossa pesquisa podem ser classificados como rurbanos, que para Bortoni (2004), refere-se aos grupos que mesclam aspectos do rural e do urbano, mas que estão sobre forte influência urbana, especialmente, devido à mídia, à absorção da tecnologia.

Considerando que são sujeitos híbridos e sujeitos rurbanos, a discussão do capítulo 1 ainda nos aponta para a persistência preconceitos e estigmas no que se refere a categoria dos rurais no contexto contemporâneo. Usualmente não rotulados de “caipiras” e “roceiros”, um atributo negativo dado aos rurais como se não tivessem cultura e fossem “atrasados”, “não civilizados” e “primitivos”. Essa construção de sentidos é fruto preconceito contra a origem e o modo de vida de alguns jovens do meio rural. A partir das leituras de Goffman (2013), compreendemos que os estigmas aos jovens rurais se deram em oposição ao urbano. Os indivíduos do meio rural são vistos (ainda) como exilados da cidade e são desqualificados simbolicamente pela ideia de atraso, especialmente, quando estão embutidos no processo da agricultura familiar.

Através dessa configuração, no último tópico do primeiro capítulo é apresentada as práticas culturais resignificadas pelos jovens contemporâneos. Nesse momento, o caipira sai de cena e entra o “*agroboby*”. Este último é a representação social dos jovens “modernos” que, numa ótica capitalista e urbanizada, reconfigura o que é ser do campo. São influenciados diretamente pela indústria da cultura e por padrões estrangeiros, como o *country*. De fato, compreendemos que esse “novo caipira” é um padrão de sociabilidade ao qual a atual geração de jovens compartilha. Concluimos que essa “roupagem” do novo caipira é uma negação aos estereótipos e estigmas do sujeito arcaico do campo e uma nova sociabilidade calcada nos moldes capitalistas e industriais.

No capítulo 2, tendo por base as dinâmicas econômicas e culturais de Goiás pautada no universo rural, percebemos que, desde sempre a estado manteve um projeto de modernização. A partir da construção de Goiânia, em 1935, a região deixou de ser vista como “decadente” ou “atrasada”, mas ainda é discutida por suas tradições culturais que lhe remete às concepções de ruralidade. De fato, mesmo passando por um grande processo de urbanização, especialmente no período entre 1940 e 2010, os modos de vida e representações são fundamentados na tradição e na modernidade. Assim, compreendemos também que Goiás dicotomiza o rural e o urbano. Neste capítulo também apresentamos os apontamentos sobre agricultura familiar e o agronegócio em no estado, deixando evidente que em Goiás o agronegócio se faz mais presente.

No capítulo 3 estão sistematizados os dados da pesquisa de campo realizada no CEPI Pedro Vieira Januário, em Bela Vista de Goiás. Antes da análise dos dados, concluimos que este município tem bases econômicas alicerçadas nas atividades rurais, assim como muitos municípios goianos. Entretanto, uma figura ímpar dessa região é “Geraldinho” Nogueira, um

caipira goiano que ficou conhecido pelos seus *causos* contados. Compreendemos que este, embora seja uma representação da cultura goiana e dos belavistenses, é uma referência ao caipira tradicional que, por vezes, também é vítima dos estigmas caracterizações negativas por sua origem, linguagem e comportamento.

A partir dessas constatações, os gráficos da pesquisa de campo nos apontam para interpretação das dinâmicas culturais dos jovens rurais e jovens urbanos que, em situações semelhantes, “reproduzem” as mesmas condições de existência. De modo geral, tanto um grupo como o outro, vivem a lógica da modernidade contemporânea. Como podemos visualizar, há a predominância de uma “negação” do projeto de camponês, pois este é atrelado as representações de caipiras. Assim, a pesquisa aponta para a crescente migração dos jovens rurais para a cidade e para a permanência dos urbanos na cidade. Logo, concluímos que os jovens de Bela Vista de Goiás em seu contexto de ruralidade, vivem o ideal do mundo globalizado, influenciado pela música sertaneja da cidade o habita o “*agrobóy*” e pelo ideal do agronegócio, onde a agricultura e a pecuária estão imbricadas os capitais financeiro, comercial e industrial.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

- ABRAMO, H. W. Considerações sobre a tematização social da juventude no Brasil. **Revista Brasileira de Educação**, Rio de Janeiro, n. 5-6, p. 25-36, mai./dez. 1997.
- ABRAMO, H. W. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 67-71, 2007.
- ABRAMO, H. W. **Juventude e Cultura**. Prod: Comissão da juventude da Câmara Municipal de São Paulo, 2001. Disponível em <<http://www.mineiroptnatal.bio.br//frameset.htm>> Acesso em: 5 de maio de 2019.
- ABRAMOVAY, R.. **Funções e medidas da ruralidade no desenvolvimento contemporâneo**. Texto para Discussão 702. Rio de Janeiro: IPEA, 2000. p. 1-37.
- ABRAMOVAY, R. .et al. **Juventude e agricultura familiar: novos desafios dos novos padrões sucessórios**. Brasília: UNESCO, 1998.
- ABRAMOVAY, R.; SILVESTRO, M. L.; MELLO, M. A. de; DORIGON, C.; BALDISSERA, I. T. **Agricultura familiar e sucessão profissional: novos desafios**. Disponível em:< http://www.gp.usp.br/files/denru_sucessao.pdf> Acesso em: 22 de maio de 2019.
- ADORNO, T. W.. O Fetichismo na Música e a Regressão da Audição. In: **Os Pensadores – Theodor W. Adorno. Textos Escolhidos**. Tradução de Luiz João Baraúna, revista por João Marcos Coelho. São Paulo: Nova Cultural, 1996.
- ADORNO, Theodor W.; Horkheimer, Max. **A Dialética do Esclarecimento**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1985.
- ADORNO, T. W. A indústria cultural. In: COHN, G. **Comunicação e indústria cultural: leituras de análise dos meios de comunicação na sociedade contemporânea e das manifestações de massa nessa sociedade**. São Paulo: Companhia Editora Nacional e Editora da USP, 1978, p.93-99.
- ANTUNES, E. **De caipira a sertanejo universitário – A história do sucesso da música sertaneja**. São Paulo: Matrix, 2012.
- ALBUQUERQUE JÚNIOR, D. M. **Preconceito contra a origem geográfica e de lugar: as fronteiras da discórdia**. São Paulo: Cortez, 2007. (Preconceitos; v. 3).
- ALEM, J. M.. *Caipira e country: a nova ruralidade brasileira*. 1996. 246 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade de São Paulo, São Paulo.
- ALENTEJANO, P. R. As relações campo-cidade no Brasil do século XXI. **Terra Livre**, São Paulo, v. 2, n. 21, p. 11-23, jul./dez. 2003.
- ALVES, N. **Juventudes e inserção profissional**. Lisboa: Educa Autores, 2008.
- ALÉONG, S. Normas linguísticas, normas sociais: uma perspectiva antropológica. IN: BAGNO, Marcos. **Norma linguística**. São Paulo: Loyola, 2001. p. 145- 174.

ALMEIDA, M. G. **A captura do cerrado e a aprecação de territórios: Um olhar sobre sujeitos excluídos.** IN: ALMEIDA, M.G. de.(org). Tantos cerrados Múltiplas abordagens sobre a biodiversidade e a singularidade sociocultural. Goiânia: Vieira, 2005, p.321-347.

ALMEIDA, M. G. **Em busca do poético do sertão: um estudo de representações.** In: ALMEIDA .M.G. de e RATTTS.A.J.P Geografia: Leituras culturais. Goiânia: Alternativa. 2003, 71-88.

ALMEIDA, M. V. **Gênero, masculinidade e poder:** Revendo um caso do Sul de Portugal. In Anuário Antropológico 95, Rio de Janeiro: Tempo Brasileiro.1996

ALTAFIN, I.. **Reflexões sobre o conceito de agricultura familiar.** (s/d) Disponível em:

ARRAIS. T. A. **Geografia Contemporânea de Goiás.** Goiânia: Editora Vieira, 2004.

BAGNO, M. **Preconceito lingüístico: o que é, como se faz.** São Paulo: Loyola, 2006.

BAPTISTA, M. T. D. S. **O Estudo de Identidades Individuais e Coletivas na Constituição da História da Psicologia.** Universidade São Marcos, p.31-38, 2002.

BAUMAN, Z. **A cultura no mundo líquido moderno.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 111 p, 2013.

BAUMAN, Z. **Ensaio Sobre o Conceito de Cultura.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 328 p, 2012.

BHABHA, H. K. **O local da cultura.** Tradução Myriam Ávila et al. Belo Horizonte: UFMG, 1998.

BRANDÃO, C. R. **Capiras, Capiaus: Pau-a-pique 1984.** Exposição, Centro de Lazer Sesc, Fábrica Pompéia.

BRUMER, A. et al. Produção e trabalho na cultura de tabaco na agricultura familiar em Arroio do Tigre - Rio Grande do Sul – Brasil. Porto Alegre: Winrock, 2011. Relatório de pesquisa.

BRUMER, A. A problemática dos jovens rurais na pós-modernidade. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de. **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad, p.35-51, 2007.

BRUMER, A. “A exploração familiar no Brasil” . In: LAMARCHE, H. (coord.). **A agricultura familiar: comparação internacional.** Trad. de Maria Naoko Tijiuva. Campinas UNICAMP, 1993, p.179-234, (coleção repertórios).

BORTONI-RICARDO, S. M.. **Educação em língua materna: a Sociolinguística na sala de aula.** São Paulo: Parábola Editorial, 2004.

BORTONI-RICARDO, S. M.. **The urbanization of rural dialect speakers: A sociolinguistic study in Brazil.** Cambridge: Cambridge University Press, 1985.

BOSI, A. Cultura como tradição. In:___ **Cultura brasileira: tradição/contradição.** Rio de Janeiro: Jorge Zahar. 1987.

BOURDIEU, P. "A juventude é apenas uma palavra". In: **Questões de sociologia**. Rio de Janeiro, Marco Zero, 1983.

BOURDIEU, P. **Gosto de classe e estilo de vida**. In: ORTIZ, R. Pierre Bourdieu. São Paulo: Ática, p. 82-121, 1983.

BRENNER, A. K.; DAYRELL, J.; CARRANO, P. Culturas do lazer e do tempo livre dos jovens brasileiros. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (orgs.) **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional**. São Paulo: Editora Fundação Perseu Abramo, 2008.

Burke, P. **Hibridismo cultural**. São Leopoldo: Unisinos. 2003.

BUTTIGIEG, J. A. Sulla Categoria gramsciana di "subalterno". In: BARATTA, G.; LIGUORI, G. (Orgs.). **Gramsci da un secolo all'altro**. Roma: Editori Riuniti, 1999. p. 27-38.

CALDAS, W.. **O que é música sertaneja universitária**. Coleção 186 – Primeiros passos. São Paulo: Brasiliense S.A, 1987.

CAMARANO, A. A.; ABRAMOVAY, R. Êxodo rural, envelhecimento e masculinização no Brasil: panorama dos últimos cinquenta anos. In: **Revista Brasileira de Estudos de População**, v. 15, n. 2, 1998.

CAMPOLIN, A. I. **Quando alunos e alunas são rurais e a escola é urbana: o significado do ensino médio para jovens rurais**. 2000, 87 fls. Dissertação (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação, Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2000.

CANCLINI, N. G.. **Culturas híbridas: estratégias para entrar e sair da modernidade**. São Paulo: Edusp, 2006.

CANDIDO, A. **Os parceiros do Rio Bonito: estudo sobre o caipira paulista e a transformação dos seus meios de vida**. 1964. Ouro sobre Azul, Rio de Janeiro, 11ª edição, 2010.

CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G.. **Juventude Rural em perspectiva**. Ed. Editora Mauad, 2007.

CARNEIRO, M. J. Ruralidades: novas identidades em construção. In: REUNIÃO ANUAL DA SOBER, 35., 1997, Natal. **Anais...** Natal: SOBER. 1997. p. 1-12.

CARNEIRO, M. J.. O ideal rurano: campo e cidade no imaginário de jovens rurais. In: SILVA, F. C. T.; SANTOS, R.; COSTA, L. F. C. (Orgs.). **Mundo rural e política: ensaios interdisciplinares**. Rio de Janeiro: Editora Campus, 1998. p. 95-117

CARNEIRO, M. J. Herança e gênero entre agricultores familiares. **Estudos Feministas**, Florianópolis, v.9, n.1, p.22-55, 2001.

CASCUDO, L. C. **Dicionário do Folclore Brasileiro**. São Paulo: Global, 2002.

CASTRO, E. G. **Os jovens estão indo embora? Juventude rural e a construção de um ator político**. Rio de Janeiro: Mauad X; Seropédica, RJ: EDUR, 2009.

CATANI, A. M.; GILIOLI, R.. P. **Culturas juvenis: múltiplos olhares**. São Paulo: Editora Unesp, 2008.

CHAL, N. F.. **A identidade Cultural do Goiano**. Ciência e Cultura, 2011. Versão Online. Disponível em: http://cienciaecultura.bvs.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0009-67252011000300016 Acesso em: 02 de Agosto de 2019.

CHAMPAGNE, P. Elargissement de l'espace social et crise de l'identité paysanne. **Cahiers d'économie et sociologie rurales**, n.3, p.73-89, 1986.

CHARLOT, B. **Jovens de Sergipe: quem são eles, como vivem, o que pensam**. Aracaju, 2006.

CHARLOT, B. Valores e normas da juventude contemporânea. In: PAIXÃO, L. P.; ZAGO, N. (Orgs.). **Sociologia da Educação: pesquisa e realidade brasileira**. Petrópolis (RJ): Ed. Vozes, p. 203-221, 2007.

CHAVEIRO, E. F.. **Traços, Linhas e Matrizes Para a Compreensão de um Goiás Profundo**. In: CHAVEIRO, E. F. (Org.). **A Captura do Território Goiano e Sua Múltipla Dimensão Socioespacial**. Goiânia, Modelo, 2005.p. 168-188.

CHAVEIRO, E. F.. **Goiânia, Uma metrópole em travessia**. Tese de doutoramento, São Paulo, USP, 2001.

CHAVEIRO, E. F.; CALAÇA, M.; REZENDE, M. C. S. **A dinâmica demográfica de Goiás. Goiânia: Ellos**, 2009.

CHAYANOV, A. V. **La organización de la unidad económica campesina**. Buenos Aires: Ediciones Nueva Visión, 1974.

CIMADEVILLA, G.; CARNIGLIA, E. **Relatos sobre la rurbanidad**. Río Cuarto: UNRC, 2009.

CIMADEVILLA, G. Las formas de la rurbanidad: anuncios e imágenes. Ponencia presentada al 12vo Congreso de Latinoamericano de Investigadores de la Comunicación, Lima, 2014.

CLAVAL, P. C. A geografia cultural: o estado da arte. In: ROSENDAHL, Z.; CORRÊA, R. L. (Org.). **Manifestações da cultura no espaço**. Rio de Janeiro: Editora da Universidade do Estado do Rio de Janeiro, p. 59-97, 1999.

COELHO, T. **O que é Indústria Cultural**. Editora Brasiliense, São Paulo, 2006.

COSTA, C. **Sociologia: introdução à ciência da sociedade** 2. ed. São Paulo: Moderna, 2002.

COSTA, K. A. Entre **desejos, Sonhos e Incertezas**: Reflexões sobre a Juventude Rural. Anais do IV Simpósio sobre Reforma Agrária e Assentamentos Rurais. Assentamentos Rurais: Controvérsias e alternativas de desenvolvimento. Araraquara, 2010.

COX, M. I. P. e ASSIS-PETERSON, A.A. Transculturalidade e Transglossia: para compreender o fenômeno das fricções linguístico-culturais em sociedades contemporâneas sem nostalgia. In CAVALCANTI, M. C. e BORTONI-RICARDO, S. M. (Org.) **Transculturalidade, Linguagem e Educação**. Campinas: Mercado das Letras, 2007. p. 23-43.

CUCHE, D. **A noção de Cultura nas Ciências Sociais**. Editora Edusc, 1999.

DAHER, T. Dossiê Cidades Planejadas na Hinterlândia. **Revista UFG**. Junho 2009, Ano XI nº 6.

DAYRELL, J. A. O jovem como sujeito social. In: **Revista Brasileira de Educação**. Rio de Janeiro, n.24, p. 40-52, set/dez, 2003.

DE PAULA, S. G. O *country* no Brasil contemporâneo. **História, Ciências, Saúde – Manguinhos**, Rio de Janeiro, 1998. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-59701998000400015 Acesso em 14 de julho de 2019.

DE PAULA, S. G. Quando o campo se torna uma experiência urbana: o caso do estilo de vida *country* no Brasil. **Estudos: Sociedade e Agricultura**, Rio de Janeiro, n. 17, p. 33-53, out. 2001.

DIAS, J. F.; ANDRADE, M. C. **O Homem Delinquente e a sociedade Criminógena**. Coimbra: Coimbra Editores, 1997.

DURHAM, E. "A dinâmica cultural na sociedade moderna", In _____, **A dinâmica da cultura**, São Paulo, Cosac Naify, 2004 [1977].

ELIAS, N. **O processo civilizador**: Uma história dos costumes. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1994, v. I

ELIAS, N. **O processo civilizador**: Formação do Estado e Civilização. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed., 1993, v. II

ESTEVAM, L. No cerrado das tropas e boiadas (ensaio histórico – literário). In: GOMES, H. (Org.). **Universo do cerrado**. v. 2. Goiânia: Editora da UCG, 2008.

FERRÃO, J. Relações entre Mundo Rural e Mundo Urbano: Evolução Histórica, Situação Atual e Pistas para o Futuro. **Revista EURE**. Vol. XXVI, 78, 123-130, 2000.

FONSECA, J. J. **Metodologia da pesquisa científica**. Fortaleza: UEC, 2002. Apostila.

FRANÇA, V. R. V.; VIEIRA, V. H.. Sertanejo universitário: expressões e valores de jovens urbanos no Brasil contemporâneo. **Contemporânea | Comunicação e Cultura**. - v.13 – n.01 – jan-abr 2015 – p. 106-122

FROELICH, J. M.; MONTEIRO, R. C.; SANTOS, E. R. C.. Processos de Rurbanização Contemporânea –o transporte de tração animal em cidades de médio porte: um estudo de caso. **Interações (Campo Grande)**, [S.l.], p. 157-169, maio 2017. Disponível em:<<http://www.interacoes.ucdb.br/article/view/1536>> Acesso em: 02 Abril, 2019

FROSSARD, A. C. **Identidade do Jovem rural confrontando com estereótipo de Jeca Tatu. Um estudo qualitativo com os jovens da EFA Rei Alberto I**. Dissertação de Mestrado - Faculdade de Ciências e Tecnologias da Educação. Universidade Nova de Lisboa. Portugal. Nova Friburgo. RJ. 2003.

GALLAND, O. **L'allogement de la jeunesse**. Paris: Actes Sud, 1993.

GEERTZ, C. **A interpretação das Culturas**. 1º. ed.13º reimpr. Rio de Janeiro: Livros Técnicos e Científicos. 2008.

GERALDINHO, N. O caso do rádio. In: GERALDINHO. **Trova, prosa e viola**. V. 2. Participação de André e Andrade, Hamilton Carneiro. Direção de Hamilton Carneiro. Goiânia: Anhanguera Discos, 2003. 1 CD.

GIDDENS, A. **Sociologia**. Lisboa: Fundação Calouste Gulbenkian, 2002.

GIDDENS, A. - A vida em uma sociedade pós-tradicional. In: U. Beck; A.Giddens; S. Lash. **Modernização Reflexiva**: política, tradição e estética na ordem social moderna. São Paulo, Ed. UNESP, 1997.

GOBATO, A. T. S. C. **Educação no campo**: escola do Assentamento Monte Alegre. 2012. 271 p. Dissertação (Mestrado). Programa de Pós-Graduação em Educação, Centro de Educação e Ciências Humanas, Universidade Federal de São Carlos.

GOFFMAN, E. **Estigma: notas sobre a manipulação da identidade deteriorada**. Rio de Janeiro, LTC, 2013.

GOMES, P. **O pito aceso**. São Paulo, Revista dos Tribunais, 1942.

GOMES, R.; REBELLO, L. E. F. S.; NASCIMENTO, E. F. Medos sexuais masculinos e política de saúde do homem: lacunas e desafios. In: MEDRADO, B.; LYRA, J.; AZEVEDO, M.; BRASILINO, J. **Homens e Masculinidades: práticas de intimidade e políticas públicas**. Recife: Instituto PAPAI, 2010, p.95-108.

GRAMSCI, A. **Cadernos do Cárcere - Volume 1**: introdução ao estudo da filosofia. A filosofia de Benedetto Croce. 5 ed. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2011.

GUIMARÃES, A. P. As classes perigosas no Brasil. In: **As classes perigosas: banditismo urbano e rural**. Rio de Janeiro: Graal, 1991. p. 123-146

HAESBAERT, R. Da desterritorialização à multiterritorialidade. In: Encontro de Geógrafos da América Latina, X, 2005, São Paulo. **Anais...** São Paulo: USP/EGAL, 2005.

HALL, S. **Da Diáspora – Identidades e Mediações Culturais**. Belo Horizonte: Editora UFMG; Brasília: Representações da UNESCO no Brasil, 2003.

HALL, S.. Identidade cultural e diáspora. In: **Revista do Patrimônio Histórico e Artístico Nacional**. Rio de Janeiro, IPHAN, p. 68-75, 1996.

HISSA, C. E. V. (org). **Saberes ambientais: desafios para o conhecimento disciplinar**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2008.

HOBSBAWM, E. J.. **Era dos extremos: o breve século XX (1914-1991)**. 2. ed. São Paulo: Companhia das Letras, 2005.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Produção Agrícola Municipal**. Rio de Janeiro: IBGE, 2017. Disponível em: <http://www.sidra.ibge.gov.br/>. Acesso em janeiro de 2018.

IBGE. **Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística**. Disponível em:<http://www.ibge.gov.br>. Acesso em: 3 de julho de 2019.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. Cidades – Sinopse do Censo Demográfico 2010. In: **Censo Demográfico 2010**, 2011. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/cidadesat/topwindow.htm?1> Acesso em 29 de julho de 2019.

ILARI, R.; BASSO, R. **O Português da gente: a língua que estudamos, a língua que falamos**. São Paulo: Contexto, 2009, p. 180- 185.

LARAIA, R. B. **Cultura: um conceito antropológico**. 19 ed. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2006.

LIGUORI, G. “Tre accezioni di ‘subalterno’ in Gramsci”. **Critica Marxista**, Roma, n. 6, 2011.

LINHARES, A. A. C. L. **Produção e a Reprodução da identidade Cultural Caipira em Mossâmedes – GO**. Dissertação Submetida ao Programa de Mestrado em Sociologia. UFG, Goiânia, 2005.

MAFFESOLI, M. **O Tempo das tribos - O declínio do individualismo nas sociedades de massa**. 3 ed. Rio de Janeiro: Forense, 2000.

MAGNANI, J. G. C. "Tribos urbanas: metáfora ou categoria?". **Cadernos de Campo. Revista dos Alunos de Pós-Graduação em Antropologia da USP**, 2 (2): 49-51, 1992.

MAIA, R. L. (Coord.) **Dicionário de Sociologia**. Porto Editora, 2002.

MANHEIM, K. O problema da juventude na sociedade moderna. In: BRITO, S. (org.). **Sociologia da Juventude I**. Rio de Janeiro: Zahar, 1968.

MANHEIM, K. **O problema sociológico das gerações**. In: FORACCHI (org.). Manheim. São Paulo: Ática, 1982.

MARTINS, J. S. **Capitalismo e tradicionalismo: estudos sobre as contradições da sociedade agrária no Brasil**. São Paulo: Pioneira, 1975.

MARTINS, J. S. **Ímpares sociais e políticos em relação à reforma agrária e a agricultura familiar no Brasil**. Santiago Chile, 2001.

MARTINS, J. S. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis: Vozes, 1986.

MARX, K; ENGELS, F.. **A ideologia alemã**. Tradução de Luis Claudio de Castro e Costa. São Paulo: Martins Fontes, 1998. 119 p.

MARX, K. **O capital: crítica da economia política**. Volume I livro primeiro. O processo de produção do capital. Tomo I. Tradução de Regis Barbosa e Flávio R. Kothe. São Paulo: Nova Cultural Ltda, 1996.

MATOS, A. G. de. **Desenvolvimento, autonomia e academia**. In: LIMA, D. M de A. e WILKINSON, J. (orgs). Inovação nas tradições da agricultura familiar. Brasília: CNPq/Paralelo 15, 2002.

MELLUCI, A. Juventude, Tempo e Movimentos Sociais. **Revista Brasileira de Educação**. Nº5/6. São Paulo: ANPED, 1997.

MENASCHE, R.; TORRES, J. C. S.; ESCHER, M. S.; BARGUIL, S. R. **Gênero e agricultura familiar**: cotidiano da vida e trabalho no leite. Curitiba: DESER/CEMTR/PR, 1996.

MENEZES, I. G. **Jovens rurais no sertão sergipano**: escolarização e identidades culturais. 2012, 238 fls. Dissertação (Mestrado em Educação), Programa de PósGraduação em Educação, Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, Sergipe, 2012.

MOCHCOVITCH, L. G. **Gramsci e a escola**. São Paulo: Ática, 1988.

MOREIRA, R. J. Ruralidades e globalizações: ensaiando uma interpretação. In MOREIRA, R. J. **Identidades sociais. Ruralidades no Brasil contemporâneo**. Rio de Janeiro: DP&A, 2005, p. 15-40.

NEPOMUCENO, R. **Música caipira: da roça ao rodeio**. Editora 34, São Paulo, 1999.

NETO, A. T. **Pequena história da agropecuária goiana** (o ouro acabou? Viva o boi!/o ouro se foi? Chegou o boi!). Goiânia: Observatório Geográfico de Goiás, 2008.

NETO, A. T. Dinâmicas Territoriais Antigas e Modernas. In: **Ruralidade e Urbanização do Território Goiano**. Palestra no IESA, 2017

NEVES, P. S. C.; FERRERI, M.. Participação e políticas públicas voltadas para a juventude: o modelo de “jovem” difundido pelas Conferências de Juventude. In: ENCONTRO INTERNACIONAL PARTICIPAÇÃO, DEMOCRACIA E POLÍTICAS PÚBLICAS: APROXIMANDO AGENDAS E AGENTES, 2013, Araraquara (SP). **Anais...** Araraquara (SP): UNESP, p. 1-26, 2013.

NOVAES, R. C. Segunda sessão: políticas públicas, direitos e participação. In: CARNEIRO, M. J.; CASTRO, E. G. (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 99-107, 2007.

OROZCO, G. G. Comunicação social e mudança tecnológica: um cenário de múltiplos desordenamentos. In: MORAES, Dênis de. (Org.). **A Sociedade midiaticizada**. Rio de Janeiro: Mauad, 2006.

PAIS, J. M. (Coord.) **Práticas Culturais dos Lisboaetas: Resultados do inquérito em 1994 aos habitantes da Grande Lisboa**. Lisboa: Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, 1994.

PAIS, J. M. **Culturas Juvenis**. Lisboa: Imprensa Nacional Casa da Moeda, 2003.

PÉREZ, X. P. (2001). **Patrimonialización y Transformación de las Identidades Culturales**. Comunicação apresentada no 1º Congresso de Estudos Rurais, Vila Real, 16 a 18 de Setembro, 2001; Roca, M. N. O.; (2001). **Actores e Políticas de Desenvolvimento Local: o Caso do Vale do Lima**. Comunicação apresentada no 1º Congresso de Estudos Rurais, Vila Real, 16 a 18 de Setembro, 2001.

PESSOA, J. M.. Extensões do rural e educação. In: _____. (Org). **Educação e Ruralidades**. Goiânia: Editora UFG, 2007.

PINHEIRO. A. C. C. Os tempos míticos das cidades goianas: mitos de origem e invenções de tradições. Goiânia: UFG, 2003. Dissertação de Mestrado.

POLIT, D. F.; BECK, C. T.; HUNGLER, B. P. **Fundamentos de pesquisa em enfermagem: métodos, avaliação e utilização.** Trad. de Ana Thorell. 5. ed. Porto Alegre: Artmed, 2004.

POLÍTICAS Públicas de/para/com as juventudes. Brasília: Unesco, 2004.

PORTO, M. R. S.. **Escola rural: cultura e imaginário.** 1993. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade de São Paulo, São Paulo.

PREDIGER, S. Estado da Arte da Situação do Jovem rural: a construção de identidades. **Revista Anagrama: Revista Científica Interdisciplinar da Graduação.** Ano 3. Ed. 1 Setembro/Novembro de 2009.

PUIG, J. M^a; TRILLA, J. **A pedagogia do ócio.** Porto Alegre: Artes Médicas, 2004.

QUEIROZ, M.I.P. **Bairros rurais paulistas: dinâmica das relações bairro rural-cidade.** São Paulo: Duas cidades, 1973.

REDIN, E.; SILVEIRA, P. R. C. Juventude rural: experiências e perspectivas. In: SANTOS, V.F.; VELA, H. A.G.; SILVEIRA, P. R. C.; **Educação Rural no mundo contemporâneo,** Santa Maria: UFSM, p.175-208, 2012.

REGUILLO, R. Las culturas juveniles: un campo de estudio; breve agenda para la discusión. In: FÁVERO, O.; SPOSITO, M. P.; CARRANO, P.; NOVAES, R. C. R. (Orgs.). **Juventude e contemporaneidade.** Brasília: Unesco, MEC, Anped, 2007 (Coleção Educação para todos; 16). p. 47-72.

Renk, A. **Migrações: de ontem e de hoje.** Chapecó: Grifos, 1999

RENK, A. **Sociodisséia às Avessas.** Chapecó: Argos, 2000

RUA, J. A resignificação do rural e as relações cidade-campo: uma contribuição geográfica. **Revista da ANPEGE,** n. 2, p. 45-66, 2005.

SANT'ANNA, R. **A moda é viola.** São Paulo: Arte e Ciência, 2009.

SANTILI, J. **Agrobiodiversidade e o direito dos agricultores.** São Paulo, Petrópolis, 2009.

SAVAGE, J. **A criação da juventude: como o conceito de teenage revolucionou o século XX.** Rio de Janeiro: Rocco, 2009.

SCHERRE, M. M. P. **Doa-se lindos filhotes de poodle. Variação Linguística, mídia e preconceito.** 2.ed. São Paulo: Parábola, 2008.

SETUBAL, M. A. **Vivências caipiras. Pluralidade cultural e diferentes temporalidades na terra paulista.** São Paulo: Imprensa Oficial, 2005.

SILVA, J. F. G. **A modernização dolorosa: estrutura agrária, fronteira agrícola e trabalhadores rurais no Brasil,** 1985.

SILVIA, J. F. G.; HOLFFMANN, R. **O Novo rural brasileiro: Reduziu-se o abismo tradicional entre meios urbanos e rurais.** Pesquisa FAPESP, n 52, p. 48-55, abril 2000. Disponível em: <<http://revistapesquisa.fapesp.br/2000/04/01/o-novo-ruralbrasileiro/>>. Acesso em: 02 Jan. 2019

SILVA, L. M. **Cidades mortas: o rural como sinônimo de atraso e decadência.** *PLURAL*, Revista do Programa de Pós-Graduação em Sociologia da USP, São Paulo, v.19.2, 2012.

SILVA, L. S. D. **A construção de Brasília: modernidade e periferia.** Goiânia, Ed. UFG, 1997.

SILVA, P. S.; FILHO, E. T. D.; MARACAJÁ, V. P. B. B.; MARACAJÁ, P. B. ; PEREIRA, T. F. C. **Agricultura Familiar: Um Estudo Sobre a Juventude Rural no Município de Serra do Mel – RN.** *Revista Verde (Mossoró – RN – Brasil)* v.1, n.1, p. 54-66, 2006.

SIMMEL, G. “Sociability”. Em D. Levine (org.), Georg Simmel. **On individuality and social forms.** Chicago, The University of Chicago Press, 1971.

SINGER, P. A juventude como coorte: uma geração em tempos de crise social. In: ABRAMO, H. W.; BRANCO, P. P. M. (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional.** São Paulo: Instituto Cidadania; Editora Fundação Perseu Abramo p. 27-35, 2005.

SOUZA, R. A. Além dos muros: razão ou reações na escola? In: CAVALCANTE, Márcia H. Koboldt; SOUZA, Rui A. (orgs.). **Culturas juvenis: dinamizando a escola.** Porto Alegre: Edipucrs, 2009.

SOUSA, W. **Moda inviolada: uma história da música caipira.** São Paulo: Quiron, 2005.

SPOSITO, M. E. B. A questão cidade-campo: perspectivas a partir da cidade. In: SPOSITO, M. E. B.; WHITACKER, A. M (org.). **Cidade e campo: relações e contradições entre urbano e rural.** São Paulo: Expressão Popular, 2006. p. 111-130.

SPOSITO, M. P. Algumas reflexões e muitas relações entre juventude e escola no Brasil. In: ABRAMO, Helena Wendel; BRANCO, Pedro Paulo Martoni (Orgs.). **Retratos da juventude brasileira: análises de uma pesquisa nacional.** São Paulo: Instituto Cidadania, Editora Fundação Perseu Abramo, p. 87-127, 2005.

SPOSITO, M. P. Terceira sessão: balanço e perspectivas. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva.** Rio de Janeiro: Mauad X, p. 123-128, 2007.

STROPASOLAS, V. **O mundo rural no horizonte dos jovens.** Florianópolis: Ed. da UFSC, 2006.

TOMIZAKI, K. Transmitir e herdar: o estudos dos fenômenos educativos em uma perspectiva intergeracional. **Educação & Sociedade** (Impresso), v. 31, p. 327-346, 2010.

VARGAS, H. **Hibridismos musicais em Chico Science & Nação Zumbi.** Cotia, SP: Ateliê Editorial, 2007.

VASCONSELOS, E. Relações entre o meio urbano e o meio rural, cap.5, p. 55-64. In: **Sociologia rural.** Viçosa: Imprensa universitária/UFV, 1977.

VEIGA, J. **Cidades imaginárias: o Brasil é menos urbano do que se calcula.** Campinas: Autores Associados, 2002. 301 p.

WANDERLEY, M. B. Jovens rurais de pequenos municípios de Pernambuco: que sonhos para o futuro. In: CARNEIRO, Maria José; CASTRO, Elisa Guaraná de (Orgs.). **Juventude rural em perspectiva**. Rio de Janeiro: Mauad X, p. 21-33, 2007.

WANDERLEY, M. B. O “lugar” dos rurais: o meio rural no Brasil moderno. **Anais do XXXV Congresso da Sociedade Brasileira de Economia e Sociologia Rural**, 1997.

WEISHEIMER, N. **Juventudes rurais**: mapa de estudos recentes. Brasília: Ministério do Desenvolvimento Agrário, 2005.

WHITAKER, D. Nas franjas do rural-urbano: meninas entre a tradição e a modernidade. **Cadernos Cedes**, São Paulo, v. 22, n. 56, p. 7-22, 2002.

WIARCO, O. A. **Manual de Criminologia**. México: Editorial Porrúa, p. 180-1, 1997.

WILLIAMS, R. **O campo e a cidade**: na história e na literatura. São Paulo: Cia das Letras, 1989. 439 p. (não consta o tradutor).

ANEXOS

Questionário

(Aplicado aos alunos do ensino médio que residem no município de Bela Vista de Goiás)

Série do ensino médio: () 1º Ano () 2º Ano () 3º Ano

1) Nome completo:

2) Sexo: () masculino () feminino

3) Idade: _____

4) Você trabalha? () sim () não

5) Você sempre morou na cidade (no perímetro urbano)? () sim () não

6) Seus pais/responsáveis foram nascidos/criados na zona rural?

() sim () não

7) Você tem algum familiar que mora na zona rural?

() sim () não

8) Se “sim”, você vai à fazenda/roça:

() uma vez ao mês

() toda semana

() diariamente

() raramente

() nunca

9) Suas atividades de lazer são realizadas onde, predominantemente?

() no campo () na cidade

10) Qual profissão deseja ter no futuro? _____

11) Você tem vontade de morar na zona rural?

() sim () não

Questionário

(Aplicado aos alunos do ensino médio que residem na zona rural de Bela Vista de Goiás)

Série do ensino médio: () 1º Ano () 2º Ano () 3º Ano

1) Nome completo: _____

2) Sexo: () masculino () feminino

3) Idade: _____

4) Você trabalha? () sim () não

5) Seus pais/responsáveis foram nascidos/criados na zona rural?

() sim () não

6) Você sempre morou na zona rural?

() sim () não

7) Se “sim”, você tem vontade de morar na cidade?

() sim () não

8) Seu momento de lazer é realizado:

() na cidade () no campo

9) Você participa na realização das atividades desenvolvidas na propriedade rural?

() sim () não

10) Qual profissão deseja ter no futuro?
